

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E  
ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
MESTRADO EM ECONOMIA**

**DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO  
SUL  
1920 - 1980**

**RICARDO MUNIZ MUCCILLO DA SILVA**

**Porto Alegre  
2006**

**RICARDO MUNIZ MUCCILLO DA SILVA**

**DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO  
SUL  
1920 - 1980**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre, pelo programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

**ORIENTADOR: PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA**

**Porto Alegre  
2006**

## **AGRADECIMENTOS**

São inúmeras as pessoas, as quais devo enorme gratidão na realização deste estudo.

- A todos os colegas que me acolheram com imenso carinho no Mestrado em Economia, pois, apesar de todas as dificuldades iniciais, sempre me deram total apoio na conclusão deste extenso caminho.
- Aos professores, dignos de minha eterna gratidão, porque sempre estiveram ao meu lado quando precisei.
- Em especial ao professor Ronaldo Herrlein, mentor intelectual da minha pesquisa. Sem a ajuda dele na manipulação dos dados do Censo Industrial e nas indicações de algumas bibliografias preciosas, não seria possível concluir este estudo, sem falar na ampla bibliografia de trabalhos realizados acerca do tema, que serviram como um balizador para construção das minhas idéias.
- Aos professores Adelar Fochezatto e Renato Dalmazo, pela contribuição que prestaram no exame do projeto da dissertação. A produção científica, do professor Dalmazo, serviu como um forte suporte do referencial teórico utilizado.
- Ao professor Nali de Souza que me acolheu na reta final do trabalho e contribuiu com diversas idéias para a conclusão deste.

- Também, na reta final, tive a grande colaboração da professora Lou Zanetti, amiga da família, que fez a revisão da linguagem, dando uma bela contribuição no fechamento da pesquisa.
- Não poderia deixar de citar meu reconhecimento à dedicação dos amigos e dos colegas de trabalho da Faculdade CESUCA. Professores, funcionários, coordenação e direção da Instituição que contribuíram, direta ou indiretamente, para construção dessa pesquisa.
- A minha família, que foi o alicerce básico em todos os momentos de minha vida. A minha mãe, Nina Elisabeth, a meu pai, Sérgio, a minha irmã, Denise, e as minhas queridas avós Stella e Heloísa, sem esquecer de meus avôs, Ego e Salvador, que já não estão mais entre nós, em especial meu avô, Salvador. Reconheço, também, o apoio recebido, em diversos momentos, de meu sogro Paulo Arruda e minha sogra Regina Arruda.
- Em especial, agradeço e dedico esta pesquisa a minha amada Camila Arruda por toda a sua dedicação, abdicção, paciência e pelo apoio nesse momento tão importante da minha vida.

Por fim, espero que esse trabalho venha a contribuir para futuras pesquisas e que ajude a perpetuar a história e a grandeza deste Estado que tanto amo!

*Hino Rio-Grandense*

*Como a aurora precursora  
Do farol da divindade  
Foi o Vinte de Setembro  
O precursor da Liberdade*

*Mostremos valor, constância  
Nesta ímpia e injusta guerra  
Sirvam nossas façanhas  
De modelo a toda a terra*

*Mas não basta pra ser livre  
Ser forte, aguerrido e bravo  
Povo que não tem virtude  
Acaba por ser escravo*

*Mostremos valor, constância  
Nesta ímpia e injusta guerra  
Sirvam nossas façanhas  
De modelo a toda a terra*

**Francisco Pinto da Fontoura**

## RESUMO

O presente estudo pretendeu expressar, de forma ampla e consistente, uma análise do desenvolvimento da indústria no Rio Grande do Sul no período que vai de 1920 a 1980. Para isto, o alicerce básico do trabalho foi uma análise dos resultados obtidos nos Censos Industriais brasileiros de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980, balizada pela revisão de uma ampla bibliografia disponível sobre o assunto, tendo em vista a trajetória histórica da região. O estudo procurou identificar as principais atividades econômicas do Rio Grande do Sul, a expansão agrícola e comercial, a integração do mercado nacional ocorrida no período estudado, e os movimentos políticos, as ações econômicas do Estado, a administração pública e o desenvolvimento industrial elaborando um paralelo que destacou o movimento industrial gaúcho do início do século XX, até o final da década de 1970. O estudo identifica a estrutura, perfil e a composição setorial da indústria no Rio Grande do Sul e procura analisar suas relações com o mercado interno e os mercados externos, resgatando os principais conceitos existentes na literatura sobre o tema, e a análise dos dados obtidos no Censo Industrial do Brasil. A interpretação dos diversos aspectos analisados permitiu elaborar uma trajetória no desenvolvimento industrial gaúcho e a sua articulação com as demais regiões do país.

## **ABSTRACT**

The pretension of the work is to express of ample and consistent form an analysis of the development of the industry in the Rio Grande Do Sul in the period that goes of 1920 the 1980. For this, the basic foundation of the work will be an analysis of the results gotten in the Brazilian Industrial Censuses of 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 and 1980, marked out with buoys for the study of an ample available bibliography on the subject. In view of the historical trajectory of the region. For this, the study it looks for to identify the main economic activities of the Rio Grande Do Sul, the agricultural and commercial expansion, the integration of the occurred national market in the period studied, as well as the movements politicians, the economic actions of the State, the public administration and the industrial development elaborating a parallel, that detaches the industrial movement gaúcho of the beginning of century XX, until the end of the decade of 70. The study it identifies the structure, profile and the sectorial composition of the industry in the Rio Grande Do Sul and looks for to analyze its relations with the domestic market and the external markets, rescuing the main existing concepts in literature on the subject, as well as it analyzes of the data gotten in the Industrial Census of Brazil. The interpretation of the diverse analyzed aspects allows to elaborate a trajectory in the industrial development gaúcho and its joint with the too much regions of the country.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	9
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX</b> .....	17
1.1 PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO ESTADO NO INÍCIO DO SÉCULO XX .....	18
1.1.1 Mercado do Charque e couro.....	20
1.1.2 Lavoura Capitalista do Arroz .....	24
1.2 O CONFLITO POLÍTICO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ESTADO .....	25
1.2.1 O Projeto e as Ações Republicanas no Rio Grande do Sul .....	29
1.2.2 A Diversificação Produtiva e a Industrialização do Estado.....	32
1.3 O PADRÃO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL ATÉ METADE DO SÉCULO XX .....	34
1.4 CARACTERÍSTICAS E DESEMPENHO NA INDÚSTRIA REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	44
<b>2 A CRISE DA ECONOMIA GAÚCHA E A DEFASAGEM DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (1955 – 1965)</b> .....	52
2.1 DETERMINANTES E CARACTERÍSTICAS DA CRISE ECONÔMICA REGIONAL .....	52
2.1.1 Integração do Mercado Regional.....	55
2.1.2 Processo de Industrialização Paulista .....	58
2.1.3 Fatores Geradores da Crise.....	64
2.2 SUPERAÇÃO DA CRISE E OS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS .....	76
<b>3 O NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL</b> .....	83
3.1 A NOVA INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO.....	84
3.2 MUDANÇAS DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL GAÚCHO.....	91
3.3 AS CARACTERÍSTICAS E O PERFIL DA NOVA INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL.....	95
<b>CONCLUSÃO</b> .....	111
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS</b> .....	117
<b>OBRAS CONSULTADAS</b> .....	120
<b>ANEXO A – DADOS ESTATÍSTICOS</b> .....	121



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Participação dos principais produtos no valor total das exportações do Rio Grande do Sul, segundo as somas dos valores em períodos selecionados 1878 – 1888/ 1919/1929 (%) .....	22
Tabela 2 - As 100 maiores firmas manufatureiras, 1907 Relação dos estabelecimentos gaúchos.....	23
Tabela 3 - Distribuição das exportações do Rio Grande do Sul, segundo os mercados de destino 1913 – 1930.....	36
Tabela 4 - Participação do Rio Grande do Sul na Indústria de Transformação do Brasil - 1919/20 (%).....	45
Tabela 5 - Distribuição Valor da Transformação Industrial por gênero no Rio Grande do Sul – 1919/59.....	46
Tabela 6 - O caráter e o porte dos estabelecimentos no Rio Grande do Sul, São Paulo e o restante do Brasil – 1920 (%).....	47
Tabela 7 - Distribuição da força motriz disponível nos estabelecimentos industriais, segundo sua origem Rio Grande do Sul, São Paulo e restante do Brasil – 1920 (%).....	48
Tabela 8 - Distribuição do Pessoal Ocupado por Gêneros Industriais no Rio Grande do Sul (%) .....	49
Tabela 9 - Taxa anual de crescimento médio (%) do VBP, VTI, Capital Aplicado (real) e Pessoal Ocupado – 1919/ 49 .....	50
Tabela 10 - Extensão do sistema rodoviário no Brasil 1939 – 1970.....	56
Tabela 11 - Comércio interestadual do Rio Grande do Sul segundo as diferentes correntes – 1949 e 1958.....	57
Tabela 12 - Tamanho agregado relativo da indústria de São Paulo/ Brasil 1919/80.....	63

Tabela 13 - Distribuição da força motriz disponível nos estabelecimentos industriais, segundo sua origem. Rio Grande do Sul, São Paulo e o restante do Brasil – 1920 e 1950 (%).....	65
Tabela 14 - Taxas de crescimento da economia gaúcha por setor (Médias Anuais(%)) .....	69
Tabela 15 - Taxa do crescimento do VBP, VTI, capital aplicado (real) e pessoal ocupado (Média Anual – 10 anos – 1949/59) .....	71
Tabela 16 -Estrutura da produção industrial no Rio Grande do Sul – 1949/65.....	72
Tabela 17 - Taxa do crescimento do VBP, VTI e pessoal ocupado (Média Anual – 10 anos) – 1949/59.....	73
Tabela 18 - Composição da energia elétrica consumida, segundo a origem. Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasil – 1950/70 .....	88
Tabela 19 - Tamanho médio dos estabelecimentos, segundo seu caráter e porte. Rio Grande do Sul - 1920/80 .....	96
Tabela 20 - Operários ou pessoal ligado à produção, Rio Grande do Sul e São Paulo – 1920/80 .....	98
Tabela 21 - Distribuição do pessoal ocupado por grupo de indústria no Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasil .....	99
Tabela 22 - Distribuição do Pessoal ocupado por gênero no Rio Grande do Sul 1920/80 .....	100
Tabela 23 - Produção de soja no Brasil, Rio Grande do Sul e Brasil. Excl. RS Período de 1970-80 .....	101
Tabela 24 - Distribuição do Valor da Transformação Industrial por gênero e grupo no Rio Grande do Sul 1919/80 .....	102
Tabela 25 - Distribuição Valor da Transformação Industrial por grupo 1919-80 .....	103
Tabela 26 - Distribuição do VTI por gênero (Metal-mecânica, Química, Alimentação e Têxtil), no Rio Grande do Sul, São Paulo, Brasil exc. RS, SP e Brasil – 1919/80 .....	104
Tabela 27 - Tamanho Agregado Relativo da Indústria RS/BR, SP/BR e RS/SP – 1919/80 ..	106
Tabela 28 - Evolução da produtividade variação real média anual, Rio Grande do Sul e São Paulo-1919/1970 .....	107
Tabela 29 - Taxas média de crescimento anual (%) do VBP, VTI e Pessoal Ocupado no Rio Grande do Sul e São Paulo – 1919/70 (51 anos).....	109

## INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul, desde os seus primórdios, teve uma formação histórica balizada pelo caráter fronteiro que lhe proporcionou um contorno guerreiro e militarizado. As dificuldades de formação do estado gaúcho estiveram sempre presentes no histórico, seja pela questão da guerra ou pelo simples fato de estar afastado geograficamente do centro econômico do país. Por outro lado, a riqueza pecuária lhe conferiu um sentido econômico preciso e uma vantagem competitiva eloqüente em relação a outras regiões do Brasil.

Assim, permanecendo cerca de dois séculos como uma “terra de ninguém”, ou seja, praticamente inexplorado, o estado sulino integrou-se, tardiamente, ao território português na América, dando-se a aproximação econômica da região somente no século XVIII. O Rio Grande do Sul ligou-se ao contexto brasileiro como área secundária, na dependência do setor colonial de exportação. Desde o seu surgimento como área economicamente rentável, ao articular-se como fornecedor do mercado interno que, rudimentarmente, se formava com a mineração no centro do país. O Rio Grande do Sul foi marcado pela sua característica de economia subsidiária.

Love (1989) ressalta que grande parte da singularidade econômica e política do Rio Grande do Sul, deriva de sua posição geográfica. O estado do Rio Grande do Sul ocupa pouco mais de 3% do território nacional, e está situado bem abaixo dos trópicos. Os geógrafos distinguiram seis regiões no Rio Grande do Sul, mas culturalmente e economicamente se aceita uma divisão em três regiões<sup>1</sup>: o Litoral, a Campanha e a Serra. O litoral, a menor das regiões, consiste na faixa litorânea; que se estende de Torres, no norte, até Santa Vitória do Palmar, no sul, e inclui o Vale do Jacuí até Cachoeira, a oeste. Essa área, de solo relativamente pobre, destaca-se, por ser a mais densamente povoada das regiões. As principais

---

<sup>1</sup> Ver Love, 1989, p.99.

atividades econômicas são o comércio, as atividades portuárias e a indústria. Ao longo do tempo uma das principais atividades agrícolas da região foi a cultura de arroz, que se perpetua até os dias atuais, nas regiões próximas à Lagoa dos Patos e dos seus afluentes.

A Campanha, a segunda região, é a área que fica ao sul da linha leste-oeste, traçada pelos rios Jacuí e Ibicuí, desde o Litoral até a confluência do Uruguai. Terras elevadas entre o Vacacaí e a Lagoa dos Patos cobrem mais de um terço da Campanha, mas colinas suavemente onduladas, chamadas de coxilhas, espalham-se por uma área muito maior e são características físicas típica de grande parte da serra.

Pesavento (1980) salienta que, na Campanha, está a região de criação de gado, atividade econômica tradicional do Estado, porém, o solo dessa região contempla, ao longo do desenvolvimento econômico gaúcho, a atividade agrícola e pastoril. No século XVIII, os primeiros habitantes da região cortaram-na em imensas propriedades pecuárias (estâncias) que ainda preponderam. Durante a República Velha, o alto grau de concentração de propriedades imobiliárias no Estado se devia, principalmente, à existência de latifúndios na Campanha.

A Serra gaúcha, a terceira região, compreende a área que se estende ao norte e ao oeste de Porto Alegre até o rio Uruguai, limitada ao sul pelos rios Ibicuí-Jacuí. O seu solo é mais rico que o das outras regiões. Como indica o nome, trata-se do planalto elevado; a sua altitude, que varia entre 100 até mais de 900 metros acima do nível do mar, faz a zona mais fria do estado. Matas cobrem a metade da área ao norte e leste do Estado, já no extremo oeste, os campos tomam conta do resto. Para propósitos históricos a região da Serra pode ser dividida em três sub-regiões<sup>2</sup>: Zona Colonial, o Planalto Central e o Distrito das Missões.

Love (1989) destaca que a Zona Colonial constitui a porção oriental da região, povoada, em sua maioria, no século XIX, por colonos alemães e italianos empenhados em uma lavoura mista; a partir de então, os seus descendentes e outros imigrantes não-ibéricos empurraram propriedades cultivadas por eles e pelas respectivas famílias para oeste e para o norte, na direção do Vale do Uruguai. Na parte centro-norte da Serra, os colonos derrubaram as matas e plantaram trigo, transformando o distrito em um dos maiores celeiros do Brasil por volta de 1940. À diferença das seções de mata, os campos da Serra foram ocupados nos séculos XVIII e XIX por estancieiros. O Planalto Central foi originalmente colonizado por sertanistas e fazendeiros vindos de São Paulo. O Distrito das Missões, cujo nome deriva dos aldeamentos jesuítas estabelecidos no século XVII para converter os índios Guaranis, foi reivindicado pelo Brasil na década de 1750, à medida que os fazendeiros se moviam para o norte, a partir da

---

<sup>2</sup> Ver Love, 1975 p.101.

Campanha, e para oeste, a partir do Planalto Central. Como a última região a ser ocupada, a Serra viu-se isolada do eixo comercial do Litoral, e careceu de um meio de transporte barato para centros de consumo e distribuição enquanto a estrada de ferro não cruzou a região no princípio do século XX.

No último quartel do século XVIII, a Campanha e a área que cerca Pelotas, no Litoral, passaram a ser o ponto de ligação de economia do Rio Grande do Sul, como o centro de charque e produção de gado. No entanto, nas últimas décadas do regime imperial (1870-89), importantes mudanças ocorreram na estrutura econômica e social do Rio Grande do Sul. Os mesmos fatores que transformaram o pampa argentino — inovações tecnológicas, investimentos e imigração— tiveram impacto semelhante sobre o Rio Grande do Sul, porém, mais tardio e atenuado.

Pesavento (1980) destaca que inovação e melhoria dos transportes trouxeram ao Rio Grande do Sul um diferencial competitivo. A primeira estrada de ferro da Província iniciou as suas operações em 1874, cobrindo a pequena distância entre Porto Alegre e a maior das colônias alemãs, São Leopoldo. Uma extensão dos trilhos ligou o Taquari ao rio Pardo e Cachoeira em 1889, e dois anos depois a linha se prolongou na direção do oeste, rumo a Santa Maria, no coração da Província. Por volta de 1889, o derradeiro ano do Império, os trens diários ligavam Rio Grande a Bagé e Barra do Quaraí a Itaqui. Assim, aos poucos, embora ainda de forma singela, o Rio Grande do Sul passava por um processo de integração entre as regiões, que antes padeciam de meios de transporte mais eficientes e baratos. As regiões fronteiriças ocidentais e sul-ocidentais continuaram a buscar no sul os seus interesses comerciais. Numa situação dessa natureza, o contrabando crescia de forma avassaladora na fronteira.

Love (1975) destaca que o rápido desenvolvimento econômico do Prata e do Rio Grande do Sul fez o contrabando assumir “proporções fenomenais”. O tráfico de contrabando continuou a preocupar a polícia da fronteira em pleno século XX. O problema tenderia a diminuir à medida que o Rio Grande do Sul atingia um grau mais alto de integração econômica e com a intensiva repressão das autoridades, e o combate ao contrabando foi algo perseguido drasticamente pelo governo Republicano gaúcho no início do século XX.

Assim, por mais singela e precária que fosse a integração da Província gaúcha com o restante do Império, os laços do Rio Grande do Sul com os demais estados do Brasil eram fortes. Nas exportações interprovinciais, o Rio Grande do Sul figurava em segundo lugar (por valor) entre as unidades constituintes do Império em 1885-86. O Rio Grande do Sul tornava-

se um dos principais fornecedores das demais regiões do Império, principalmente das regiões litorâneas situadas no centro do país.

Dean (1980) destaca que durante toda a República Velha, a economia rio-grandense continuou a orientar-se essencialmente para o seu mercado interno e brasileiro. O Rio Grande do Sul vendia dois terços a três quartos dos artigos que remetia através das fronteiras, no período de 1910 a 1930, a outras partes da nação. Produtos alimentícios representavam cerca de dois terços do valor total de mercadorias enviadas para fora do estado de 1920 a 1930. A pecuária e as indústrias auxiliares representavam quase um terço, com flutuações entre 30 a 40%. Assim, o Rio Grande do Sul ingressou no contexto nacional como estado produtor de bens de consumo leve, oriundos do setor agropecuário.

Portanto, como o Rio Grande do Sul, desde o princípio de sua formação econômica, esteve altamente articulado com o setor agropecuário, parte-se dessa premissa para fomentar a pesquisa, destacando-se as principais atividades econômicas e articulando-as com a trajetória industrial. O trabalho foi desenvolvido em três capítulos, além da introdução e da conclusão. Cada capítulo contribui para a determinação de um padrão de desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul ao longo do século XX. Contudo, o objetivo geral deste estudo é investigar, através dos censos industriais e das referências bibliográficas, o padrão de desenvolvimento industrial gaúcho no período que se estende da década de 1920 até a década de 1980, e verificar as mudanças estruturais e as principais características, comparando-o com o padrão nacional e de outras regiões brasileiras.

Para tanto, realiza-se uma breve contextualização das principais atividades econômicas do estado no início do século XX. No primeiro, busca-se desenvolver a formação econômica regional, destacando-se as principais atividades econômicas do estado no início do século XX - a produção de charque e outros bens agrícolas - a condução política e caracterização das principais correntes ideológicas no início do século XX. Nesse capítulo, também se caracterizam as expansões agrícolas, comerciais e industriais. Por estar situado no extremo sul do Brasil, devido às difíceis condições portuárias, a região do Rio Grande do Sul desfrutou, por algumas décadas, de um relativo isolamento. O acesso precário ao estado protegeu, de certa forma, a indústria local da concorrência com o exterior e com os estados do centro do país, onde se localizavam produtores dotados de capacidade competitiva. Portanto, o Rio Grande do Sul contou com a proteção do relativo isolamento, ou seja, o difícil acesso à região, permitindo que a indústria local se desenvolvesse protegida da concorrência externa, tendo surgido e se desenvolvido com base em recursos e mercados locais. Assim, formulou-se a

hipótese de um padrão de desenvolvimento industrial gaúcho, que abrange um período que vai de 1920 a 1955<sup>3</sup>.

No segundo capítulo, aborda-se a questão da crise da econômica gaúcha e as diferenças regionais (industrialização paulista). A partir de meados da década de 1950, o Rio Grande do Sul mergulha na estagnação, pois, as taxas de crescimento da economia são praticamente nulas (ACCURSO, CANDAL e VERAS, 1965) A crise do setor primário contribuiu para desacelerar o crescimento industrial, determinando uma crise econômica que afetou as bases e mudou os traços do modelo industrial gaúcho. Ademais, concomitantemente a isso, indústria paulista realiza um salto de crescimento e torna-se, de maneira contundente, a maior e mais evoluída indústria regional do país. Portanto, levanta-se uma segunda hipótese: o crescimento mais acelerado da indústria do centro do país gerou um hiato cada vez maior entre a indústria paulista e a gaúcha. Contudo, a maior integração espacial e econômica dos estados brasileiros implicou aumento da concorrência nos mercados locais e centrais. Esse hiato entre as indústrias regionais favoreceu a concorrência dos produtos produzidos fora do Rio Grande do Sul com melhor preço e maior valor agregado. Além da integração nacional, existiam outros agravantes da crise econômica, como a estagnação e a falta de investimentos em tecnologia da agropecuária gaúcha, que favoreceram diretamente o encarecimento dos insumos básicos utilizados pelas indústrias ligadas ao ramo primário.

No terceiro capítulo, são abordadas as principais mudanças estruturais referentes à indústria gaúcha, às transformações políticas e à condução da administração pública do Estado. Na década de 1960, a indústria do Rio Grande do Sul e sua economia, de modo geral, apresentaram uma retomada de posição entre os estados mais pujantes do Brasil. Ocorreu, desde então, uma profunda reestruturação industrial do Estado. O investimento em infraestrutura, a reformulação das indústrias tradicionais e o desenvolvimento do segmento de indústrias dinâmicas foram os pilares básicos na nova inserção da indústria do Rio Grande do Sul no contexto nacional, e assim, retoma sua importância entre as principais indústrias regionais do país.

Portanto, pode-se deduzir que ocorreu uma ruptura do sistema antigo, o surgimento de um novo padrão de desenvolvimento industrial com novos determinantes do crescimento. Assim, na relação industrial, houve uma reestruturação em termos setoriais, com traços que apontam para o surgimento de um novo padrão industrial, com maior presença de ramos

---

<sup>3</sup> Ver Herrlein , 2000a.

dinâmicos, mudanças no perfil de organização das empresas, maior agregação de valor, maior intensidade de capital e concentração técnica e econômica da produção.

Assim, formula-se a terceira hipótese, de constituição de um novo padrão industrial gaúcho. De forma geral, a problemática do trabalho conduz à indagação sobre como o padrão gaúcho industrial se desenvolveu ao longo de quase um século, ou seja, como aconteceu o desenvolvimento industrial e quais foram as bases de seu crescimento. Assim, o trabalho buscará relacionar as informações da bibliografia existente sobre o assunto com a análise dos dados obtidos no Censo Industrial do Brasil (IBGE), ao longo dos anos de 1920 (1919), 1940 (1939), 1950 (1949), 1960 (1959), 1970, 1980.

Para isto, devido à complexidade e disponibilidade de dados, considera-se apenas a indústria de transformação, atualmente classificada, pelo IBGE, em 21 diferentes gêneros, que nesse estudo foram agrupados em nove ramos industriais, para fins de homogeneidade das estatísticas de seis censos industriais<sup>4</sup>. Os nove ramos industriais podem ser divididos em dois grandes grupos: as indústrias tradicionais e as indústrias dinâmicas.

Com a formatação dos dados, realizaram-se, no decorrer do estudo, diversas comparações estatísticas e de processos históricos do Rio Grande do Sul com outras regiões do país. Os procedimentos metodológicos do estudo foram baseados na identificação do padrão da indústria no Rio Grande do Sul, através do estudo de indicadores elaborados com as estatísticas dos Censos Industriais do Brasil para seis momentos no tempo, que marcam a passagem de uma ou duas décadas. Essas séries estatísticas, devidamente equiparadas e deflacionadas, permitem identificar diversas características da produção e das técnicas industriais, fornecendo subsídios claros para elaboração de um perfil industrial gaúcho. Outros aspectos que definem um padrão de indústria foram buscados na literatura e em dados secundários, através de uma revisão bibliográfica. Na exposição que se segue, os resultados são analisados de forma cronológica, contemplando-se o processo de evolução histórico do manancial bibliográfico existente.

---

<sup>4</sup>Os 21 gêneros da indústria de transformação são: minerais não-metálicos, madeira, couros e peles, produtos alimentares, bebidas, fumo, têxtil, vestuário e calçados, mobiliário, papel e papelão, editorial e gráfica, química, borracha, perfumaria, sabão e velas, produtos farmacêuticos, produtos de matérias plásticas, metalúrgica, mecânica, material de transporte, material elétrico e de comunicação, e diversas. Para observar a agregação dos 21 gêneros em nove ramos, ver *Tabela A-1* no Anexo Estatístico.



## **1 PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Neste capítulo, examinam-se os principais conceitos históricos do desenvolvimento econômico e industrial no Rio Grande do Sul ao longo da primeira metade do século XX. De maneira geral, a indústria gaúcha nasceu e evoluiu de modo singular, ou seja, apresentou um padrão de desenvolvimento peculiar no quadro das indústrias regionais brasileiras. Esse desenvolvimento ocorreu, em um primeiro momento, nos marcos de um padrão de desenvolvimento industrial que prosperou até a década de 1950, pois, a economia gaúcha cresceu protegida da concorrência internacional e nacional, devido ao relativo isolamento do Estado e à carência de divisas que dificultavam o ingresso dos produtos estrangeiros.

Esse relativo isolamento favoreceu, até certo ponto, o desenvolvimento da indústria regional que, por característica regional, cresceu intimamente ligada ao setor primário, o que fez predominar, até metade do século, o desenvolvimento da indústria tradicional, com a produção de bens relacionados ao setor agropecuário: alimentos, bebidas, têxteis, vinhos e banha. Cabe salientar a importância do mercado de charque, tradicional produto que sustentou por décadas um lugar destacado na pauta de exportações do Rio Grande do Sul. Posteriormente, outros produtos de origem agropecuária - arroz, trigo e mais recentemente a soja - ganharam destaque na pauta de exportação do Estado, ou como poupador de divisas, pode-se citar a questão do trigo gaúcho.

No panorama político, o projeto republicano ambicionava, no início do século, desenvolver e incentivar o crescimento da indústria gaúcha. A idéia principal era fornecer ao estado uma outra via desenvolvimento econômico e diminuir a dependência do mercado externo. Os maiores expoentes do Partido Republicano, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, contavam com o apoio das classes populares, urbanas e da região da colônia. A formação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), ao final do Império, ocorreu à

margem dos grupos políticos vinculados à dominação oligárquica tradicional. Essa ruptura constitui-se numa verdadeira revolução política, de natureza burguesa e conservadora que provocaram o deslocamento da oligarquia vinculada a economia pastoril da Campanha, o desmonte da forma de dominação tradicional patrimonialista. Assim, as propostas republicanas se perpetuaram, ao longo do início do século, com a tomada do poder central do Estado, contrapondo a idéia dos charqueadores e estancieiros do Rio Grande do Sul e deixando marcas claras no rumo do desenvolvimento industrial gaúcho. E, por fim, o capítulo destaca a formação industrial do Rio Grande do Sul, sua origem e seu desenvolvimento, passando pela elaboração do perfil industrial até a metade do século XX, realizando um comparativo com a indústria paulista e a brasileira.

### 1.1 PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO ESTADO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Do mesmo modo que na área afetada diretamente pelo café, no Rio Grande do Sul forjam-se as condições para a geração de um capitalismo tardio, ou seja, aquele possível de desenvolver-se em áreas oriundas de uma formação colonial, historicamente dependente e subordinada, resguardando a especificidade das condições das áreas coloniais criadas e montadas a fim de fornecer um excedente econômico às áreas centrais. Nesse sentido, as áreas americanas sempre estiveram ligadas, em função de um processo de formação do capitalismo. Contudo, em determinado momento, o modo de produção capitalista, com o qual a realidade latino-americana se achava conectado em termos de relações comerciais, passou a internalizar-se no contexto colonial.

De acordo com Pesavento (1980) a extinção da escravidão e a passagem para a economia fundamentada em relações de produção assalariadas foram essenciais para a configuração industrial. Nesse sentido, considera-se que tanto o momento da passagem da monarquia para a república quanto todo o período que se estende até 1930 constituíram uma fase crucial em que se estruturaram internamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo. A dinamização interna do capitalismo, por sua vez, correspondeu às exigências de reprodução do capital em escala mundial. Nos países periférico-dependentes, como o Brasil, o café cumpriu um papel fundamental no processo. Tanto a agricultura quanto o comércio desempenharam, nesta fase, a função de proporcionar a

acumulação. Da mesma forma, a indústria, neste período, apresentou-se como uma função do setor exportador.

Pesavento (1980) destaca, ainda, que “o Rio Grande do Sul, como área subordinada à economia central brasileira, cumpriu um papel nesse processo, ao produzir para o mercado interno que então se desenvolvia no país, considerando a sua atividade econômica primordial, a pecuária, formada pelo binômio criação-charquada”.

Assim, no século XIX, a vinda do imigrante europeu incrementou uma atividade agrícola comercial especializada e dirigida ao mercado interno, reforçando o caráter pelo qual a economia do estado se integrara ao mercado brasileiro, adaptando-se às condições deste. Com sua economia mercantilizada de base primária – exportadora vinculada como periférica ao mercado nacional em formação, bem merecia a designação de “celeiro do país”, tendo em vista a destinação e os tipos de produtos que exportava: charque, couro, gêneros agrícolas de subsistência, banha e vinho.

Para Love (1982), a produção de charque continuou a ser a principal atividade derivada da pecuária no Rio Grande do Sul durante toda a República Velha, e no fim do período o estado era responsável por 80% da produção nacional. Os fregueses do charque gaúcho eram as classes inferiores das cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. No início da República, o charque representava um terço do valor dos bens embarcados para fora do estado. No final do período, havia uma ligeira queda das vendas de charque, pois, a carne seca passava a ser gradativamente substituída pelas operações frigoríficas e inovações na indústria.

A literatura, de forma geral, destaca que o mercado do charque era extremamente difícil, pois os problemas que haviam perturbado os criadores de gado e os produtores de charque durante todo o século XIX, continuaram a afligi-los até 1930. As indústrias de carne Argentina e do Uruguai tinham-se avantajado sensivelmente às operações gaúchas. Já, no começo de 1906, o grosso da carne Argentina destinada à exportação era congelada ou enlatada. A Argentina adquiriu o seu primeiro frigorífico em 1883. No Brasil, só em 1940 o gado abatido e destinado ao congelamento e enlatamento da carne superou, em número, o abatido para a produção de charque. Portanto, apesar das grandes dificuldades a produção de charque resistiu ao longo do tempo no Rio Grande do Sul.

### 1.1.1 Mercado do Charque e couro

Conforme mencionado anteriormente, a pecuária, e, com base nela, as charqueadas, foram a principal atividade econômica gaúcha até o início do século XX. Embora tivesse originado fortunas e permitido a acumulação de capitais que seriam investidos em outras atividades ao longo do tempo, a produção de charque era uma atividade de rentabilidade oscilante, menor que a dos produtos exportáveis de outras regiões do país, como o café ou o açúcar.

O charque era utilizado basicamente na alimentação dos escravos e das camadas de baixa renda da população, contribuindo, dessa forma, para manter baixo o custo de vida e de produção. Em vista disso, os mercados consumidores do centro do país pressionavam o governo imperial para que mantivesse baixas as taxas de importação do produto da região do Prata<sup>5</sup>. Este, mais barato e de melhor qualidade que o gaúcho, também encontrava melhores condições de comercialização em outros países. Assim, o atrito provocado pela divergência da política de comércio do charque e a perda de competitividade do produto gaúcho, seriam alguns dos principais motivos da Revolução Farroupilha 1835-45.

As críticas dos produtores gaúchos também estavam relacionadas à política de importação do sal (em geral importado da Espanha). O sal, principal insumo para a produção do charque, e as taxas cobradas pela importação oneravam a produção gaúcha de carne salgada, reduzindo a competitividade, mesmo no mercado nacional. Da mesma forma, as altas taxas sobre a importação de sal de *Cádiz* prejudicavam o proprietário do estabelecimento, vendo elevar-se o preço do gênero necessário à elaboração do charque e redundando em novo acréscimo no setor produtivo.

Conforme Pesavento (1980), o problema do sal de *Cádiz* “deve-se a que este era considerado pelos saladeiristas como o único válido para a fabricação do charque, em detrimento do sal nacional”. Pela constituição de 1891 cabia à União taxar os impostos de importação, e não aos Estados, assim o controle de tal mecanismo escapava aos interesses do Rio Grande do Sul. Apesar de tudo, havia à época, uma atenção especial ao preço do charque, para ser um dos principais produtos utilizados na alimentação, principalmente das classes menos favorecidas. Portanto, interessava o menor custo, pois, a idéia era preservar o baixo preço do produto e manter a lucratividade das lavouras de café do centro do país, principal fonte de divisas.

---

<sup>5</sup> Prata: países situados na região do Rio da Prata, como Argentina e Uruguai.

O charque do Prata era efetivamente de melhor qualidade, tanto pela natureza do rebanho e pastagem, quanto pela produtividade obtida pela mão-de-obra livre em contraposição à escrava, predominantemente no Brasil. A falta de infra-estrutura de transporte do Rio Grande do Sul dificultava a ação de competir com o preço do charque uruguaio e argentino, provocados pelos elevados frete decorrentes de um deficiente sistema de transportes.

A começar pelo transporte ferroviário, Pesavento (1980) diz que a formatação do transporte era notadamente incapaz de atender as necessidades de escoamento da produção do Estado, seja pela insuficiência da rede, seja pela insuficiência de vagões ou pelos maus serviços, como atrasos e falta de condições que assegurassem a manutenção dos produtos.

A maior parte das linhas férreas do Rio Grande do Sul pertencia à União, que pelo contrato de 18.06.1905, unificou-as à CIE. *Auxiliaire des Chemins de Fer Brésil*, constituídas por capitais belga e americano, e representados por Percival Farguhar. Este arrendamento deveria durar até 15.03.1968. Na teoria, tal evento vinha a corresponder às necessidades de expansão do sistema de transportes do Rio Grande do Sul, ligando as zonas produtoras ao litoral. Na prática, porém, a ineficiência do serviço ferroviário asfixiava a produção, cobrando altos fretes e não satisfazendo quanto aos transportes (PESAVENTO, 1980, p. 39).

Da mesma forma que a estrada de ferro, o serviço portuário do rio Grande do Sul também ficava a desejar. Sintetizando, pode-se colocar que, no plano da produção, a charqueada se encontrava em crise, tendo em vista o seu arcaísmo técnico e a predominância de critérios quantitativos. Por outro lado, fatores como o alto preço da matéria-prima, a elevada taxa sobre a importação do sal e o deficiente sistema de transportes eram fatores que oneravam muito o custo da produção. Decorre daí as constatações de que a produção charqueadora apresentava limitações sérias ao avanço das forças produtivas e a possibilidades de obter maiores lucros.

Apesar da dificuldade de comercialização e do posterior início das operações dos frigoríficos, o charque continuou como o principal produto de exportação do Rio Grande do Sul até meados da década de 1930, quando foi superado pela carne processada. Durante os anos de 1920 e boa parte da década de 1930, mesmo os frigoríficos de capital estrangeiro tinham como principal produto à carne salgada.

Na Tabela 1, pode-se analisar a pauta de exportação do Rio Grande do Sul, no início do século XX. Cabe salientar a importância dos produtos ligados à pecuária como a produção de charque, couro e lã, os principais produtos de exportação da pauta gaúcha. Porém, é possível identificar a gradativa desaceleração das exportações do charque ao longo das

décadas, reflexo de decadência do comércio do charque e da incorporação de novas tecnologias (substituição pela carne refrigerada).

**Tabela 1**  
Participação dos principais produtos no valor total das exportações do Rio Grande do Sul, segundo as somas dos valores em períodos selecionados 1878 – 1888/ 1919/1929 (%)

<b>Produtos</b>	<b>1878 - 1888</b>	<b>1889 - 1900</b>	<b>1919 -1929</b>
(1) Charque	30,3	25,9	19,1
(2) Couro	30,5	18,9	10,1
(3) Lã	1,4	1,9	4,2
(4) Carnes Frigorificadas	-----	-----	3,8
<b>(I) Subtotal: soma (1) a (4)</b>	<b>62,2</b>	<b>46,5</b>	<b>37,2</b>
(5) Banha	1,8	11,3	15,6
(6) Farinha de Mandioca	3,2	7,3	2,2
(7) Feijão	0,2	7,6	3,8
(8) Fumo	1,9	2,9	4,3
(9) Outros (*)	1,7	1,8	3,4
(10) Vinho	0,1	0,1	2,5
<b>(II) Subtotal: Soma de (5) a (10)</b>	<b>8,8</b>	<b>31,0</b>	<b>31,6</b>
(11) Arroz	-----	-----	10,1
<b>(III) Total (I) + (II) + (11)</b>	<b>71,0</b>	<b>77,6</b>	<b>78,9</b>
<b>Total do RS</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

(\*) Batata-inglesa, erva-mate, cebolas e alho.

Fonte: Herrlein Jr., 2000 p.25.

No processo de produção de charque desenvolvia-se a atividade econômica do couro, o qual era obtido em grande quantidade na produção de charque, e sua maior parte era embarcada em Rio Grande ou Pelotas, seco ou salgado, para ser processado no exterior. No Rio Grande do Sul, apenas pequena parte do couro era curtida e somente de forma artesanal, pois havia ausência de curtumes no estado no início do século. Os primeiros embarques de couro curtido foram registrados em 1871, com 2.900 unidades. Chegaram a 88 mil em 1981, sendo que não há registros em alguns anos.

Como se pode observar (Tabela 1), com o passar do tempo e com a influência direta dos imigrantes europeus que desembarcaram no início do século, no Rio Grande do Sul, outras atividades econômicas, passava a ganhar destaque na pauta de exportações do Rio Grande do Sul, os produtos banha, fumo e vinho ganharam força na pauta de exportação do estado, com destaque especial para o arroz que passou a representar 10,1 % das exportações gaúchas (1919 – 1929). A produção de arroz passou a ser um dos principais produtos agrícolas produzidos no Rio Grande do Sul. No decorrer do capítulo apresentam-se detalhes do processo de inovação no cultivo de arroz no estado e os seus benefícios referentes à mecanização da lavoura.

Por fim, Pesavento (1980) destaca que a importância da produção do charque no Rio Grande do Sul é dada pelo censo industrial de 1907, elaborado pelo Censo Industrial do Brasil, que por ter algumas falhas não representa uma fonte absolutamente fidedigna de dados, mas não pode ser ignorada por completo. De acordo com o Censo Industrial de 1907, 26 das 100 maiores firmas manufatureiras do Brasil estavam localizadas no Rio Grande do Sul, conforme a Tabela 2. Dessas, 16 tinham como produto a carne seca. As 10 restantes dedicavam-se à produção de banha (3), de tecidos (3), de chapéus (1), de vinho (1), à moagem (1) e a fundição (1).

**Tabela 2**  
As 100 maiores firmas manufatureiras, 1907  
Relação dos estabelecimentos gaúchos

Ordem	Nome da firma	Setores	Valor da produção	Capital	Trabalhadores
8	Emilio Calo & Cia	Carne seca	5.563	900	500
16	Araya Irigoyen	Carne seca	3.735	500	410
20	Ribeiro Magalhães	Carne seca	3.362	500	370
28	Otero, Gomes & Cia	Banha	2.780	1.200	100
31	Pedro Osório & Cia	Carne seca	2.438	500	350
32	Industrial Bageense	Carne seca	2.434	400	300
33	Albino Cunha	Moagem	2.420	616	160
53	S.A	Carne seca	1.759	259	200
54	João Tamborim	Carne seca	1.759	100	150
55	Nicolau Alam	Carne seca	1.713	100	200
56	Cia. União Fabril	Tecidos	1.710	5.000	1.008
60	Uma Cia	Carne seca	1.669	350	180
61	Jacob Renner & Cia	Banha	1.650	500	55
62	Nunes & Irmão	Carne seca	1.650	120	70
69	Christiano Jacob Trost	Banha	1.400	380	41
72	Empresa Lacerda & Cia	Carne seca	1.288	250	60
83	José Andrezza	Vinho	1.200	150	84
85	Breitas & Filho	Carne seca	1.146	150	100
87	Manuel Patrício & Filho	Carne seca	1.110	120	85
88	Zeferino Lopes Moura	Carne seca	1.109	180	78
91	F. Rheingantz	Chapéu	1.100	300	164
93	Mendonça Azevedo	Carne seca	1.066	250	79
94	Augusto Nogueira	Carne seca	1.066	150	80
97	Fabril Paulistana	Tecidos	1.050	3.687	400
98	Santo Becchi & Cia	Tecidos	1.050	800	700
100	Mecânica e Importadora	Fundições	300	5.000	353

Fonte: Censo Industrial do Brasil apud Dean, Warren<sup>6</sup> (1989, p.262).

<sup>6</sup>O autor destaca as possíveis falhas no Censo Industrial de 1907. Apesar das falhas pode-se verificar a importância da indústria de charque no RS. O valor da produção de tecidos foi calculado por metros na base de 0,3 mil-réis/ metro. Retiraram-se algumas firmas, porque parece haver superestimado o valor da sua produção.

Apesar das possíveis falhas do censo de 1907, pode-se fazer um esboço da representatividade da indústria do charque e observar que 26% das maiores empresas do Brasil localizavam-se no Rio Grande do Sul, 15% em São Paulo e 27% na Guanabara. Dentre as maiores do Rio Grande do Sul, 61,5% eram representadas pela manufatura da carne seca. De certa forma, isso representa que a indústria do charque foi uma das precursoras do movimento industrial no Rio Grande do Sul.

### **1.1.2 Lavoura Capitalista do Arroz**

Outra atividade econômica que ganhou força no Rio Grande do Sul, no início do século, foi a produção de arroz. Como produto agrícola de exportação, o arroz foi precedido, pelo trigo cultivado pelos açorianos. Era umas das produções coloniais, cultivadas geralmente por pequenos agricultores, com mão-de-obra familiar ou alguns poucos escravos, e com baixo nível técnico. Assim, eram comercializados os excedentes da produção.

O arroz, embora tenha feito parte da produção colonial alemã, ao longo do último quartel do século XIX, tornou-se, na primeira década de 1900, a primeira lavoura tipicamente capitalista devido ao pioneirismo do arroz irrigado em Pelotas, em 1903/05. Com mão-de-obra assalariada, arrendamento de terras, utilizando a irrigação e produzindo para o mercado.

Muller (1998) relata que, inicialmente, a produção foi destinada ao próprio mercado colonial do Estado, porque as exportações para outras regiões do Brasil eram difíceis e onerosas. Rapidamente, a produção se estendeu para outras regiões de terras planas e facilmente irrigáveis por inundação, levada, em geral, por empreendedores de origem alemã. No início do século XX, contando com uma legislação federal protecionista, o cultivo de arroz estabeleceu-se em municípios da zona central e do litoral da Lagoa dos Patos, por iniciativa de capitais ligados à pecuária ou ao comércio nesses municípios, onde predominavam as atividades pecuárias e charqueadoras. O arroz foi o produto que teve a expansão mais significativa nas exportações no início do século XX. Exportado para os mercados brasileiros e do Prata, apesar das participações crescentes nas exportações regionais (alcançando 10,1% do valor total no período 1919-1929), o consumo interno sempre predominou na absorção da produção, de modo que de 1925-1930 as exportações representaram apenas 24% da produção.

Na questão tecnológica, o desenvolvimento da cultura de arroz no Estado iniciou um processo de modernização, com irrigação por meios mecânicos. É difícil perceber o que a orizicultura significou em termos de mecanização no Brasil do início do século, pois, o país



era essencialmente agrícola. As lavouras do Brasil utilizavam pouca tecnologia de produção e o trabalho era basicamente realizado manualmente ou com tração animal, mesmo na lavoura do café do centro do país. Ademais, na esfera industrial a cultura de arroz expressava, de forma singela, o início da mecanização da agricultura, que mais tarde beneficiaria diversos ramos industriais, por exemplo, os ligados à produção de máquinas e implementos agrícolas.

De acordo com Love (1989), o arroz tornou-se o principal cereal comercial por volta de 1920, e foi uma das culturas do Rio Grande do Sul que revelou considerável eficiência, tornando-se o principal produtor de arroz do país. Depois da carne e dos seus subprodutos, o arroz passou a ser a mercadoria mais importante exportada pelo estado na última década da República Velha. O plantio de arroz continuou a expandir-se rapidamente na década de 1920, até que a superprodução acarretou a queda dos preços; dali por diante, se fez um esforço para controlar o suprimento.

## **1.2 O CONFLITO POLÍTICO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ESTADO**

Na questão política, no sul, ao contrário de outras regiões do Brasil, a proclamação da República garantiu a transição do controle do poder político regional das mãos dos interesses pastoris para as do novo bloco social, mais amplo e diversificado. O novo regime eleitoral republicano ensejou que o Norte mais populoso vergasse sobre o Sul do Estado. Após a proclamação da República, comerciantes, criadores serranos, exportadores, financistas, industrialistas, plantadores, proprietários coloniais, etc., em geral sem representação política institucional, aderiram ao projeto do PRR, já que interpretava suas necessidades.

O PRR surgiu por iniciativa do Clube Republicano de Porto Alegre que, em fevereiro de 1882, convocou uma convenção regional para que fosse eleita uma comissão encarregada de organizar o partido. Essa convenção já fixava quais seriam os principais objetivos da propaganda do partido: "demonstrar a superioridade da República Federal sobre a monarquia". O partido teve seu primeiro congresso em 1883, tendo, como líder, Júlio de Castilhos. Desde seu início, o PRR teve forte influência positivista, seguindo os princípios do filósofo francês Augusto Comte.

O positivismo<sup>7</sup> teve influência fundamental nos eventos que levaram a proclamação da República no Brasil. Assim, de forma antagônica ao movimento republicano, o Partido Federalista do Rio Grande do Sul foi fundado, em 1892, por Gaspar Silveira Martins. Em tese, o partido defendia o livre comércio entre as fronteiras do Rio Grande do Sul, os subsídios para os pecuaristas do estado, o sistema Parlamentar de governo e a revisão das constituições estaduais, prevendo a centralização política e o fortalecimento do Brasil como União Federativa. Dessa forma, essa filosofia chocava-se frontalmente com a constituição do Rio Grande do Sul de 1891. Inspirada no positivismo e no presidencialismo, resguardando a autonomia estadual, filosofia adotada por Júlio de Castilhos, chefe do Partido Republicano, e que seguia o princípio de Auguste Comte.

Os seguidores de Gaspar da Silveira Martins, *Gasparistas* ou **maragatos**<sup>8</sup>, eram frontalmente opostos aos seguidores de Júlio de Castilhos, *castilhistas* ou **pica-paus**, e se empenharam em disputas sangrentas que desencadearam a Revolução Federalista. Essa guerra civil durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895 e foi vencida pelos *Pica-paus*, os seguidores de Júlio de Castilhos. Neste conflito, houve mais de dez mil mortos e centenas de milhares de feridos.

Antes dos conflitos armados, no fim do Império, a economia exportadora sulina ingressara na estagnação, explicada pelos republicanos como resultado do esgotamento de padrão de crescimento atrelado, quase exclusivamente, à produção pastoril-charqueadora que vendia charque e couro, sobretudo para as demais províncias brasileiras. Assim, o projeto econômico do Partido Republicano ganhava força na sociedade gaúcha. Foi significativa a adesão de setores médios urbanos, interessados na proposta de qualificação e de expansão da intervenção do Estado. Em relação ao regime liberal-latifundiário, o programa republicano abria espaços relativos e subalternizados de expressão e de realização às classes plebéias e operárias.

Herrlein Jr. (2000) ressalta que o novo grupo no poder era inicialmente composto por jovens republicanos, profissionais liberais, cujas fortunas enraizavam-se na pecuária<sup>9</sup>. Não possuíam nenhuma experiência na administração pública da Província e não pertenciam às

---

<sup>7</sup> O **positivismo** foi uma corrente filosófica cujo mentor e iniciador principal foi Auguste Comte, no início do século XIX.

<sup>8</sup> Os termos "maragato" e "pica-pau", usados para se referir às duas grandes correntes políticas gaúchas, e identificados, respectivamente, com o uso do lenço vermelho e do lenço branco, surgiu no Rio Grande do Sul em 1893, durante a Revolução Federalista.

<sup>9</sup> Ao início da República, os membros do PRR eram principalmente oriundos de famílias de estancieiros provenientes da região noroeste do estado, de ocupação mais recente e mais pobre que a Campanha, quer pela ausência de charqueadas, quer pela distância dos centros consumidores. Eram estancieiros, mas não faziam parte da elite econômica e nem da oligarquia política regional (Herrlein Jr., 2000. p.57).

redes coronelistas de poder local no Rio Grande do Sul. Por isso, trataram de desmontar, em breve período, a máquina político-administrativa do Partido Liberal, substituindo os ocupantes dos cargos do serviço público estadual, do federal e das administrações municipais.

O PRR, desde logo, encontrou apoio no Exército Nacional e nos primeiros anos da República forjou uma institucionalidade própria para a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (1891), na forma de uma “ditadura republicana”. Portanto, para se manter no poder era fundamental a aliança dos republicanos sul-rio-grandenses com o Exército Nacional, estabelecendo as condições iniciais para que implementassem uma experiência política singular, controlando o poder político por quase quarenta anos<sup>10</sup>. Ainda nos primeiros anos da República, o Governo do Estado instituiu a Brigada Militar, um exército que teve papel fundamental no combate às milícias armadas da oposição Federalista e, com isto, a manutenção do poder. “Dentre as regiões brasileiras, apenas o Rio Grande do Sul experimentou uma ruptura política dessa magnitude, marcando a ascensão de uma nova elite política que dispôs do poder público estadual para o projeto político inspirado no positivismo” (HERRLEIN Jr., 2000a).

O domínio político do PRR, instável nos primeiros anos da República, consolidou-se à medida que foi capaz de impor seu projeto de Constituição, vencendo a “sangrenta” guerra civil, que popularizou a prática desumana, da degola dos prisioneiros de guerra. A constituição estadual era basicamente a mesma que a Apostolada Positivista do Brasil apresentara na Constituinte Nacional, adaptada para a realidade estadual. Em termos, ela estabelecia uma ditadura que, segundo o ideário positivista, era a forma adequada para que governantes ilustrados administrassem a sociedade cientificamente, visando ao interesse de todos. Era permitida a reeleição do “Presidente do Estado”, que também nomeava o vice-presidente. Não havia poder legislativo em separado, pois, a Presidência do Estado acumulava as funções executiva e legislativa, configurando uma idéia de poder centralizado. Essa Constituição Estadual esteve no centro das divergências com a oposição liberal e motivou as guerras civis, antes comentadas. A Constituição permitiu ao PRR a manutenção do comando estadual, a centralização do poder e a agilidade na ação pública, em vista da ausência de um poder legislativo em separado.

---

<sup>10</sup> Os mandatos dos presidentes do Estado (Governador do Estado), como os designava a Constituição, foram cumpridos por Júlio de Castilhos (1893-98), o principal ideológico do PRR, Antônio Augusto Borges de Medeiros (por cinco vezes), Carlos Barbosa (1908-1913) e Getúlio Dornelles Vargas (1928-1930).

Contudo, Muller (1998) ressalta que foi com Júlio de Castilhos<sup>11</sup>, a maior expressão do projeto republicano gaúcho, que Borges de Medeiros dominou a política estadual na Velha República. Sua administração foi autoritária, mas progressista. Entendia que o progresso não era viável baseado apenas na agropecuária. Por isso, promoveu a industrialização, o comércio, a integração do estado e o investimento em educação. Borges de Medeiros governou, de 1898 a 1908, de 1913 a 1919 e de 1919 a 1928, pois, neste último ano, deixou definitivamente o governo, por força do pacto das Pedras Altas<sup>12</sup> que pôs fim à Revolução de 1923. A solução dos confrontos militares de 1893-5 e 1923 e a consolidação da ordem castilhista-borgista significaram a vitória da cidade sobre o campo, representados, neste caso, pelo arcaísmo dos latifundiários.

Do resultado da Revolução Federalista dependeu a orientação da história gaúcha. Se os federalistas tivessem vencido, a colonização teria sido interrompida; o contrabando, liberalizado; as rendas estatais, empregadas na defesa dos interesses pastoris. A vitória dos pica-paus impediu que o Rio Grande se transformasse, no melhor dos casos, em um Uruguai falando português ou, no pior, em um imenso Bagé! (MAESTRI, 2003).

A revolução de 1923, que interrompeu um longo período de relativa tranquilidade política e progresso econômico, teve motivação política. Para que a insatisfação chegasse a se armar contribuiu a negativa de Borges de Medeiros em tomar providências que privilegiassem a pecuária, que mergulhara numa terrível crise em 1921, ao final do ciclo de expansão das exportações provocada pela Primeira Guerra Mundial. Fiel as suas convicções e cumprindo dispositivo da Constituição Estadual, ambas extremamente positivistas, Borges reduziu gradualmente os impostos estaduais sobre as exportações, substituindo-os por taxa sobre a propriedade. Por uma questão ideológica, negava-se a comprometer os recursos públicos com a defesa de um segmento social em particular, algo que desagradava aos pecuaristas. Ao Estado, na concepção de Borges de Medeiros, caberia a criação das condições favoráveis ao desenvolvimento econômico da sociedade como um todo, intervindo apenas, por meios de obras públicas, para a manutenção da ordem e somente em última instância, quando o setor

---

<sup>11</sup> Júlio Prates de Castilhos, um dos políticos de maior influência da história do Rio Grande do Sul, nasceu em 29 de junho de 1860. Com 17 anos ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde tomou conhecimento da filosofia positivista, que marcaria sua atividade profissional e política. Com a queda da monarquia, tornou-se secretário-geral do governo do Visconde de Pelotas e seu trabalho político mais destacado passaria a ocorrer a partir de 1891, com a Constituinte Estadual. Eleito Presidente do Estado em 1892, Júlio de Castilhos se envolve na mais sangrenta das guerras gaúchas, a Revolução de 1893, da qual saiu vitorioso. Em 1898, transmite o poder do Estado a Borges de Medeiros. Morre durante uma cirurgia na garganta em 23 de outubro de 1903, aos 43 anos. (FONTE: MUSEU Júlio de Castilhos, de Porto Alegre).

<sup>12</sup> 14.dez.1923 — É assinado o Tratado de Pedras Altas, que põe fim à Revolução Libertadora, no Rio Grande do Sul.

privado fosse inoperante ou incapaz de atender as necessidades coletivas, como o crescente controle governamental sobre os transportes.

### **1.2.1 O Projeto e as Ações Republicanas no Rio Grande do Sul**

As concepções do PRR estavam embasadas na filosofia positivista, opondo-se tanto ao liberalismo político quanto ao liberalismo econômico. A hegemonia regional do Partido Liberal, nas últimas décadas do Império, combinava com as transações ideológicas republicanas que remontavam à Revolução Farroupilha, determinando um campo ideológico específico para o surgimento de um partido Republicano Regional, que veio a transcorrer à margem e oposição aos valores liberais e com ênfase acentuada na responsabilidade e no caráter públicos da ação dos governantes. “Os republicanos sul-rio-grandenses entendiam que ao Estado cabia o papel fundamental na organização da sociedade, garantindo a harmonia social (ordem) e promovendo o desenvolvimento econômico (progresso)” (HERRLEIN Jr., 2000).

Os republicanos possuíam uma visão orgânica da sociedade, pregando a incorporação do proletariado moderno e uma sociedade sem diferenças sociais profundas. Segundo a concepção positivista, tanto o capital quanto o trabalho possuem um caráter social, devendo buscar-se a harmonia entre seus interesses, de modo que o capital fosse aplicado somente em benefício da sociedade.

Contrariamente ao liberalismo político, os republicanos positivistas não acreditavam na representação da sociedade através do voto. A verdadeira democracia era a administração da sociedade para todos e não a representação política dos setores da sociedade. O PRR valeu-se do controle do aparelho de Estado para fraudar sistematicamente as eleições, conseguindo assim relegar a oposição a um papel secundário, restrito à assembléia dos representantes (HERRLEIN Jr., 2000 p. 59).

Assim, o Partido Republicano pretendia um governo com uma ação do Estado acima dos interesses particulares de grupos sociais e setores econômicos. Mesmo defendendo a livre iniciativa e combatendo o regime de monopólio, o PRR não aceitava a supremacia do livre mercado sobre a vida social. Admitia a intervenção do Estado na vida econômica, sempre que fosse necessária ao equilíbrio e à harmonia na sociedade. Portanto, o Estado deveria cumprir um papel auxiliar na vida econômica, exercendo uma tutela social, com responsabilidade sobre as condições de abastecimento e ocupação da população local. O positivismo justificava

o intervencionismo governamental, legitimado, no campo ideológico, as ações consideradas fundamentais para o plano econômico republicano pelo caráter social. Se a interferência no campo econômico era válida, neste aspecto a intervenção do Estado não deveria se manifestar na forma de privilégios de grupos dominantes, pois, a intervenção deveria ocorrer somente quando as questões pautadas se tornavam sociais, quando viessem em benefício do coletivo.

Devido a esses princípios, os republicanos sul-rio-grandenses sempre rejeitavam a concessão de crédito público reivindicada pelos pecuaristas, o que, à época, era visto como um privilégio específico, ou seja, um favorecimento do Estado a um grupo econômico. Essas condições diferenciavam o PRR da oposição no Estado, que advogava a “proteção ao boi” da mesma forma que o Estado de São Paulo protegia o café, algo que desagradava os pecuaristas gaúchos (HERRLEIN Jr., 2000).

A idéia do PRR era disponibilizar uma nova via de desenvolvimento para o estado, com uma proposta ideológica baseada no equilíbrio orçamentário, um dos dogmas da doutrina governamental comteana. A intenção era aplicar o orçamento em pontos estratégicos, para estimular o desenvolvimento econômico gaúcho e diminuir a dependência externa, permitindo o crescimento do mercado regional, sobretudo pela melhoria dos transportes. As políticas aduaneira e tributária e os importantes investimentos efetuados pelos republicanos na ampliação dos meios de comunicação – ferroviários, rodoviários, fluviais, lacustres e portuários – expressaram claramente a opção pela extensão e generalização dos espaços de produção, de circulação e de realização capitalista no Estado. A política de diversificação e autonomia econômica, através do apoio à policultura, à agricultura capitalista, ao artesanato, à manufatura, à indústria e ao comércio do novo regime, interpretava as necessidades dos setores sociais mais dinâmicos, sobretudo no nordeste do Rio Grande do Sul.

Nos primeiros anos da República, os federalistas – sucessores políticos dos liberais – viam os investimentos em obras infra-estruturais nas quais não estavam diretamente interessados como desvio das rendas públicas de seu destino *natural*, ou seja, a satisfação das necessidades e dos interesses pastoris-charqueadores.

Maestri (2003) comenta que, à medida que o PRR expressou mais e mais o novo bloco social, em contradição com a economia pastoril, republicanos históricos, positivistas ou não, ligados direta ou indiretamente ao latifúndio, aderiram à oposição, acusando o castilhisismo-borgismo de ditatorial. Republicano histórico, Joaquim Francisco de Assis Brasil foi o principal expoente desse movimento, tornando-se o maior líder ruralista gaúcho. Os federalistas opunham-se também ao protecionismo castilhistaborgista da produção regional, realizado através da repressão ao contrabando de mercadorias do Prata, que interessava à

produção pastoril-charqueadora, pois barateava os meios de subsistência de seus trabalhadores. O contrabando deprimia as rendas do Estado e a produção sulina, sobretudo a serrana, restringindo o mercado regional. O castilhismo-borgismo limitou a apropriação das terras públicas do norte do Estado pelos latifundiários; taxou a transmissão da propriedade, os imóveis rurais, a propriedade da terra; cobrou a dívida colonial; investiu nos meios de transportes e na educação; apoiou a policultura, a agricultura capitalista, a manufatura e a indústria.

Herrlein Jr. (2000) salienta que “a envergadura das ações empreendidas pelos governos do PRR foi possibilitada pela autonomia de que gozaram os Estados na Primeira República”. Essa autonomia era de ordem constitucional, legal e fiscal. Os Estados puderam estabelecer seu próprio código civil, comercial e penal, além de deterem autoridade sobre as jazidas minerais dentro de suas fronteiras, e o direito de negociar empréstimos externos ou vender títulos no exterior.

Os governos republicanos sofreram oposição permanente e muitas vezes armada da fração excluída do poder, que expressava os interesses da classe social dominante até o final do império. A existência de poder ditatorial não reprimiu a ação da sociedade que exigia, do governo republicano, o atendimento das reivindicações, pois a legitimação dos governos republicanos deu-se em larga medida pela eficiência administrativa, pela moralidade dos negócios públicos, pela transparência e clareza das contas do Estado, pelo equilíbrio orçamentário e pela promoção do bem-estar<sup>13</sup> de amplos setores da sociedade, através das políticas econômicas<sup>14</sup>.

Para Pesavento (1990), o PRR se caracterizava como um partido político moderno, organizado, centralizado, disciplinado e fiel as suas ideologias, algo que favoreceu o fortalecimento de sua posição, permitindo organizar o poder público em todo o território, deslocando ou cooptando lideranças locais. Essas características do PRR, associadas à acentuada intervenção do Estado, ampliaram os quadros públicos e favoreceram a ascensão política de elementos da classe média urbana que, aos poucos, assumiram cargos de pequena, média e alta relevância no funcionalismo público, muitas vezes deslocando o poder local tradicional dos estancieiros. Assim, o PRR conquistou o apoio de diversas camadas sociais que aderiram ao projeto republicano de desenvolvimento regional diversificado, que além de uma fração dos pecuaristas, registrava a presença de pequenos proprietários rurais das colônias, comerciantes, das camadas médias urbanas, banqueiros e industriais.

---

<sup>13</sup> “Viver às claras” era um dos lemas positivistas, adotados como norma de vida por Júlio de Castilhos.

<sup>14</sup> Ver Herrlein Jr., 2000a.

### 1.2.2 A Diversificação Produtiva e a Industrialização do Estado

Os governos republicanos gaúchos acreditavam que as limitações econômicas do Rio Grande do Sul eram decorrências de sua condição de economia exportadora de poucos produtos, ou seja, a dependência excessiva dos produtos de origem pastoril. Assim, criticavam a economia do império, devido à dependência acentuada em relação aos produtos de exportação do subsistema pecuário-charqueador. Portanto, para abandonar este sistema era necessário dotar o Estado de uma sólida economia agrícola e abrir um sólido caminho para a sua industrialização. A busca da diversificação permitia, também, reduzir a dependência das exportações de poucos produtos, sendo a pecuária considerada apenas uma das atividades responsáveis pela expansão econômica estadual<sup>15</sup>. Para tanto, era necessária a promoção da colonização de mão-de-obra qualificada, a organização econômica do território, através do combate ao contrabando e da encampação de portos e ferrovias, o estímulo à formação de cooperativas e sindicatos rurais, o manejo das políticas tributária e fiscal para promoção das exportações regionais, medidas que fortaleceram a industrialização do Estado.

De forma geral, a ideologia do Partido Republicano do Rio Grande do Sul pregava a idéia de diversificação da produção e a industrialização do Estado. Portanto, o abandono do modelo baseado apenas na produção de produtos de origem pastoril para exportação era inevitável, algo que desagradava boa parte dos estancieiros. Porém, é importante destacar que a visão dos governos gaúchos não era contrária às exportações, vistas como favoráveis quando associadas à diversificação da pauta, de modo a contrapor-se às crises que afetavam produtos específicos, em diferentes momentos. Mas seu plano econômico para o Estado rompia com os preceitos de uma economia agroexportadora, cuja produção era pautada pela demanda externa. Ao contrário, exportar significava apenas vender para exterior o que economia interna não absorveu: “exporta-se o excesso, depois de abastecido o mercado local que deve produzir tanto quanto for possível para satisfazer suas necessidades”<sup>16</sup>.As exportações eram, assim, consideradas como mercados para excedente da produção estadual e não forma adequada para manter o nível da renda estadual.

Para estimular a economia, o governo assumiu a tarefa de incrementar e estimular todas as zonas da região, desenvolvendo os meios de transporte e realizando gastos que tinham

---

<sup>15</sup> Como citado anteriormente, essa visão republicana, divergia da proposta da oposição para a economia estadual, que deveria se especializar na pecuária, atividade em que o Rio Grande do Sul possuía larga vantagem comparativa. Sendo assim, a oposição sugeria o programa de “defesa do boi”, promovendo especificamente a atividade pecuarista no Estado, tal como ocorrido em São Paulo com o café.

<sup>16</sup> Ver Herrlein Jr., 2000, p. 63.



como objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, como modernizar a infraestrutura: de transportes, energia, recursos minerais e saneamento público, incluindo a promoção do desenvolvimento agrícola, industrial e comercial. Cabe destacar que na área da educação, o governo Republicano, investiu na criação das diversas instituições de ensino básico, técnico e superior. O estímulo favoreceu e difundiu o desenvolvimento da educação no Rio Grande do Sul.

Desse modo, a opção governamental foi pela diversificação da economia gaúcha e diminuição da dependência externa, pois, para o desenvolvimento, era necessário estimular a produção interna diversificada e a diminuição das importações. A ruptura nas concepções políticas materializou-se na perda de poder do setor socialmente dominante, já duramente atingido pela crise econômica, em vista da dissolução do escravismo e do declínio das exportações de charque, uma das principais atividades econômicas do Estado até o início do século XX.

Em suma, o grupo republicano ascendeu ao poder e em pouco tempo passou a deter o controle do aparelho de Estado. Portanto, encontrou condições de implementar seu projeto político de transformação da sociedade gaúcha e a incorporação de novos rumos para a economia. Ao longo do período, surgiram as condições para o estabelecimento de um relativo consenso social em torno da dominação do PRR, em um processo que alargou paulatinamente, as bases sociais dessa dominação e alcançou amplitude máxima sob o Governo de Vargas (1928)<sup>17</sup>.

Tendo em vista as transformações socioeconômicas representadas pela expansão da agropecuária colonial, pela emergência da indústria e pela urbanização e pelas condições políticas nacionais que determinaram a instauração da República e a conseqüente ruptura política no Rio Grande do Sul, é possível compreender a importância decisiva das concepções e do projeto do PRR para a ordenação da sociedade gaúcha e o desenvolvimento econômico do Estado, pois, o projeto republicano convergiu para a diversificação produtiva do Estado. As mudanças propostas pelo PRR não trouxeram somente os grupos emergentes para o poder, mas contribuíram para o crescimento industrial e, em conseqüência, para a difusão de diversos ramos produtivos.

---

<sup>17</sup> Ver Herrlein Jr. 2000, p. 68.

### 1.3 O PADRÃO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL ATÉ METADE DO SÉCULO XX

Ao iniciar o século XX, o centro-sul do país encontrava-se inteiramente comprometido com a produção de café. O Rio Grande do Sul destacava-se como Estado “celeiro”, pois fornecia grandes quantidades de alimentos industrializados ou não, importados por São Paulo e Distrito Federal<sup>18</sup>. Dispondo de uma considerável base primária, a indústria de beneficiamento gaúcha viria a destacar-se no panorama nacional. Assim, o período guardava um fator peculiar de desenvolvimento da economia gaúcha, pois se tratava de um período com alta pujança de crescimento e desenvolvimento. Assim, a economia gaúcha estabeleceu um ritmo de crescimento econômico expressivo, equiparável ao complexo cafeeiro<sup>19</sup> do sudeste brasileiro.

A indústria sul-rio-grandense surgiu no último quartel do século XIX, quando a implantação de algumas fábricas metalúrgicas e têxteis combinou-se à evolução fabril de muitas manufaturas e agroindústrias, nas quais se investiram frações importantes de capitais comerciais acumulados. De um modo geral, o fator decisivo para a constituição das firmas industriais foi o aporte de capital comercial, acumulado, sobretudo nos fluxos mercantis que integravam a zona colonial, com seus produtos agrícolas e derivados, a Porto Alegre e, através desta, ao porto de Rio Grande e aos mercados externos, das demais regiões do Brasil e do exterior. Embora apenas em alguns casos o artesanato comercial tenha dado origem à indústria com base em acumulação própria, essa atividade artesanal, exercida em ampla escala nas colônias de imigrantes europeus e descendentes, forneceu mão-de-obra especializada que favoreceu a formação de indústrias.

Em alguns setores, como o de carnes refrigeradas e têxteis, houve aporte de capitais externos, fosse em escala individual, fosse como resultado de decisões de inversão de grandes companhias estrangeiras. Ao lado dos novos estabelecimentos propriamente industriais que se constituíram desde o final do século XIX, figuravam as charqueadas, que permaneceriam responsáveis por uma parcela importante da produção industrial regional.

Essa indústria regional foi gestada ao longo da Primeira República, assumindo perfis diferenciados nas principais cidades do Estado, nas duas primeiras décadas do século XX<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Distrito Federal – Rio de Janeiro.

<sup>19</sup> O café proporcionou a aglutinação de uma boa porção do território ao redor de São Paulo, que se tornou, por isso, o centro de acumulação do capital em industrial (Herrlein Jr., 2000).

<sup>20</sup> Ver Herrlein Jr., 2000, p.84.

Portanto, o desenvolvimento da economia gaúcha foi marcado por intensa expansão em diversos setores, como o agrícola, industrial, comercial e urbano que se estenderam pelo início do século até meados da década de 1950. De forma peculiar, o estado gaúcho tomou relevância no cenário nacional como uma economia robusta e consistente. A indústria e o comércio regional, de certo modo, atendiam a demanda local, com a produção de bens de subsistência e bens de consumo leve, pois, as barreiras geográficas impostas, pelo difícil acesso as longínquas regiões, até então baseados em uma logística de transporte condicionada de forma precária e insatisfatória. Essa condição favoreceu certo modelo de desenvolvimento regional, pois dificultava as importações e protegia a indústria e o comércio nascente da região. Essa condição estivera presente desde o início da formação da região, estendendo-se por todo o século XIX, ao final do qual se originou a indústria de transformação, propriamente dita.

Em uma época onde somente o interesse mercantil dos compradores de matéria-prima tinha a força para vencer as dificuldades de comunicação entre as longínquas regiões e que o moderno diligente “caixeiro viajante” ainda não havia feito o seu aparecimento, o homem do pampa brasileiro encontrava maiores empecilhos para comprar do que para vender. O resultado prático: no mesmo período em que o senhor de engenho nordestino vestia seu “*croise*<sup>21</sup>” de pano inglês para ir à missa ou para atividades sociais, em que a sela do seu bom cavalo era também inglesa, em que seus sapatos eram ainda ingleses – o estancieiro do Rio Grande do Sul se servia com produtos de consumo obtidos da própria região (TEJO, 1982 p.97).

Assim, Tejo (1982) sustenta a idéia de que a dificuldade de se importar produtos do exterior e de outras regiões do Brasil facilitou o processo de comercialização dos bens produzidos pela indústria gaúcha, que não ultrapassava um padrão rústico, pois, os bens gaúchos tinham um padrão de qualidade muito inferior em relação aos produzidos pela indústria britânica da época.

Portanto, para Tejo (1982), o Rio Grande do Sul permaneceu preservado da concorrência até o início do século XX, período no qual se manteve a proteção natural da indústria regional frente aos produtos estrangeiros e de outras regiões do Brasil, o que propiciou boas oportunidades para o desenvolvimento da indústria local até a década de 1950. À medida que as necessidades foram se tornando maiores e se complicando, o setor industrial foi também se ampliando e tornando-se mais complexo. Assim, a dificuldade de importação de bens de outras regiões forçou o trabalho gaúcho ao fornecimento de tudo o que não chegava a tempo e à hora das necessidades regionais. Contudo, durante a Primeira República,

---

<sup>21</sup> *Croise*<sup>21</sup>: Tecido nobre.

“o Rio Grande do Sul teve uma original forma de desenvolvimento, na qual os impulsos dinâmicos endógenos combinados a uma diversificada pauta de exportações forneceram os estímulos à produção regional” (HERRLEIN Jr., 2002).

Na Tabela 3, identificam-se os principais destinos das exportações gaúchas, na Primeira República. Pode-se constatar que o mercado nacional era o principal destino dos produtos gaúchos, com destaque especial para o Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco, que somados equivaliam a 56,5% das exportações (1913 – 1920) e 58,9% (1921 – 1930). Enquanto isso, nos mesmos períodos anteriormente citados, o peso do mercado externo era de 33,8 % e 30%, respectivamente.

**Tabela 3**  
Distribuição das exportações do Rio Grande do Sul, segundo os mercados de destino 1913 – 1930

Período	MERCADOS REGIONAIS BRASILEIROS						Exterior
	TOTAL	RJ	SP	BA + PE	PR + SC	Outros Estados	
1913 - 1920	66,2	27,7	13,0	15,8	3,3	6,4	33,8
1921 - 1930	70,0	32,5	14,1	12,3	2,6	8,3	30,0
1913 - 1930	68,7	31,0	13,8	13,5	2,8	7,7	31,3

Fonte: Herrlein Jr., 2000 p.18.

A fase de surgimento e expansão da produção industrial nacional, que corresponde ao período da Primeira República, a produção geralmente destinava-se aos próprios mercados regionais de origem, sendo exceção os estabelecimentos que operavam em escala adequada ao mercado nacional. Dado o caráter preponderantemente regional da indústria que surgiu e cresceu nesse período, havia diversos “centros” de acumulação industrial no País, com diferentes dimensões e graus de dinamismo, conforme as condições dos respectivos mercados regionais e suas articulações externas. De modo geral, pode-se afirmar que o surgimento e a expansão da indústria, processos que transcorreram em escala regional, dependeram das condições que as economias regionais propiciaram em termos de mercado para produção fabril, gestação de capital monetário disponível e provimento de força de trabalho livre.

Como se sabe, no sudeste brasileiro, foi a acumulação cafeeira, com seus desdobramentos comerciais e urbanos que proporcionou as condições para o surgimento da indústria. Nessa região, a indústria surgiu vinculada a agroexportação que lhe forneceu capital e força de trabalho, além de propiciar a aglutinação de uma boa porção do território regional

ao redor de São Paulo, que se tornou o maior centro regional de acumulação de capital industrial, pois atraía investimentos por estar no epicentro econômico do Brasil. A formação de um núcleo de economia assalariada, tanto na lavoura cafeeira quanto nos meios urbanos, estabeleceu um amplo mercado para bens de consumo não-duráveis.

Herrlein Jr., (2000) destaca que o estabelecimento da indústria transcorreu em estreita correlação com os ciclos da acumulação cafeeira que, por sua vez, determinavam largamente os movimentos da taxa de câmbio. Ao longo de poucas décadas, esses movimentos determinaram alternadamente situações favoráveis à importação de bens finais (valorização cambial) e situações favoráveis à produção local (desvalorização cambial). Nos momentos de auge exportador, a impossibilidade de a acumulação cafeeira absorver os novos capitais em formação liberou capital monetário para as inversões industriais, importando-se bens de capital com isenções tarifárias. A elevada capacidade para importar permitia a aquisição externa de bens de capital e dos alimentos necessários à subsistência da força de trabalho. Nos momentos de crise do comércio exterior, a produção industrial regional tendia a se expandir, tornando-se mais vantajosa que a importação. A implantação da indústria foi acelerada, sem um prévio desenvolvimento manufatureiro, seguindo o ritmo das transformações promovidas pela acumulação cafeeira. A produção industrial regional voltava-se em larga medida para o mercado urbano já inserido na economia capitalista, cuja expansão dependia do dinamismo das exportações. A indústria regional e o comércio de importação de bens industriais apresentavam-se como oportunidades de negócio complementar para os capitais regionais, conforme as circunstâncias cíclicas do comércio exterior. Assim, as oportunidades de implantação e de expansão dos setores industriais eram pautadas pelos movimentos do comércio exterior.

Na análise do perfil, Love (1975) destaca que na indústria, o Rio Grande perdia, em 1920, apenas para São Paulo e para o Distrito Federal; mesmo assim, apenas 15 % da força de trabalho do Estado estavam empregados na indústria. O Rio Grande do Sul possuía, também, o maior número de bancos controlados por brasileiros do que os estados do centro do país<sup>22</sup>.

As firmas norte-americanas tinham realizado alguns investimentos em empresas de transportes e frigoríficos no Rio Grande do Sul. O cônsul dos Estados Unidos, em Porto Alegre, calculou, em 1930, que os norte-americanos tinham, pelo menos, 25 milhões de

---

<sup>22</sup> Nesse sentido, o contraste com São Paulo é impressionante. Os bancos cuja matriz se localizava no estrangeiro representaram em São Paulo um papel predominante, ao passo que no Rio Grande do Sul os depósitos feitos em bancos estrangeiros perfaziam apenas 1/11 dos depósitos totais em 1920. As fontes de investimento direto estrangeiro no RS eram também consideravelmente diferentes das fontes de investimento em São Paulo e Minas Gerais. Ao passo que no RS predominavam os investimentos norte-americanos. Já em Minas Gerais e São Paulo predominava o capital britânico (LOVE, 1975, p. 106).

dólares em investimentos diretos, e que o valor das obrigações da cidade de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul nas mãos de norte-americanos excedia a 50 milhões<sup>23</sup> de dólares.

Love (1982) Em meados de 1920, o Rio Grande do Sul estava em franca expansão econômica e passava a desfrutar da posição de um dos estados mais importantes da nação. Embora São Paulo e Minas Gerais marchassem, em produção, à frente da Federação Brasileira, já existiam indícios de que o Rio Grande do Sul estava passando a frente de Minas Gerais na década de 1920, em alguns elementos de análise, como na arrecadação de impostos e na produção agrícola. Embora na comparação, o Rio Grande do Sul estivesse atrás da Argentina e do Uruguai no desenvolvimento da indústria da carne, o estado possuía uma economia dinâmica que assumia importância cada vez maior no nível nacional. Portanto, a filosofia Republicana de diversificar a produção do estado, passava a frutificar e a economia do estado crescia a taxas consideráveis.

Herrlein Jr.(2000) destaca que nas questões, de mercado de trabalho e consumidor, é importante salientar alguns fatores de grande importância para as relações de trabalho e a formação do mercado interno. Primeiro, foi a abolição da escravatura no final do século XIX. Assim, a mão-de-obra escrava foi substituída pelo trabalhador assalariado e com poder de compra. Desenvolvendo-se um novo mercado consumidor no país. O segundo fator que influencia a gênese da indústria gaúcha é a onda migratória. As famílias imigrantes, em sua maioria provenientes de países como a Itália e a Alemanha, trouxeram uma tradição de trabalho e uma experiência de “como fazer”. Com os imigrantes, vieram suas idéias e formas de trabalho. Inicialmente, estiveram isolados comercialmente, fabricando seus produtos para serem colocados nas redondezas, sem maiores ambições iniciais. Contudo, foram ganhando força à medida que o tempo passava. Assim, o Rio Grande do Sul passava a criar uma forma de desenvolvimento peculiar em diversos sentidos, inclusive pela miscigenação dos povos, pois, a integração dos imigrantes à sociedade gaúcha configurou um perfil diferenciado, onde a população de origem escrava, os imigrantes estrangeiros e seus descendentes e os povos nativos da região formaram o capital humano disponível para a nascente indústria gaúcha.

Love (1982) destaca que os colonos alemães e italianos ajudavam a colocar o Rio Grande do Sul entre os estados com o maior nível educacional; São Leopoldo, principal município de população alemã, tinha quase 62% de alfabetizados (de todas as faixas de idades), em 1920, e Caxias do Sul, dominada por italianos, 46% de alfabetizados.

---

<sup>23</sup> Ver Love, 1982, p.107.

Os germano-brasileiros destacavam-se especialmente nas atividades industriais não relacionadas com empresas pastoris. No volume da produção, os estabelecimentos industriais com sobrenomes alemães eram quase tantos quanto os que tinham sobrenomes portugueses; os italianos também formavam um grupo importante de proprietários. O charque e a erva-mate continuavam a ser controladas por luso-brasileiros, o vinho e a manteiga, por italianos; em todos os demais campos predominavam os alemães. Os grupos de colonos também ganhavam destaque no comércio em larga escala, com efetiva participação na Associação Comercial de Porto Alegre.

De acordo com Herrlein Jr. (2002), na zona do subsistema baseado na agropecuária colonial, nas cidades que desempenhavam o papel de centros comerciais junto às colônias, a produção industrial caracterizava-se pela predominância de estabelecimentos de escala artesanal (negócios familiares). Em Porto Alegre, devido à sua função de principal pólo comercial do Estado, reuniram-se as pré-condições para o desenvolvimento de um parque industrial mais diversificado, de relativa importância econômica, onde também despontavam grandes estabelecimentos (mais de 100 operários). Essa indústria, originada predominantemente a partir da acumulação comercial, voltava-se à produção de bens de consumo não-duráveis e bens intermediários (alimentação, bebidas, têxtil, vestuário, calçados, vidros e metalurgia), atendendo principalmente o mercado regional.

Nas outras cidades da zona colonial, boa parte dos estabelecimentos vinculava-se ao beneficiamento ou processamento da própria produção colonial, inclusive para exportação (banha, farinha de mandioca, fumo, madeira e erva-mate). Em que pese o baixo grau de capitalização e o baixo nível tecnológico, essa produção possuía características de transformação industrial. A mercantilização da produção agropecuária colonial e a separação da etapa de processamento, dominada pelo capital comercial e organizada em forma capitalista, foi uma das vertentes da indústria da zona colonial (PESAVENTO, 1983). O capital comercial reorganizou a produção dos alimentos processados das colônias, na medida em que aportavam capitais na formação, ampliação ou centralização de cantinas vinícolas, refinarias de banha, moinhos e cervejarias. Constituíram-se, assim, estabelecimentos industriais de pequeno e médio porte, já diferenciados dos estabelecimentos artesanais situados nas colônias. Através do financiamento das atividades agroindustriais, os capitais provenientes do setor mercantil e bancário ampliavam suas bases de reprodução interna, promovendo a diversificação da estrutura de oferta da economia regional, enquanto a

mercantilização da produção agropecuária colonial possibilitava a formação de um mercado interno para outras atividades industriais desvinculadas da base primária<sup>24</sup>.

Dalmazo (1986) diz que as principais cidades da zona sul do Estado, Rio Grande e Pelotas, havia um contingente menor de estabelecimentos, em poucos ramos industriais e com maior concentração da estrutura da produção, na qual sobressaíam estabelecimentos médios e grandes. Nessas cidades, devido às vantagens de localização próxima ao único porto marítimo e por constituírem juntas o principal pólo de acumulação comercial e urbanização da zona de produção pecuária extensiva e das charqueadas, surgiram “empresas que nasceram grandes” cuja produção desde logo se destinava, majoritariamente, a ser “exportada” para os mercados regionais brasileiros. A concentração da renda nessa zona limitou o mercado para o surgimento de indústrias locais. Contudo, a acumulação de capital mercantil local e alguns investimentos de capitais externos estabeleceram unidades fabris de maior porte, com pouca diversidade de gêneros e em boa medida dedicadas à exportação (fábricas de charutos, tecidos e conservas alimentícias, moinhos, curtumes e frigoríficos).

Assim, o Rio Grande do Sul teve, na primeira década do século passado, seu primeiro surto industrial com uma produção essencialmente voltada para o abastecimento próprio. São dessa época o surgimento de empresas Neugebauer (1891), Gerdau (1901), Wallig (1904), AJ Renner (1912) e outras. Tomando-se o conjunto da indústria regional, ao final dos anos 1910, os estabelecimentos voltados para a “exportação” eram minorias, situando-se nos ramos têxtil e nos de processamento de carnes, banha e fumo. Em regra, a indústria nasceu voltada para o atendimento dos mercados locais, suplementando as importações e suas atividades, buscava cobrir as amplas necessidades de seus consumidores através de uma produção diversificada. As indústrias que se originaram a partir do atendimento aos mercados local e regional eram características do parque fabril de Porto Alegre, o qual assumiu a preponderância regional provavelmente ainda antes de 1920.

O crescimento econômico refletiu-se em mudanças sociais significativas, diz Love (1975), a mais notável das quais foi a ampliação da margem demográfica da Serra em relação às outras regiões. Em grande parte, este movimento é explicado pelo desenvolvimento das zonas indústrias e um elevado índice de natalidade nas áreas italianas e alemãs da região. Todavia, no Rio Grande do Sul o latifúndio continuava predominando, e na região da Serra, as pequenas fazendas de subsistência dos colonos ainda dominavam grande parte das atividades.

---

<sup>24</sup> Ver Herrlein Jr., 2000a.



Com o passar do tempo, o modo específico do desenvolvimento econômico, sem paralelos entre as demais regiões brasileiras, estabeleceu-se nos marcos de um relativo isolamento regional e de uma economia nacional ainda pouco integrada (HERRLEIN Jr., 2002). Assim, a economia gaúcha estabeleceu um perfil basicamente voltado para a exportação de produtos primários ou industriais com pouco valor agregado, direcionado para diversos mercados regionais, especialmente do centro econômico do país, configurando-se como uma economia regional subsidiária no contexto nacional.

Assim, após 1930, as vendas externas do Estado foram crescendo em importância, e o Rio Grande do Sul passava a ser um grande exportador de produtos agrícolas, ou seja, em 1950 cerca de 60% dos bens que o Estado produzia eram destinados à exportação, e em sua absoluta maioria (90%), se destinavam ao restante do país. Assim, se, por um lado, o Estado exportava produtos de origem agrícola, desde 1920 até a década de 1950 a indústria local esteve protegida das importações de bens produzidos fora do Estado, o que permitiu um estímulo interno, pois, a indústria local atendia a demanda do estado.

O ambiente favorável ao crescimento industrial criado por uma demanda, com a propensão de consumo convergindo para a expansão, fomentou uma base sólida para o progresso do mercado interno. Assim, os aspectos que permitiram o desenvolvimento das economias fabris regional, no caso do Rio Grande do Sul, o crescimento industrial entre 1920 e 1943 se expressou da seguinte maneira: o número de fábricas aumentou nove vezes, o capital aplicado cresceu 6,5 vezes e os efetivos de mão-de-obra subiram 3,5 vezes (TEJO, 1982). Esses números evidenciam o crescimento da economia gaúcha, baseada em diversos gêneros industriais como Alimentação, bebidas, fumo, madeira, vestuário, calçados, couros e peles, gêneros da indústria tradicional, que representavam a maioria da produção do Estado, e seguido pelos os gêneros da indústria dinâmica: minerais não-metálicos, metalúrgica-mecânica e materiais de transporte.

Herrlein Jr. (2000a) relata que as condições do Rio Grande do Sul foram particularmente propícias para a formação das atividades manufatureiras, tanto de caráter doméstico quanto de caráter comercial, e posteriormente para o surgimento da indústria através de pequenos e médios estabelecimentos capitalistas que passaram a dispor do conjunto do mercado regional, reorganizando ramos manufatureiros preexistentes. Isso ocorreu especificamente nas zonas de colonização alemã e italiana que encontravam no mercado gaúcho, e nos demais mercados regionais brasileiros, um escoadouro para sua produção agropecuária, o que proporcionou a difusão do capitalismo e da produção mercantil. Como resultado, surgiu, em Porto Alegre, um

significativo impulso industrializador<sup>25</sup>. Nas principais cidades da zona da pecuária também se estabeleceu a indústria, porém, com um perfil diferenciado, sem relação com o desenvolvimento de atividades manufatureiras preexistentes. O que ambos os “centros” regionais de acumulação industrial no Rio Grande do Sul tiveram em comum foi o caráter da produção agropecuária e agroindustrial exportada que, fosse da zona das colônias ou da zona de pecuária destinava-se aos mercados regionais brasileiros de bens de consumo alimentar. A medida que a região não era agro-exportadora para o mercado mundial e também em vista do seu isolamento geográfico (distante do centro financeiro do País), houvera historicamente maior dificuldade de prover-se de bens importados e, durante a fase de surgimento da indústria, houve menor concorrência das importações (HERRLEIN Jr.,2000). Assim, o mercado gaúcho, embora absorvendo importações de bens industriais, ofereceu certo grau de proteção para a formação da indústria regional. Isso permitiu que o parque industrial tivesse origem apoiada em um mercado interno menos sujeito às oscilações das transações internacionais.

De modo geral, a indústria sul-rio-grandense estava mais estreitamente condicionada e vinculada à base produtiva agropecuária da região. A indústria assumia, por assim dizer, uma característica orgânica à economia regional, pois, boa parte dessa indústria processava matérias-primas da própria região, onde se formara a maior parte de seus capitais, encontrando-se a força de trabalho disponível entre a população autóctone. Também foi internamente à região que essa indústria encontrou a maior parte do mercado necessário ao seu estabelecimento, um mercado urbano, mas também rural formado principalmente na zona das colônias.

Para Love (1975), a indústria surgiu no Rio Grande do Sul, principalmente em função de condições internas à economia regional, com uma menor influência das relações de comércio exterior e, portanto, menos sujeita às oscilações da taxa de câmbio e dos fluxos de importação de bens industrializados de consumo.

A estrutura de propriedade do capital industrial, particularmente no parque fabril de Porto Alegre e das zonas de colonização, reproduzia características de melhor distribuição da propriedade da terra, contando com maior participação relativa de capitais individuais de reduzido tamanho. Parte da indústria, em diversos setores, originou-se a partir da evolução de atividades artesanais, com finalidades comerciais, que evoluíram por “inchaço” (expansão horizontal) ou com descontinuidades, provocadas por aportes de capital comercial. Assim, uma parte expressiva da indústria surgiu substituindo produção artesanal, enquanto outra parte implantou-se sem qualquer relação com essas atividades (HERRLEIN Jr., 2000, p. 89).

---

<sup>25</sup> Ver Singer, 1984.

Contudo, em pouco tempo a indústria gaúcha passou a constituir uma parcela importante da indústria nacional, ocupando a terceira posição quanto ao valor do produto e ao número de pessoas ocupadas, enquanto era a segunda indústria regional em número de estabelecimentos em 1920. A importância dessa indústria regional, em comparação com as demais regiões, também era indicada pelo peso de sua produção relativa à população. O valor da produção industrial per capita atingia 162 mil réis no Rio Grande do sul, em 1920 (HERRLEIN Jr., 2000); já, no estado de São Paulo era de 220 mil réis, e no conjunto das demais regiões brasileiras era somente de 77 mil réis. Esses dados também indicam a importância relativa da indústria para economia regional, no seio da qual constituía um setor plenamente diferenciado, ainda que estreitamente vinculado à base primária.

À medida que a indústria gaúcha crescia, ao lado da agropecuária, do comércio e outros serviços, configurava uma economia diversificada, com elevado grau de auto-suficiência e superávits comerciais em relação a outras regiões do Brasil, desde o final do século XIX até 1920. Assim, transcorreu um período de grande expansão comercial da lavoura de alimentos das colônias, o surgimento da lavoura capitalista de arroz, de diversos gêneros industriais produtores de uma ampla gama de bens leves de consumo e bens intermediários, sendo bastante articulada com a base primária. Essa indústria possuía um caráter regional, operava com salários superiores aos da indústria regional paulista, em relação a qual era menos concentrada (HERRLEIN Jr., 2002). Assim, de 1920 até o final dos anos 40, os setores em que era expressivo o trabalho assalariado na economia gaúcha foram a indústria, comércio e os serviços, no meio urbano, e a pecuária e a lavoura do arroz, no meio rural.

Na esfera política, conforme citado anteriormente, o Estado regional teve vital importância no desenvolvimento da economia, pois, no primeiro período da história republicana, estabeleceu-se uma forma de Estado regional no quadro da federação com autonomia necessária para atuar de forma eficaz no apoio à colonização, no combate ao contrabando, no estímulo à indústria regional e no desenvolvimento dos transportes fluviais e ferroviários, acabando por encampar os portos de Porto Alegre e Rio Grande, e a rede ferroviária. Essas medidas fortaleceram a integração do Estado, proposta por Borges de Medeiros, a partir do terceiro de seus cinco mandatos como presidente do Estado. Assim, criou-se um ambiente favorável para o crescimento, pois, o governo regional ainda estimulou as exportações primárias e principalmente as industriais com uma política fiscal que desonerava as exportações de impostos indiretos, enquanto tributava a propriedade e aplicava

recursos fiscais em obras públicas de infra-estrutura, saneamento e na rede pública de ensino básico e técnico.

Assim, o desenvolvimento economia gaúcho teve o estímulo da proteção, fornecida pelo isolamento do Rio Grande do Sul em relação às economias da região sudeste e do exterior. Portanto, a dificuldade de acesso proporcionou uma barreira às importações de produtos produzidos fora do Estado gaúcho, criando um padrão de desenvolvimento singular que foi bem-sucedido até a década de 1950.

#### **1.4 CARACTERÍSTICAS E DESEMPENHO NA INDÚSTRIA REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

O objetivo desta sessão é caracterizar o perfil da indústria gaúcha até a metade do século XX, determinando um modelo de crescimento industrial. A indústria sul-rio-grandense na Primeira República, como toda a indústria nacional, era principalmente uma indústria de bens de consumo não-duráveis. Entretanto, nessa indústria regional, o gênero de alimentação (inclusive bebidas e fumo) possuía um peso muito mais significativo que nas outras regiões brasileiras, perfazendo mais da metade do valor do produto. Essa característica devia-se à maior vinculação da indústria de transformação com a base primária da economia regional. Na década de 1920, além do gênero alimentação, os outros que se destacavam na geração do produto industrial da região eram o têxtil, o de madeiras e o de vestuário e calçados.

Ademais, conforme citado anteriormente, a indústria gaúcha já se constituía em parcela importante da indústria nacional, ocupando a terceira posição quanto ao valor do produto e ao número de pessoas ocupadas, enquanto era a segunda indústria regional em número de estabelecimentos em 1920. Segundo os dados do censo industrial, essa indústria regional ocupava 29.271 pessoas, em 1.773 estabelecimentos, representando, respectivamente, 9,3% e 13,3% dos números para o conjunto da indústria nacional (Tabela 4).

**Tabela 4**  
Participação do Rio Grande do Sul na Indústria de Transformação do Brasil  
- 1919/20 (%)

Gêneros Industriais	Número de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Valor da Transformação Industrial
Alimentação, Bebidas e Fumo	13,8	19,4	18,9
Têxtil	1,7	3,3	4,9
Madeira	30,2	18,2	16,0
Vestuário, Calçados, Artif. Tecidos	7,0	6,6	7,1
Minerais Não-Metálicos (a)	11,2	7,9	9,7
Mobiliário	10,0	15,7	15,1
Metalúrgica-Mecânica	18,3	8,3	9,1
Química e Produtos Afins	12,6	6,2	5,5
Material de Transporte	23,8	18,4	13,0
Couros e Peles	20,3	15,7	18,2
Diversas (b)	6,6	3,8	3,4
Toda Indústria	13,3	9,3	11,5

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

Notas: (a) agregação dos gêneros “Cerâmica” e “Edificação”;

(b) inclui “Produção de Forças Físicas”.

Em relação ao valor da transformação industrial (produto), a indústria sul-rio-grandense destacava-se nacionalmente nos gêneros de alimentação, couros e peles, madeira, mobiliário e material de transporte, nos quais o peso regional superava a participação média da indústria regional no País. Também representavam um peso importante na indústria brasileira os gêneros de minerais não-metálicos e metalurgia-mecânica, ligeiramente abaixo do peso médio da indústria gaúcha. Quanto ao pessoal ocupado, observava-se, basicamente, a mesma situação. Cabe assinalar que todos os gêneros em que a indústria regional ocupava lugar nacionalmente destacado, com exceção da metalurgia-mecânica, correspondiam a atividades de transformação industrial de produtos da base primária da economia regional.

Gradativamente, com o passar dos anos, a indústria de alimentação (inclusive bebidas e fumo) foi, constantemente, perdendo o peso relativo, na distribuição do valor da transformação industrial. O mesmo aconteceu com a indústria têxtil. Cabe destacar que a indústria metal – mecânica, lentamente ganhou espaço de maior relevância até a metade do século, até assumir, no final da década de 1950, o segundo lugar em representação (14,3 %), perdendo apenas para o gênero alimentação com 39 %. A Tabela 5 apresenta a evolução do VTI, ao longo de 40 anos no Rio Grande do Sul.

**Tabela 5**  
Distribuição Valor da Transformação Industrial por gênero no  
Rio Grande do Sul – 1919/59

Gêneros Industriais (%)	1919	1939	1949	1959
Minerais Não-Metálicos (a)	4,4	3,4	5,0	5,3
Metalúrgica-Mecânica	5,4	9,6	10,6	14,3
Madeira e Mobiliário	9,7	7,8	12,6	8,9
Química e Produtos Afins	4,3	8,6	6,3	13,0
Couros e Peles	2,9	4,3	3,5	3,5
Têxtil	12,1	5,2	5,9	3,4
Vestuário, Calçados, Artef. Tecidos	5,1	8,8	7,5	8,3
Alimentação, Bebidas e Fumo	55,8	49,1	44,4	39,3
Diversas (b)	0,2	3,2	4,1	3,9
<b>Toda Indústria</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

O porte das empresas industriais gaúchas era, em geral, pequeno; menor que o das fabricas do Distrito Federal e São Paulo. O número de estabelecimento, porém, era relativamente maior (com expansão especialmente notável durante a I Guerra Mundial) e com maior proporção de empresas individuais. Além disso, a colonização com imigrantes foi interrompida, no Estado, em 1914, restringindo a oferta de mão-de-obra. Isso traria consequência no plano salarial, como indicam as queixas posteriores das lideranças industriais no sentido de que os salários, no Rio Grande do Sul (em 1930/31), seriam mais altos que em São Paulo ou no Rio. Na Tabela 6 é possível comparar o porte dos estabelecimentos gaúchos, paulistas e do resto do país. Através dos dados coletados no Censo Industrial, pode-se constatar que a grande maioria dos estabelecimentos do Rio Grande do Sul, na década de 1920, era de pequeno porte e apresentava certa semelhança com o porte dos estabelecimentos paulistas. Porém, mais adiante, avança-se nesta comparação, sobre a diferença entre o porte dos estabelecimentos gaúchos e paulistas, pois, esta diferença passou a aumentar até o final da primeira metade do século.

**Tabela 6**  
O caráter e o porte dos estabelecimentos no  
Rio Grande do Sul, São Paulo e o restante do Brasil – 1920 (%)

Caráter e Porte dos Estabelecimentos (Conforme o Número de Operários)		Estabelecimentos			Operários		
		Rio Grande do Sul	São Paulo	Restante do Brasil	Rio Grande do Sul	São Paulo	Restante do Brasil
Número Total		1.773	4.145	7.418	24.661	83.998	166.853
Não-Capitalistas	Até 9	81,4	79,1	72,5	19,1	13,1	12,2
Capitalistas	10 e mais	18,6	20,9	27,5	80,9	86,9	87,8
Pequeno Porte - 10 a 49		14,5	14,9	20,7	19,9	14,2	18,4
Médio Porte - 50 a 99		1,7	2,5	2,8	9,1	8,2	8,6
Grande Porte - 100 e +		2,4	3,5	3,9	51,9	64,4	60,8

Fonte Censo Industrial Brasil (IBGE).

A industrialização do Rio Grande do Sul revelou, desde o início, uma peculiaridade: a fragilidade das indústrias gaúchas em termos de capital, ou seja, tanto no capital total quanto em investimentos em máquinas e na infra-estrutura disponível, como se pode inferir pelo emprego relativamente pequeno de força motriz. Isso pode ser associada à escassez de investimentos (públicos e privados) e na natureza da produção (bens de consumo não-duráveis destinados ao mercado local ou estadual), mas, também, à baixa acumulação de capital proporcionada pelas principais atividades econômicas.

Se acrescentarmos a este o fator a pressão para baixo nas rendas da pecuária por parte dos interesses em baratear a mão-de-obra no centro do país e das charqueadas a existência de um mercado altamente competitivo, com outras regiões do país, melhor situadas que o Rio Grande do Sul, ingressando na produção do charque, tem um quadro de baixa capitalização no complexo de pecuária tradicional. A lucratividade era baixa, limitando as chances de renovação de pecuária quanto à possibilidade de realização de um investimento em outros setores da economia (PESAVENTO, 1980, p.32).

Assim, a geração de energia foi um dos pontos de grande preocupação da sociedade gaúcha até meados da década de 1960. Eram os estabelecimentos gaúchos que produziam sua própria energia em sua grande maioria. Já, o estado de São Paulo e algumas outras regiões do centro do país, dotados de mais investimentos públicos e privados, principalmente em infra-estrutura e geração de energia, desfrutavam de uma posição mais confortável. Pode-se constatar, na Tabela 7, a enorme diferença nas condições de acesso à energia no Rio Grande do Sul, em 1920. No estado de São Paulo, mais da metade dos estabelecimentos (57 %) utilizava energia de fonte externa, bem diferente das condições do estado gaúcho, onde apenas

8,6 % dos estabelecimentos recebiam energia de fontes externas, ou seja, o Estado estaria bem abaixo até mesmo das demais regiões do Brasil em geração de energia externa, que era de 48,6 %.

**Tabela 7**

Distribuição da força motriz disponível nos estabelecimentos industriais, segundo sua origem. Rio Grande do Sul, São Paulo e o restante do Brasil – 1920 (%)

<b>Origem da Força Motriz</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>São Paulo</b>	<b>Demais regiões do Brasil</b>
Fonte Externa	8,6	57,0	48,6
Geração Própria	91,4	43,0	51,4

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

A questão energética é fundamental no desenvolvimento industrial do Estado, pois, o Rio Grande do Sul, de maneira geral, padecia de maiores investimentos no setor de infraestrutura, havia carência de investidores privados e deficiência de programas governamentais adequados para o desenvolvimento energético no começo do século. Essas deficiências tornam-se visíveis quando se realizou um comparativo com a indústria paulista e o resto do Brasil, que, já na década de 1920, contava com 57% e 48,6 %, respectivamente, dos estabelecimentos com geração externa de energia, conforme citado anteriormente.

Na questão ofertas de trabalho, os dados coletados no Censo Industrial, destacam a distribuição do pessoal ocupado, por gêneros, nas de indústrias, conforme se demonstra na Tabela 8. Novamente, as indústrias de alimentação, bebida e fumo tiveram um peso considerável no início da década de 1920, mas perdeu fôlego ao longo dos anos, com uma queda que chegou a representar 13,6 % pontos percentuais, no período de 1919 – 1959 (40 anos). A indústria têxtil, também apresentou uma queda acentuada no período anteriormente citado, passando de 13,2 % para 5,4 %.



**Tabela 8**  
Distribuição do Pessoal Ocupado por Gêneros Industriais  
no Rio Grande do Sul (%)

<b>Gêneros de Indústrias</b>	<b>1919</b>	<b>1939</b>	<b>1949</b>	<b>1959</b>
Minerais não-metálicos	7,0	7,6	9,8	8,2
Metal-mecânica	8,4	9,7	10,8	15,7
Madeira e mobiliário	14,2	13,7	15,5	12,4
Química	3,9	5,2	5,4	6,6
Couros e peles	3,0	4,5	3,9	3,9
Têxtil	13,2	6,7	7,2	5,4
Vest. calçados, artefatos, tecidos	7,6	11,3	10,5	13,2
Alim. Bebidas, fumo (c/ f.f. e u.a.)	42,5	35,9	31,2	28,9
Diversas	0,2	5,4	5,8	5,6
Minerais não-metálicos	7,0	7,6	9,8	8,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

O destaque de crescimento positivo ficou com o ramo metal-mecânico, que passou de 8,4% para 15,7% no final do período (1919 – 1959). Este, por sua vez, com um crescimento considerável na década de 1950 foi fruto do desenvolvimento tecnológico e da mecanização da agricultura. Nesse caso, é importante salientar que, muitas vezes, o aumento da produtividade pode deslocar a oferta de trabalho, pois, em alguns casos, a evolução tecnológica provoca uma migração na mão-de-obra e, em consequência, a redução de postos de trabalho, ou simplesmente o deslocamento para outros ramos industriais.

A Tabela 9 a seguir apresenta um panorama geral do crescimento do Valor Bruto da Produção (VBP), Valor da Transformação Industrial (VTI) e o Capital Aplicado, nos gêneros e grupos de indústrias do Rio Grande do Sul e São Paulo, no período de 1919 até 1949. De maneira geral, pode-se observar que os números do estado de São Paulo eram quase todos maiores do que os gaúchos, com exceção dos gêneros couro, peles e calçados, que representavam um maior crescimento do VBP, VTI e Capital Aplicado no Rio Grande do Sul.

**Tabela 9**  
Taxa anual de crescimento médio (%) do VBP, VTI, Capital Aplicado (real) e  
Pessoal Ocupado – 1919/ 49

Gêneros e Grupos de Indústrias	Rio Grande do Sul			São Paulo		
	VBP	VTI	Capital Aplicado	VBP	VTI	Capital Aplicado
Minerais não-metálicos	5,8	5,8	7,0	7,9	7,7	8,0
Metal-mecânica	7,3	7,7	6,4	10,9	10,7	11,0
Madeira e mobiliário	6,4	6,2	5,9	8,3	8,5	7,6
Química	7,3	6,7	7,6	10,6	10,8	10,5
Couros e peles	6,4	6,1	6,2	5,4	5,4	3,5
Têxtil	3,2	2,8	3,6	6,9	6,6	5,8
Vest.calçad. artef. tecido	6,6	6,7	5,3	5,0	4,9	3,2
Alim. beb.fumo (c/ f.f.)	5,0	4,5	3,0	6,9	6,8	7,0
Diversas	15,9	16,8	15,5	16,5	16,7	15,7
<b>Total</b>	<b>5,5</b>	<b>5,3</b>	<b>4,3</b>	<b>7,8</b>	<b>8,0</b>	<b>7,5</b>
Tradicionais	5,3	5,0	3,8	7,0	7,0	6,2
Dinâmica - total	7,0	6,9	6,9	10,2	10,0	10,1
Dinâmicas - a	6,8	6,3	7,3	9,7	9,5	9,6
Dinâmicas - b	7,3	7,7	6,4	10,9	10,7	11,0

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

Cabe salientar que os grupos da indústria dinâmica (A e B), destacam-se por apresentarem, no período de 1919 – 1949, um crescimento mais acelerado do VBP, VTI e Capital Aplicado, em relação aos ramos da indústria tradicional, tanto no estado de São Paulo quanto no Rio Grande do Sul. O ramo metal-mecânica e química aparece com maior destaque no estado de São Paulo.

O Crescimento dos grupos da indústria dinâmica representa uma mudança de perfil na composição e na distribuição da indústria brasileira. Percebe-se que este movimento de transição foi mais acelerado no estado de São Paulo, pois, os números destacam sua posição mais eloqüente. No Rio Grande do Sul, a transição ou o crescimento dos grupos industriais dinâmicos é percebida de forma mais paulatina, isto leva a concluir que a indústria gaúcha, desde sua gênese, sempre esteve intimamente ligada ao setor agropecuário, o que, de certo modo, favoreceu o desenvolvimento dos grupos industriais tradicionais de bens de consumo leves, como, no princípio, o charque (principal produto) e depois os ramos de alimentação, bebidas, fumo, couro, vinho, banha, erva-mate, entre outras.

Porém, a partir da década de 1960, os grupos da indústria dinâmica no Rio Grande do Sul passaram a gozar de maior incentivo e interesse, proporcionando um aumento de sua

representatividade no Estado. A mudança de perfil na composição industrial gaúcha será abordada no decorrer deste estudo.

A Tabela 9, acima, destaca a diferença de grandeza entre a indústria gaúcha e a paulista. Ao longo do desenvolvimento industrial brasileiro, a indústria paulista passou a concentrar o maior crescimento e a diversificação do país, criando um gigantesco hiato entre o poder econômico paulista e o resto do país. A indústria paulista contou com maiores investimentos públicos e privados, além de concentrar maiores mercados consumidores e ganhos de escala. Portanto, o panorama geral da industrialização paulista será um dos assuntos desenvolvidos no próximo capítulo, que também irá destacar a inserção gaúcha no mercado brasileiro e a desaceleração do crescimento da indústria sul-rio-grandense, no final da década de 1950, bem como suas causas e conseqüências.

Em suma, o capítulo expressou a formatação e a característica da indústria no período que vai da década 1920 até meados da década de 1950. Para isto, foram abordadas as principais atividades econômicas do Estado, ao longo da primeira metade do século XX e seus desdobramentos. Na esfera política, o projeto do Partido Republicano gaúcho procurava oxigenar a economia gaúcha, limitada à produção de alguns produtos direcionados para exportação, como o charque e outros derivados da pecuária. A idéia era fortalecer o aparato do Estado e disponibilizar novos caminhos para o desenvolvimento econômico. As concepções Republicanas foram essenciais para dotar o estado de um parque industrial baseado, intimamente com o setor primário da economia que, de certo modo, atendeu as necessidades da região por determinado tempo. Entretanto, o relativo isolamento regional permitiu a difusão de um aparato produtivo defasado, em relação ao centro do país. Essa defasagem tornou-se mais acentuada, com a integração regional promovida entre as décadas de 1940 e 1950 e em conseqüência, o aumento da concorrência de produtos oriundos de fora do Estado.

## **2 A CRISE DA ECONOMIA GAÚCHA E A DEFASAGEM DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (1955 – 1965)**

Este capítulo tem o objetivo de aprofundar as transformações ocorridas no desenvolvimento industrial gaúcho no período de 1955 a 1965. Como citado anteriormente, o Rio Grande do Sul se destacava por ter uma das indústrias mais pujantes do país e gozava o status de “celeiro do país”, com uma ampla gama de produtos de origem agropecuário, que atendia os mercados interno e externo. Porém, em meados da década de 1950 a economia gaúcha sofreu uma desaceleração no crescimento e em consequência endógenas e exógenas.

Assim, o capítulo procura explicar, os principais fatores da desaceleração da economia gaúcha no período acima citado, classificando os possíveis problemas e consequências da mudança de padrão industrial, pois, considera-se o período o ponto de inflexão da indústria gaúcha, ou seja, o período de mudança de perfil. Para isto, foi realizada uma revisão das principais obras acerca do tema, e uma análise dos dados obtidos no Censo Industrial do Brasil. O objetivo será o de descrever e localizar os determinantes da crise, e elaborar um breve comparativo com a indústria paulista que ganhava, cada vez mais, força e consolidava sua posição de locomotiva do país, como estado mais pujante e rico do Brasil. Contudo, para uma contextualização adequada, em alguns momentos, far-se-á uma análise comparando o Rio Grande do Sul, São Paulo, Brasil e demais regiões do Brasil (exclusive SP e RS).

### **2.1 DETERMINANTES E CARACTERÍSTICAS DA CRISE ECONÔMICA REGIONAL**

Até a metade do século XX, a economia do Rio Grande do Sul atingiu taxas consideráveis de crescimento, dentro de um padrão singular de desenvolvimento. Porém, esse

padrão começou a se romper à medida que a maior integração regional do país começou a ganhar força. A base do crescimento econômico regional permaneceu a mesma do início do século até a década de 1950, ou seja, o crescimento foi determinado pelo papel do Rio Grande do Sul como um estado exportador agropecuário e agroindustrial para o mercado interno brasileiro e para a manutenção e ampliação do mercado interno regional, ainda relativamente protegido. Entretanto, se, por um lado, a manutenção dos empecilhos geográficos para importação permitiu a maturação e o desenvolvimento da indústria gaúcha, por outro, fomentou, em alguns aspectos, uma indústria defasada tecnologicamente, em relação à indústria paulista, que contou com mercados de maior escala, maiores investimentos públicos e aporte de capital estrangeiro em maior fluxo.

De acordo com Castro (1977), dada a insuficiência crônica da oferta, tudo era permitido: escalas de produção normalmente insatisfatórias, processos técnicos ultrapassados, formas arcaicas de comercialização, propriedade em regra familiar, etc. As próprias deficiências da infra-estrutura regional de serviços básicos eram pouco sentidas pelas indústrias da região. O isolamento do Estado foi determinante para que a economia gaúcha pudesse resistir às pressões da concorrência do centro do país, cujos estabelecimentos operavam com economias de escala de produção superiores. Os baixos custos relativos à energia elétrica na região sudeste foram outro fator diferencial, pois, a maioria das indústrias do Rio Grande do Sul ainda operava com geradores próprios de energia, portanto, a energia elétrica no centro do país era mais acessível para a indústria e menos custosa. Mesmo assim, com dificuldades de infra-estrutura e maiores custos de produção, a indústria gaúcha experimentou elevado crescimento no período de 1920 até 1950. Contudo, as escalas de produção antieconômicas e os elevados custos de produção revelaram-se insustentáveis quando a integração do mercado interno brasileiro impôs condições de concorrência mais severa aos produtores gaúchos (HERRLEIN Jr., 2002).

Entre os fatores determinantes da crise, estavam os fatores endógenos referentes aos limites do padrão de acumulação da economia gaúcha: deficiências da infra-estrutura regional, escalas de produção normalmente insatisfatórias e processos técnicos ultrapassados. Esses aspectos puderam ser identificados com mais clareza devido à maior integração rodoviária do mercado nacional, pois, rompia-se a barreira geográfica e contemplava-se a integração das regiões nacionais com a diminuição do custo logístico ou custo de transporte. A economia brasileira realizou um grande salto no desenvolvimento industrial na década de 1950 e 1960, conseqüência do Plano de Metas (1955-59), resultado da ação de um Estado desenvolvimentista sob o Governo de Juscelino Kubitschek. Porém, o Plano de Metas

direcionou, na sua quase totalidade, os investimentos públicos e privados na região sudeste do Brasil, o que favoreceu o distanciamento da indústria gaúcha em relação à indústria do centro do país.

Para Castro (1977), a hipótese de que as indústrias nascidas e crescidas no Rio Grande do Sul, que contavam com um relativo isolamento e mercado regional carente de manufaturas, dificilmente sobreviveriam aos impactos derivados da integração. Possivelmente, grande parte da explicação da crise na década de 1950, estaria no plano externo: as “exportações” gaúchas (beneficiadas ou não) para o centro iam sendo substituídas por vendas de outras áreas (Paraná, Goiás, Mato Grosso) recém incorporadas; o antigo mercado cativo estadual ia sendo invadido pelas importações procedentes de São Paulo e de outros estados.

O choque da concorrência prejudicou o setor primário da economia gaúcha, por exemplo, na crise do trigo, gerada pelos acordos feitos pelo Governo Federal com os EUA para importação a baixo preço dos excedentes da produção de trigo daquele país. Ademais, a pecuária vivenciava uma longa trajetória de relativa estagnação e já apresentava sinais de instabilidade no final da década de 1930, enquanto o esgotamento das fronteiras agrícolas provocava forte emigração de produtores gaúchos para oeste de Santa Catarina, Paraná e Centro Oeste do Brasil. O excedente demográfico do Rio Grande do Sul permitiu a criação de novas zonas de produção agrícolas e, por conseqüência, novos concorrentes para os produtos primários do Rio Grande Sul.

Na primeira metade do século, a indústria gaúcha havia construído um perfil baseado nas indústrias tradicionais essencialmente elaboradoras de produtos da agricultura, pecuária e silvicultura, pois o Rio Grande do Sul era dotado de condições extremamente favoráveis para a competição desses setores.

Outro ponto-chave da crise era que muitos gêneros das indústrias tradicionais gaúchas tiveram um baixo, nulo e até mesmo negativo crescimento, quando no mesmo período as indústrias tradicionais brasileiras cresciam a taxas de, aproximadamente 7% (ACCURSO, CANDAL E VERAS, 1965). Portanto, é necessário observar a ineficiência da evolução do setor primário gaúcho, que lhe fornecia matérias-primas necessárias para a expansão.

A falta de elasticidade de oferta das matérias-primas agrícolas e a incapacidade dos empresários em inovar tecnológica e administrativamente, a fim de obterem recursos de financiamento adicionais, foram as principais causas mediatas do estancamento das indústrias tradicionais gaúchas, embora outros fatores adicionais atuassem cumulativamente: o custo do transporte para os principais centros consumidores e os custos da energia. A estrutura e a evolução do produto e do emprego industrial brasileiro e gaúcho confirmaram a direção geral

do desenvolvimento industrial e salientaram a inferioridade da estrutura industrial gaúcha em relação à brasileira, inferioridade que se agravou na década de 1950 e 1960, com maior integração regional dos mercados.

### **2.1.1 Integração do Mercado Regional**

A questão do transporte foi a principal barreira a ser removida para que ocorresse a integração dos estancos mercados regionais do Brasil do final da década de 1920 e na década de 1930. A solução para o problema dos transportes permitiria a fácil circulação das mercadorias de produção nacional (TARGA, RIBEIRO e HERRLEIN Jr., 1998). Assim, a importância dessa questão é evidente, enquanto o sistema de transportes não estivesse articulado no sentido de integrar as regiões, as economias regionais estariam a salvo da concorrência das mercadorias produzidas em São Paulo, ou seja, manteriam uma dinâmica própria de desenvolvimento. “A carência de meios de transportes que integrassem as regiões constituía natural barreira à competição inter-regional” (TARGA, RIBEIRO e HERRLEIN Jr., 1998).

As dificuldades de transporte para as mercadorias produzidas no centro do País foram significativas. As economias de regiões como o Rio Grande do Sul, distantes de São Paulo, tiveram certa autonomia no seu desenvolvimento, experimentando um crescimento industrial que se voltava prioritariamente para o atendimento ao mercado regional, nele colocando seus produtos, sem chegar a sofrer a pressão da concorrência dos produtos paulistas.

Assim, a expansão rodoviária ingressou como uma forte fonte integradora entre as regiões do País, porque as ferrovias brasileiras foram estruturadas no sentido de atender o complexo cafeeiro, à demanda gerada pela principal atividade econômica até década de 1930, ou seja, a agroexportação. Os mais importantes ramais ferroviários foram constituídos para ligar internamente as regiões produtoras do interior com os portos.

Ferrovias e a navegação de cabotagem consistiam no principal meio de transporte de carga do País até 1940. Na década de 40, expansão rodoviária se faz sentir; entre 1937 e 1949, aumentando a rede de estradas em 72%, enquanto o número de veículos de carga aumentara 7 vezes; em 1951, esse transporte abarcara 40% das mercadorias transportadas (CANO, 1985 apud TARGA, RIBEIRO e HERRLEIN Jr., 1998 p. 260).

Targa, Ribeiro e Herrlein Jr. (1998) destacaram que, expansão da malha rodoviária reforçou o aspecto integrador das regiões brasileiras. Mesmo dispondo da cabotagem e das ferrovias, foi o transporte rodoviário que acabou se expandindo ao ritmo da economia, primeiro regionalmente, depois inter-regionalmente até o estabelecimento das ligações rodoviárias do centro-sul, em meados dos anos 1950, e praticamente em todas as regiões em torno de Brasília. Gradativamente, o transporte rodoviário ganhou força entre 1939 e 1960, dobrando a quilometragem global e acrescentando em oito vezes os quilômetros pavimentados, mas é importante notar que esse maior incremento foi a partir da década de 1950. Na Tabela 10, pode-se verificar a ascensão da malha rodoviária.

**Tabela 10**  
Extensão do sistema rodoviário no Brasil 1939 – 1970

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>1939</b>	<b>1952</b>	<b>1960</b>	<b>1965</b>	<b>1970</b>
<b>Rodovias pavimentadas (Km)</b>	1500	2218	12500	25546	48577
Participação % na extensão total	2,8	3,5	11,5	18,9	26,9
Índice (1939 = 100)	100	147,9	833,3	1703,1	3238,5
<b>Rodovias não pavimentadas (Km)</b>	52831	61129	96112	109192	132333
Participação % na extensão total	97,2	96,5	88,5	81,1	73,1
Índice (1939 = 100)	100	115	181	206	250
<b>Extensão total (federal e estadual) (Km)</b>	54331	63347	108600	134738	180910
Percentual total	100	100	100	100	100
<b>Índice (1939 = 100)</b>	100	117	200	248	333

Fonte: IBGE/ DNER apud Targa, Ribeiro e Herrlein Jr. , 1998 p.265.

A efetiva integração do mercado nacional dependeria da evolução do sistema de transportes, ou seja, da remoção da “barreira” constituída pela deficiência em transportes. O governo brasileiro, em diferentes momentos da história, investiu nesse sentido, e o sistema rodoviário recebeu a maior parte desses investimentos. O privilegio dado às rodovias deveu-se ao fato de as outras modalidades de transporte, ferroviário e cabotagem, exigiram o investimento de um grande volume de capitais, e no sistema rodoviário os maiores investimentos seriam na pavimentação de estradas e na construção de pontes. O advento da indústria automobilística no Brasil e a criação da Petrobrás para controlar a pesquisa, a extração e o refino de petróleo foram fatores que contribuíram para a expansão da malha



rodoviária. Na Tabela 11, pode-se verificar o aumento da utilização das rodovias no comércio interestadual do Rio Grande do Sul.

**Tabela 11**  
Comércio interestadual do Rio Grande do Sul, segundo as diferentes correntes  
– 1949 e 1958

Discriminação	Vias Internas		Cabotagem		Total	
	Valor (Cr\$1000,00)	Peso (t)	Valor (Cr\$1000,00)	Peso (t)	Valor (Cr\$1000,00)	Peso (t)
<b>1949</b>						
Exportação	1423	146021	3435	605162	4858	751183
Importação	1346	102386	2087	391698	3433	494084
<b>Total</b>	<b>2769</b>	<b>248407</b>	<b>5522</b>	<b>996860</b>	<b>8291</b>	<b>1245267</b>
<b>1958</b>						
Exportação	17287	441799	16601	1074732	33888	1516531
Importação	21483	435591	5427	488236	26910	923827
<b>Total</b>	<b>38770</b>	<b>877390</b>	<b>22028</b>	<b>1562968</b>	<b>60798</b>	<b>2440358</b>

Fonte: BALANÇO de pagamentos do Rio Grande do Sul apud Targa, Ribeiro e Herrlein Jr (1998 p.266).

Em conjunto, essas condições só seriam dadas a partir da década de 1950, quando passou a efetivar-se a integração do mercado nacional e as economias regionais já não estavam mais a salvo da concorrência com os produtos vindos do centro do País. A integração da malha rodoviária efetivou a integração das regiões brasileiras, pois houve propósito explícito de integrar espacialmente as regiões através do desenvolvimento tanto da infraestrutura quanto dos transportes e da comunicação<sup>26</sup>.

Assim, a indústria paulista estava mais preparada para concorrer no mercado nacional, com um parque industrial mais desenvolvido e mais complexo. Em São Paulo, já na metade do século XX, as indústrias do grupo dinâmico já representavam boa parcela do total de indústrias. Esse ramo industrial contava com alguns facilitadores para sua geminação, como a obtenção de créditos especializados, do tipo outorgados pelo BNDE, a capacidade de

<sup>26</sup> Targa, Ribeiro e Herrlein Jr., 1998, p.268.

obtenção de “*Know-how*”<sup>27</sup> estrangeiro e a existência de economias de escala externa e de complementaridade, pois, os ramos dinâmicos da indústria abririam um leque de opções de indústrias periféricas de sustentação, vantagens que os grandes complexos industriais, como os de São Paulo, estavam em melhores condições de oferecer. Contudo, estes fatores associados ao maciço fluxo de investimentos estrangeiro, tenderam a fortalecer a posição financeira das empresas, facilitando o investimento em pesquisa e inovação tecnológica. Assim, o “padrão gaúcho de desenvolvimento” se esgotou e a necessidade de uma política voltada para o crescimento da indústria dinâmica e pesada abriu o caminho para mudanças na estrutura industrial a partir da década de 1960, pois de fato, a economia e a indústria do centro do país cresciam, com destaque especial para a indústria paulista que será o próximo ponto abordado. Contudo, em um primeiro momento, a integração nacional trouxe para o estado o aumento da concorrência e o maior assédio dos produtos produzidos na centro do Brasil. Porém, isto não pode ser encarado como o fator causador da crise no Estado gaúcho, mas sim, um dos fatores que expôs as deficiências do parque industrial gaúcho e as desigualdades regionais do país.

### **2.1.2 Processo de Industrialização Paulista**

A industrialização de São Paulo dependeu, desde o princípio, da procura provocada pelo crescente mercado estrangeiro do café. O cultivo do café começou, no Estado, muito depois das plantações levadas a cabo nas montanhas acima do Rio de Janeiro, no início do século XIX. Nos cinquenta anos seguintes, o comércio firmou-se na Europa e estimulou o surto de novas plantações que avançavam, cada vez mais, para o oeste. Por volta de 1850, a onda de cafezais penetrou o lado paulista do Vale do Paraíba e estendeu-se até a região de Campinas. À proporção que se efetuava a penetração do quase desconhecido interior de São Paulo, descobriu-se que o solo era extremamente fértil e adequado ao cultivo do café.

Assim, gradativamente, as primeiras mudas e sementes de café chegaram ao Brasil no século XVIII, por volta de 1730, vindas da América Central e das Guianas. Mas só a partir do começo do século XIX que a cafeicultura ganhou o interesse dos grandes proprietários, tornando-se, rapidamente, a principal atividade agrícola do país, responsável por mais da metade da renda obtida com exportação. A crescente importância econômica faz dos

---

<sup>27</sup> *Know-how*: Termo inglês que significa “Como fazer”.

produtores de café de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais o centro da elite dirigente do Império e da República, até quase meados do século XX.

Dean (1980) destaca que logo, por volta do século XIX, o mercado do café expandiu-se mais depressa. A procura nos Estados Unidos e na Europa crescia à medida que a industrialização aumentava a produtividade; o café do Brasil se aproximava do consumo de grande massa, pois era um produto de qualidade inferior. O transporte tornou-se mais barato e mais seguro à proporção que os vapores de casco de ferro passaram a seguir as rotas marítimas do Atlântico Sul. O sistema comercial tornou-se mais eficiente e mais amplo à medida que as relações foram se aprofundando. São Paulo passou a experimentar a mesma euforia e prosperidade que se registrava simultaneamente em outras partes da América Latina.

Certas circunstâncias aceleraram ainda mais o súbito crescimento do comércio do café: uma praga devastou e cortou drasticamente a produção de café no Sri Lanka<sup>28</sup>, o principal concorrente paulista na produção de café; a escravidão foi abolida no Brasil, em 1888, abrindo caminho para a mão-de-obra mais eficiente e mais viável de imigrantes europeus livres; a deposição do imperador em 1889 acarretou a instituição de uma estrutura econômica e políticas extremamente descentralizadas, que permitiram ao governo do Estado de São Paulo estimular o comércio sem entrave, e reter, no Estado, quase todo o lucro dele derivado.

Love (1982) relata que, antes da introdução do café, as fazendas se dedicavam tipicamente a agricultura de subsistência. Entretanto, assim que os lavradores encontraram um mercado que pagavam em dinheiro os seus produtos, aumentou o volume de dinheiro em circulação e do crédito bancário o resultado dessa tendência foi a instalação de algumas fábricas de tecidos no Estado paulista, na década de 1870. Essas fábricas transformavam o algodão produzido localmente em material de pouco acabamento, vendido aos agricultores para que vestissem os escravos. Antes disso, os lavradores forneciam aos seus trabalhadores tecidos fiados em casa; por volta de 1875, as vendas do café começavam a proporcionar dinheiro para comprar o pano e desestimular o emprego de escravos em ofícios manuais.

Com o advento da mão-de-obra livre, o uso do dinheiro difundiu-se pela massa da população. Em São Paulo, os plantadores descobriram que seria impossível atrair

---

<sup>28</sup>O Sri Lanka (antigo Ceilão) é um país insular asiático, localizado ao largo da extremidade sul do subcontinente indiano. Foram os Holandeses, entretanto, que através de contrabando do porto árabe Mocha tornaram-se os primeiros a transportar e cultivar o café comercialmente em 1690. Eles começaram o comércio de café na Índia Oriental levando o café ao Ceilão e em sua colônia na ilha de Java e como resultado Amsterdã tornou-se um centro comercial de café.

trabalhadores da Europa sem lhes pagar salários em dinheiro. Além disso, o pagamento de salários lhes era vantajoso, pois o colono europeu residia nas plantações de café e não nas culturas de subsistências; portanto, os trabalhadores imigrantes eram proibidos de plantar coisa alguma, a não ser o café. Assim, os colonos eram obrigados a comprar os artigos de que precisavam no armazém da fazenda, que era outra fonte de lucros do fazendeiro capitalista, que vendia a concessão ou a explorava.

Assim, o uso difundido do dinheiro e o advento da mão-de-obra estimularam o comércio em diversas direções, houve crescimento das transações comerciais relacionadas à lavoura de café, como compra de máquinas agrícolas e utensílios que estimulavam o aumento da produtividade e o fortalecimento do comércio local. Os novos bancos, cujos fundos eram investidos, originalmente, em transações de café no curto prazo, poderiam usar parte da sua capacidade de criação de crédito para financiar indústrias. Portanto, o plantio de café se constituía numa espécie de matriz que definia as possibilidades do empresário. A estrutura do sistema agrícola era extremamente simples e a propriedade da terra se achava altamente concentrada, pois, poucas famílias possuíam vastas propriedades.

Love (1982) destacou que, aos poucos as pequenas propriedades foram sendo dizimadas pelos grandes produtores, porque o café exigiu capital e influência para comprar escravos, atrair estradas de ferro, obter crédito e validar os direitos sobre as terras. Os que não possuíam tais recursos perdiam suas terras em favor dos que possuíam e eram obrigados a explorar outras regiões ou aceitavam serviço nas fazendas. Quanto ao resto, os novos investimentos do café se aplicaram mais na abertura de novas terras do que na intensificação da produção das propriedades existentes. Assim, a produção de café começa a expressar a concentração de poder e a desigualdade social, em que o pequeno produtor é simplesmente “engolido” pelo grande latifundiário.

Assim, o modelo baseado na monocultura de exportação prosperava no centro do país e as bem-feitorias do governo federal estavam praticamente concentradas na região produtora. Nesse caso, as outras regiões do país, como o Rio Grande do Sul, figuravam com um papel coadjuvante e inserção periférica. Assim, à medida que o tempo avançava-se, e a Revolução de 1930 e os abalos provocados pela crise econômica mundial iniciada nos Estados Unidos em 1929<sup>29</sup> ocorriam, porém, o governo Vargas mantinha o apoio ao setor cafeeiro por meio do

---

<sup>29</sup> A **Grande Depressão**, também chamada de **Crise de 1929**, foi uma grande recessão econômica que teve início em 1929, e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. A Grande Depressão é considerada a pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX. Este período de recessão econômica causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto (PIB) de diversos países.

Conselho Nacional do Café e, ao mesmo tempo, decidiu impulsionar a industrialização. Para reduzir a oferta e melhorar os preços do café, o governo central manda queimar todo o seu estoque e erradicar cafezais, pagando pequena indenização aos produtores.

Love (1982) ressalta que, na década de 1950, as exportações de café ainda representavam a maior parte do total comercializado. Assim, o Brasil permaneceu como o maior produtor mundial, mas o reinado absoluto do café, na economia brasileira, chegou ao fim quando o setor industrial, a partir da segunda metade do século XX, tornou-se a locomotiva do desenvolvimento econômico nacional. Porém, o comércio do café não gerou apenas a procura da produção industrial, mas custeou grande parte das despesas econômicas e sociais, necessárias para tornar proveitosa a manufatura nacional. A construção de estradas de ferro, por exemplo, proveio da expansão do café. As linhas foram construídas pelos proprietários plantadores com seus lucros ou por estrangeiros seduzidos pela perspectiva de frete do café.

Outro exemplo é a construção do porto de Santos, que foi igualmente um empreendimento do café, mas que facilitou o acesso de matéria-prima importada para atender as necessidades da indústria local. As primeiras fábricas eram acionadas por motores a vapor, alimentados por carvão lenha ou carvão importado, mas a produção subsequente de máquinas dependia da instalação de sistemas urbanos de energia hidroelétrica. Assim, as companhias elétricas foram organizadas por cafeicultores e por grupos internacionais atraídos pela expansão dos lucros da lavoura de café.

Dean (1980) relata que as primeiras fábricas também se viram incalculavelmente beneficiadas pela transformação social já operada pelo café, em particular pela presença não só da mão-de-obra imigrante e nativa, afeita à necessidade de trabalho constante, mas também de um quadro de técnicos e contramestres contratados na Europa para superintender as plantações ou construir estradas de ferro, ou treinados nos novos institutos de educação superior de São Paulo.

Na época, os produtos fabricados foram aqueles cuja relação entre o peso e o custo, era tão alta que até com a técnica mais rudimentar custavam menos para produzir do que comprar da Europa. Pelo menos até a década de 1920, os paulistas só estavam produzindo, com pouquíssimas exceções, artigos volumosos e de valor intrinsecamente baixo. As atividades mais importantes empregavam matérias agrícolas locais, notadamente o algodão, couro, açúcar, cereais e a madeira de construção ou minerais não-metálicos, sobretudo o barro, areia, cal e pedras. Outros exemplos: cerveja, bebidas doces, sapatos, caldeiras, tecidos grosseiros, móveis, farinha, potes, panelas e chapéus. Cumpre assinalar que nesta fase inicial, o setor

industrial era totalmente marginal dentro da economia orientada para a exportação. Enquanto os únicos fregueses dos fabricantes foram os agricultores e seus rendeiros, tanto os industriais quanto os fazendeiros dependiam dos preços do café para cobrir seus custos de produção.

Dean (1980) salienta que a industrialização não contava com o apoio de uma ideologia operacional de desenvolvimento. Portanto, considerava-se a difusão da cultura cafeeira intrinsecamente vantajosa, a chave do progresso material, e em seu favor se mobilizou o eficaz apoio do Estado. Até o fim da década 1930, contudo, a substituição de importações por manufaturados nacionais não foi o resultado de um estímulo oficial compreensivo ou mesmo consciente a não ser em casos específicos. O empresário paulista, no princípio, produzia os bens de consumo mais leves e mais baratos. Isto era inevitável até, porque o novo fabricante precisava adquirir técnica gradativamente. Ao mesmo tempo, encontrava maiores lucros em artigos cuja relação entre o peso e os custos lhe proporcionavam a maior vantagem sobre as importações. A consequência dessa estratégia foi uma associação inevitável, por parte do consumidor, entre os artigos de má qualidade e a manufatura nacional<sup>30</sup>.

Assim, os negócios relacionados às importações não constituíram obstáculo ao desenvolvimento da indústria. Pelo contrário, eles foram claramente a origem de um setor industrial que cresceu no compasso das empresas agroindustriais dos fazendeiros. Assim, o setor industrial paulista contava com uma demanda extremamente aquecida e com o aporte financeiro, ambos oriundos do excedente comercial da produção de café. Na Tabela 12, pode-se identificar evolução industrial paulista em comparação ao Brasil.

---

<sup>30</sup> Ver Dean , 1980 p. 17.

**Tabela 12**  
Tamanho agregado relativo da indústria de São Paulo/ Brasil 1919/80

Grupos de Indústria	SP/BR - VBP					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Tradicionalis	30,2	43,1	43,7	46,9	48,2	43,0
Dinâmica - total	38,7	51,9	57,9	65,4	62,4	57,4
Dinâmicas - A	35,1	47,0	55,7	61,9	57,2	51,5
Dinâmicas - B	46,5	58,6	60,9	68,8	66,6	62,8
	VTI					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Tradicionalis	32,0	23,3	43,8	47,2	49,6	43,3
Dinâmica - total	41,1	44,6	57,9	63,1	64,0	58,5
Dinâmicas - A	37,8	41,9	57,5	60,5	59,7	53,7
Dinâmicas - B	48,6	48,0	58,5	65,6	67,7	62,5
	Numero de Estabelecimentos					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Tradicionalis	29,2	30,4	26,6	29,7	27,8	25,9
Dinâmica - total	35,7	35,1	32,9	39,9	36,9	33,8
Dinâmicas - A	35,4	32,0	28,3	32,3	30,4	24,9
Dinâmicas - B	36,6	45,2	52,0	57,8	46,3	48,9
	Pessoal Ocupado					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Tradicionalis	28,5	35,0	36,4	40,2	40,0	36,2
Dinâmica - total	37,5	43,7	49,9	57,1	58,7	54,8
Dinâmicas - A	38,0	44,2	46,7	50,6	51,3	45,3
Dinâmicas - B	36,4	43,1	54,5	63,3	64,2	60,4

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

Na Tabela 12, que aborda o tamanho agregado relativo, pode-se identificar o peso da indústria paulista em relação à indústria brasileira nos itens valor bruto da produção, valor da transformação industrial, número de estabelecimento e pessoal ocupado. É eloqüente o peso e a importância que a indústria paulista passava a representar para o Brasil. No item valor bruto da produção, o estado de São Paulo representava 43% da indústria tradicional e 57% da indústria dinâmica do país, no final da década de 1980. No mesmo período, o valor da transformação industrial chegava a 43,3% nas tradicionais, e 58,5% nas dinâmicas. Porém, no final da década de 1960 o VTI da indústria dinâmica paulista chegou a registrar 64% do peso nacional, com destaque especial para as dinâmicas-B (mecânica, material elétrico, etc). Quanto ao número de estabelecimento, o estado de São Paulo representava, em média, um terço dos estabelecimentos nacionais ao longo do período estudado (1919-80), e no número de pessoal ocupado o destaque fica novamente com a posição da indústria dinâmica paulista que representava 54,8% do pessoal ocupado, em 1980.

De maneira geral, fica evidente na Tabela 12 a representatividade do estado paulista no setor industrial brasileiro e na economia do país. Configurando a idéia de locomotiva nacional, o desenvolvimento paulista contou com uma série de fatores que tornaram o estado o principal demandante e fornecedor do país. Assim, com um parque industrial mais completo, em alguns momentos o estado de São Paulo passou a concorrer com os produtos gaúchos, que perdiam em competitividade. Contudo, São Paulo contava com maiores economias de escala e maiores investimentos públicos e privados (nacionais e estrangeiros), estes são alguns fatores que, combinados com a posição geográfica privilegiada (centro do país), ressaltaram e consolidaram a posição da indústria paulista, de se tornar à economia mais pujante do país. Assim, com a integração regional acelerou-se a intensidade da concorrência dos produtos da indústria paulista, que contemplavam diferenciais já expostos na parte anterior do trabalho. Contudo, a concorrência expôs as deficiências e carências da indústria gaúcha, gerando uma desaceleração do crescimento industrial e o insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

### **2.1.3 Fatores Geradores da Crise**

Em meados da década de 1950, pelas razões expostas anteriormente, o Rio Grande do Sul chegou ao limite de sua capacidade de desenvolvimento baseado na exportação para os demais estados da Federação de produtos agrícolas e bens de consumo de origem agropecuária. Assim, o Estado começou a sofrer uma desaceleração do crescimento. O horizonte tornou-se nebuloso e alguns autores deflagraram previsões nefastas para a economia do Rio Grande do Sul. Oliveira (1961), na obra “Rio Grande do Sul: um novo nordeste, o desenvolvimento econômico e as novas disparidades regionais”, chega a comparar a economia gaúcha com a possibilidade de virar um “novo nordeste”. Apesar da previsão do autor não se concretizar, os números destacam, no mínimo, uma crise na economia gaúcha e uma aparente desaceleração do crescimento industrial. A questão é saber o que teria provocado a estagnação da economia gaúcha por volta de 1956/57. De que modo um ciclo de expansão que, superando problemas tão difíceis como guerra e paz, falta de energia, etc., em



apenas dois anos enfrentou uma drástica desaceleração e, em consequência, ciclos de baixo crescimento<sup>31</sup>.

Para Muller (1998), enfatizando diferentes aspectos, as barreiras ao desenvolvimento do Estado resumiram-se em quatro dificuldades distintas relacionadas à distância geográfica e problemas de infra-estrutura. A primeira é a dificuldade insuperável de distância em relação ao mercado consumidor nacional, acentuado pela precariedade da infra-estrutura de transportes que tanto preocupava os governantes nos anos 1920. A segunda estava relacionada à falta de uma indústria de base regional, em grande medida inviável pelo porte do mercado estadual para os produtores desse segmento (aço, cimento, derivados do petróleo, etc.). A terceira é parte da infra-estrutura precária do estado, ou seja, graves deficiências nos setores de energia e comunicação. E a quarta, é a falta de escala na produção estadual para enfrentar os concorrentes do Sudeste do país já beneficiado pelos fatores acima mencionados.

Na Tabela 13, pode-se verificar a defasagem da indústria gaúcha em relação ao fornecimento de energia. Enquanto no estado de São Paulo 84,7% dos estabelecimentos possuíam fonte externa de energia e nas outras regiões do país, o número cai para 65,2%, o Rio Grande do Sul apresentava um número insuficiente de 35,5% de estabelecimentos com fonte de energia externa, ou seja, 64,5% dos estabelecimentos gaúchos tinham que gerar sua própria energia, reforçando a idéia de que a precária infra-estrutura podia ser constatada nos estabelecimentos gaúchos, ainda na década de 1950.

**Tabela 13**

Distribuição da força motriz disponível nos estabelecimentos industriais, segundo sua origem Rio Grande do Sul, São Paulo e o restante do Brasil – 1920 e 1950 (%).

Origem da Força Motriz	Rio Grande do Sul		São Paulo		Restante do Brasil	
	1920	1950	1920	1950	1920	1950
Fonte Externa	8,6	35,5	57,0	84,7	48,6	65,2
Geração Própria	91,4	64,5	43,0	15,3	51,4	34,8

Fonte: Censo Industrial do Brasil (IBGE).

<sup>31</sup> O período que vai de 1930 a 1950, aproximadamente, pode ser entendido como uma fase na qual os constituintes do modelo histórico de acumulação e dominação gaúcha eram explorados ao máximo e sempre a favor das classes agropecuárias e industriais dominantes.

A trajetória da questão energética era representativa da situação econômica do Rio Grande do Sul na década de 1950. A produção agrícola e industrial estava em alta e a urbanização avançava. Em parte por isso, o Estado viu aumentarem as carências e as deficiências do sistema. O governo reagiu com encampações, criação de órgãos especializados, planos de investimentos, mas as ações empreendidas não foram suficientes, a produção passou a ressentir-se, cada vez mais, do custo das falhas no abastecimento, as receitas e os investimentos foram caindo, os custos financeiros aumentavam e os recursos federais se tornavam cada vez mais escassos. A questão energética era apenas um dos pontos cruciais do aspecto de investimentos públicos em infra-estrutura, tão reclamados pelos gaúchos, pois, o setor privado nacional não tinha capital e muito menos interesse em investir nas áreas de infra-estrutura.

Ainda na questão da infra-estrutura, Oliveira (1961) destaca que a crise gaúcha estava mais relacionada a problemas da à discriminação que o Estado sofria relativo a investimentos federais. Rio Grande do Sul não teria condições de se refazer sozinho da sangria que lhe foi imposta pelo governo federal. Porém, o autor destaca que o estado estaria em condições de comandar, no Brasil, a reação das regiões “excluídas”.

Não num impulso de ressentimento, mas num gesto largo e generoso desatando um movimento de articulação econômica. Um urgente movimento destinado a eliminar a divisão do Brasil em estados ricos, e estados pobres. Em estados senhores e estados escravos. Em estados imperialistas e estados coloniais. Em regiões proletárias e regiões plutocratas. Desníveis assim, dentro de uma mesma nação, levam-na à desintegração. Lutar contra essa ameaça é o dever inadiável, indeclinável (OLIVEIRA, 1961, p. 200).

Através do Plano de Metas, o governo Juscelino Kubitschek priorizou os investimentos públicos na região sudeste do país, o que gerou um aumento do desequilíbrio entre os estados brasileiros. Assim, a região do sudeste do país contava com mais investimentos públicos em infra-estrutura e financiamentos, o que teria facilitado o maior desenvolvimento industrial no período, enquanto o Estado gaúcho sofria com o descaso do governo federal. Em um primeiro momento, para tornar a situação mais dramática, o apelo das indústrias automobilísticas e a necessidade de ligar (acesso rodoviário) as regiões do país, o governo federal promoveu um processo de integração regional, conforme abordado anteriormente, agravando a concorrência do mercado gaúcho. Assim, o mercado gaúcho teria mais acesso dos produtos produzidos em outras regiões do país, devido à evolução na condição e na melhoria dos meios de transportes.

Porém, o Rio Grande do Sul contava com escassos investimentos públicos ou privados (em comparação com a região central do país), gerando uma escassez de capital para financiar

tantos investimentos. O padrão de acumulação e as características da ocupação territorial do estado implicavam em baixas taxas de poupança, provocando grande pulverização de pequenas unidades de produção e índices elevados de imobilização. O resultado foi uma gradativa elevação dos custos e uma perda competitividade dos produtos gaúchos.

Accurso, Candal e Veras (1965) destacam, em seu estudo<sup>32</sup>, problemas relacionados ao setor primário, e avaliam que as dificuldades do Estado surgiram da inviabilidade da continuação de seu crescimento extensivo, fato que ocorreu em meados da década de 1940 e que foi ocultado por um movimento favorável de preços. Isso permitiu aos proprietários agrícolas um volume absoluto de renda elevado, o que evitou uma tomada de consciência do fenômeno.

Com maior intensidade aplica-se esta conclusão à pecuária que transferiu via mecanismos de preços, as conseqüências do fenômeno. As causas deste insatisfatório crescimento da produção agropecuária gaúcha estavam intimamente ligadas ao problema da propriedade da terra, isto é, revestiam-se de características estruturais que tornavam inócuos os instrumentos tradicionais de estímulo à produção (crédito, preço, etc).

Considerando-se a elevada participação da agropecuária na renda e no emprego, é óbvio que seu comportamento inadequado influenciou em todo o sistema econômico gaúcho. O outro setor importante, o industrial, possuía uma estrutura que o tornava, dependente em grande medida, do setor agropecuário. Isso, somado a outros fatores, explica o baixo crescimento quanto comparado ao da indústria brasileira, com a característica mais trágica de ter fornecido emprego apenas a uma parcela mínima da população. Assim, alguns autores destacam que a crise na agricultura contaminou os setores industriais do Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, notava-se a estagnação do desenvolvimento da lavoura mecanizada em decorrência de determinados fatores, e o êxodo do homem rural sul-riograndense para outros estados, em busca de melhores condições de vida, principalmente para região a centro-oeste. Pode-se definir que a estrutura agrária tornou-se arcaica, obsoleta, constituindo-se um obstáculo quase intransponível à racionalização da produção rural gaúcha. Em decorrência dessa não-racionalização, a produção tornou-se antieconômica e os produtos agropecuários perderam sua capacidade competitiva nos mercados nacional e internacional.

Ainda sim, em meados da década de 1950, embora o setor primário ainda obtivesse bons resultados, já havia sinais de queda. Accurso, Candal e Veras (1965) calculam que, na

---

<sup>32</sup> Accurso, Candal e Veras. Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. **Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico**, Porto Alegre, Assembléia Legislativa, 1965.

primeira metade da década, a produção primária cresceu 9,8% e, na segunda, recuou 3,0% (ambas, médias anuais), o que fez com que a produção da pecuária e da agricultura chegasse a 1960 com níveis de produção de, respectivamente, 20% e 7% menores que os de 1956. Os mesmos autores atribuem a estagnação ao esgotamento da base física já que “80% da área total se encontrava ocupada pelos estabelecimentos rurais e ao aumento dos custos de produção a taxas superiores às do aumento da produtividade”. A cultura do arroz, destacada no primeiro capítulo como uma das principais atividades econômicas do Estado, por exemplo, é um caso típico. A passagem de irrigação natural para a irrigação mecânica – cada vez mais necessária face à escassez de terras – eleva o custo unitário de 4,3%, e como a produtividade média aumentou tão-somente 4%, é fácil concluir pela sua ineficácia econômica.

Como 87% da área arroseira eram constituídas de terras velhas e inçadas, é imprescindível uma certa adubação, o que aumenta o custo unitário de 4%. Ora, tanto a irrigação como as adubações só se justificam na medida em que produzam rendimento mais que proporcionais à elevação dos custos, e a soma de ambas aumenta o custo em 8% - quando a produtividade em dez anos aumentou de 4% - fica mais do que evidente a sua inviabilidade (ACCURSO, CANDAL E VERAS, 1965 p. 31).

Accurso, Candal e Veras (1965) ainda destacam que, segundo registro do setor industrial de 1965 (IBGE), os ramos tradicionais estavam diretamente ligados ao setor primário, conforme já citado anteriormente. As estimativas da formação da renda setorial apresentavam a seguinte distribuição: Setor Primário 41%; Setor Secundário 15%; Setor Terciário 44%; e a distribuição da população ativa setorial era de 58%, 14% e 28% respectivamente, reforçando a idéia da importância do Setor Primário na base produtiva.

Na questão agrícola, o Rio Grande do Sul acompanhou o crescimento dos centros urbanos, consumidores de seus produtos, embora não tenha merecido uma posição de maior destaque na estratégia de desenvolvimento nacional, entre os anos 1930 e 1940. Em meados dos anos 1950, a agricultura estaria relacionada intensamente com os demais setores da economia, distinguindo-se os produtos de base produtiva empresarial, como arroz, o trigo (após 1945), a soja (nos anos 1960) e as culturas tradicionais componentes da cesta básica alimentar dos assalariados. O desenvolvimento rural significou a geração crescente do fluxo de alimentos e matérias-primas para o mercado internacional, com a criação de um mercado para os produtos industriais na própria agricultura, a liberação da mão-de-obra para indústria e centro urbanos, e a geração de divisas pelas exportações e na poupança de divisas, substituindo importações por produtos nacionais.

A dependência da economia gaúcha em relação ao desempenho do setor agrícola, tanto no que diz respeito às safras agrícolas, quanto aos fatores que garantem a renda no campo: concessão de crédito e nível de preços de produtos agropecuários, internamente e vendas para fora do país. Desse modo, a relação que se estabeleceria entre o setor primário gaúcho e sua indústria dar-se-ia tanto à montante - aquisição de produtos do setor agropecuário - quanto à jusante - venda de insumos e equipamentos à agropecuária, tais como os fertilizantes, as máquinas e os implementos agrícolas.

Para Dalmazo (1992), o desempenho do Setor Primário ficava por conta da produção de oito principais produtos agropecuários, com participação de 70,2% no setor (milho, arroz, trigo, lã, produção bovina, produção suína, feijão e soja), que passaram por um período de estagnação a partir de 1956, com tendência de queda de crescimento nos últimos anos (1958-59). Os principais fatores do fraco desempenho sinalizavam os investimentos pouco significativos de modernização agrícola que poderiam alterar o quadro, a política de preços mínimos injusta, o contingenciamento e o ágio cambial sobre importações de bens de capital e insumos agrícolas.

Em relação à indústria, os indicadores apontavam um baixo crescimento entre 1956 e 1958, considerando que o Setor Secundário retirava 65% das matérias-primas da agropecuária e empregava em torno de 10% da população ativa. Essa estagnação não se verificou na indústria química, farmacêutica, na de calçados, na de tecidos e na de vestuário.

**Tabela 14**

Taxas de crescimento da economia gaúcha por setor (Médias Anuais %).

Setores	1949/60	1949/53	1956/60
Primário	3,8	9,8	-3,0
Secundário	5,4	9,5	1,7
Terciário	5,2	7,2	2,8
Total	4,9	8,6	0,3

Fonte: Accurso, Candal, Veras (1965). Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. **Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico**, Porto Alegre, Assembléia Legislativa, p.18.

O fraco desempenho do setor era atribuído à indústria de alimentação, que se manteve estacionária desde o ano de 1953. As razões também indicavam a falta de crédito para investimento, a política cambial que penalizava os insumos e os bens de capital, além da falta de incentivos fiscais e as condições de transporte.

Cabe ressaltar a importância da Alimentação, vestuários e calçados, têxteis, fumo, bebidas, couro, peles e madeira, que representavam 67% do total das vendas da indústria. Nessas condições, é natural que todo o setor secundário estivesse fortemente influenciado pelo comportamento da agropecuária. Portanto, na lógica pode-se concluir que a crise do setor primário contagiou e afetou a maior parte da indústria gaúcha.

Essa influência ocorreu sob dois aspectos. Pelo lado da produção, o ritmo lento ou nulo da oferta primária e, inclusive, com custos crescentes, impedia um abastecimento adequado e diminuía sua capacidade competitiva; do lado do mercado, à medida que o setor responsável pela maior parte da formação de renda não se desenvolvia, bloqueava a capacidade de compra para os demais.

Algumas correntes ideológicas ressaltavam que o problema da economia gaúcha estava relacionado ao elemento conjuntural. Este por sua vez, aparece ao se examinar, por exemplo, a evolução do valor do dólar para a importação de bens de produção para a lavoura, ou na evolução dos custos, em cruzeiros, dos equipamentos necessários à formação de uma lavoura de 150 hectares.

O fato de que o produtor tenha que dar quantidades maiores para obter a mesma trilhadeira não traduz, por si só, qualquer perda. Se a trilhadeira aumenta em 100% não há porque o preço do arroz tenha de subir na mesma proporção, a menos que se advogue que o valor da máquina deva entrar, de uma só vez, no custo do cereal. Se a depreciação representa 10% do custo, o preço do arroz teria que subir apenas 10% para o produtor ressarcir-se do custo maior (ACCURSO, CANDAL e VERAS, 1965, p. 37).

Accurso, Candal e Veras (1965) se contrapõem, portanto, à idéia citada anteriormente, pois, se a trilhadeira tivesse seu preço aumentado em 200% e o arroz em 50% aparentemente haveria perda para o produtor do cereal; se, contudo, admitissem que o desnível pudesse criar problemas para a produção, insistiam que a solução não estaria no sistema de preços, mas no crédito que não favoreceria a aquisição dos equipamentos. Contudo, seriam as indústrias “tradicionalistas” o principal responsável pelo baixo crescimento do período e isto estava relacionado à crise da agropecuária.

Uma vez que a demanda para setor tradicional estava em expansão, como mostra o crescimento de seus ramos componentes no Brasil, ainda que a uma faixa inferior à dos ramos dinâmicos, pode-se concluir que uma das causas para o baixo crescimento no Estado deve ser buscada na insuficiente e inadequada oferta de matérias-primas da agricultura, pecuária e silvicultura (ACCURSO, CANDAL e VERAS, 1965).

As causas do insuficiente desenvolvimento da indústria passaram diretamente pelos “elementos endógenos”, estes, por sua vez, impediram que o setor realizasse as modificações necessárias para fazer frente à crescente demanda. Essas modificações se constituíram basicamente no aumento do capital fixo, na melhoria tecnológica aí implícita, e nas transformações na estrutura e nos métodos administrativos, o que envolvia as atitudes dos empresários e as formas de propriedade das empresas. A Tabela 15 destaca a evolução da indústria gaúcha no período da crise. Na média geral, o Rio Grande do Sul obteve desempenho parecido com as demais regiões do país, com exceção do estado de São Paulo que obteve um crescimento superior às demais regiões do Brasil e do estado gaúcho.

**Tabela 15**  
Taxa do crescimento do VBP, VTI, capital aplicado (real) e pessoal ocupado  
(Média Anual – 10 anos – 1949/59)

Taxa de crescimento Total da indústria (%)	10 anos 1949-59			
	VBP	VTI	Cap. Ap	Pess. Oc
Rio Grande do Sul	6,9	8,0	5,9	1,3
São Paulo	10,7	10,8	10,2	4,3
Brasil	9,0	9,4	8,3	2,7
Demais regiões do país exclusive RS, BR	7,4	7,9	6,3	1,6

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

Portanto, quando se abordam os itens Valor Bruto da Produção, Valor da Transformação Industrial, Capital Aplicado e Pessoal Ocupado, os dados sugerem que, na média geral, ou seja, quando se abordam todos os gêneros agregados, o Rio Grande do Sul teve um desempenho parecido com o restante da indústria nacional, com exceção do estado paulista, no período de 1949 a 1959. Isso reforça a idéia de uma crise com maior concentração em determinados setores da economia gaúcha. Mais adiante, relata-se o desempenho da indústria por gêneros e também os grupos industriais.

Além dos problemas já mencionados no setor primário da economia gaúcha, a FEE (1978) destaca que o insuficiente crescimento da indústria do Rio Grande do Sul, na melhor das hipóteses, levantadas pela literatura do período, que o ponto central da questão estava

sendo mascarado. Caracterizar uma situação desfavorável do Estado como sendo de crise decorrente da “incapacidade empresarial”, como seguidamente era apregoado, reflete tão somente a adoção de um enfoque micro para uma questão fundamentalmente macroeconômica. Na realidade, os problemas com que se deparou a indústria de transformação gaúcha no início da década de 1960 eram fruto de uma inadequação do parque industrial do Estado a um novo perfil de demanda do País. Portanto, provavelmente a indústria paulista estava mais preparada e adaptada para atender este novo perfil, o que causou perda considerável e em conseqüência, adequação do parque industrial gaúcho à realidade nacional e internacional.

De qualquer maneira, é importante notar que a indústria gaúcha, até a década de 1940, foi nitidamente produtora de bens de consumo não-duráveis, ou seja, uma indústria tradicional com participação predominantemente do ramo de produtos alimentares evoluindo no sentido de aumento significativo dos segmentos de bens intermediários (nesse caso, basicamente entre 1949 e 1959) e de capital. Isso se constata na Tabela 16 sobre a evolução da indústria de transformação por categorias de uso. Sobre essa nova base e em articulação com ela ocorreu o ciclo de expansão seguinte, a partir do final da década de 1960.

**Tabela 16**  
Estrutura da produção industrial no Rio Grande do Sul – 1949/65

<b>Categorias de usos</b>	<b>1949</b>	<b>1959</b>	<b>1965</b>	<b>1949 - 65</b>
Bens de capital	1,73 %	3,85 %	6,23 %	260,11 %
Bens Intermediários	22,81 %	28,97 %	26,31 %	15,34 %
Bens Duráveis de Consumo	2,29 %	2,80 %	3,42 %	49,34 %
Bens Não-Duráveis de Consumo	73,17%	64,38 %	64,04 %	- 12,47%
<b>Total</b>	<b>100,0 %</b>	<b>100,0 %</b>	<b>100,0 %</b>	

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. 25 anos de Economia gaúcha (1978 p.38).

Paralelamente às mudanças na estrutura da produção industrial gaúcha, houve, entre 1949 e 1964, um processo de concentração e de acumulação de capital – de resto natural e indispensável a essas mudanças. O movimento seguinte nesse processo (cuja primeira etapa ocorreu na década de 1920, quando as indústrias assumiram o lugar das manufaturas de base artesanal), dados os graus de integração e complexidade da economia nacional, teve forte participação de capitais de fora do Estado, gerando, em alguns momentos, o temor da “desgauchização da economia<sup>33</sup>“. Esse processo de acumulação e concentração prosseguiu

<sup>33</sup> Análise de indústria de transformação no Rio Grande do Sul (1978 p.38).



durante as décadas seguintes, caracterizando-se através da introdução de progresso técnico e dos limites que isto impunha à expansão do emprego, através de um aumento da capacidade de acumulação e, conseqüentemente, de maior concentração da renda industrial em favor dos lucros, e do alargamento do espectro salarial, verificável pela evolução diferenciada das remunerações dos quadros administrativos e dos assalariados. A conjugação desses fenômenos levou à maior concentração de renda industrial no Rio Grande do Sul, o que parece indicar que o estado se aproximava das características essenciais do processo de acumulação vigente no centro hegemônico da economia nacional.

Contudo, quando se analisa o período de 1949-59, a indústria gaúcha não apresenta um bom desempenho se comparada com média nacional, dificuldade que se acentua no período de 1955-59. A Tabela 17 destaca o VBP, VTI e o Pessoal Ocupado (1949-59).

**Tabela 17**  
Taxa do crescimento do VBP, VTI e pessoal ocupado  
(Média Anual – 10 anos) – 1949/59

Gêneros e grupos Industriais	Rio Grande do Sul			Brasil		
	10 anos - 1949-59			10 anos - 1949-59		
	VBP	VTI	Pes.Ocp	VBP	VTI	Pes.Ocp
Minaerais não-metálicos	9,4	8,8	-0,4	9,4	8,4	2,5
Metal-mecânica	12,2	11,3	5,2	13,6	13,8	6,1
Madeira e mobiliário	4,4	4,3	-0,9	8,0	8,2	4,3
Química	12,7	16,0	3,5	11,4	12,0	4,0
Couros e peles	7,0	8,1	1,6	4,3	7,4	0,8
Têxtil	3,2	2,2	-1,6	4,8	3,8	-1,1
Vest.calçad.artef.tecido	6,7	9,0	3,6	3,1	4,6	0,0
Alim.beb.fumo (c/ f.f.)	5,6	6,7	0,6	5,3	5,7	0,2
Diversas	6,9	7,5	0,9	4,1	4,2	0,9
<b>Total</b>	<b>6,9</b>	<b>8,0</b>	<b>1,3</b>	7,4	7,9	1,6
<b>Grupos de indústria</b>						
Tradicional	5,6	6,4	0,7	5,2	5,3	0,4
Dinâmicas - total	11,9	12,4	3,0	12,0	12,1	4,3
Dinâmicas - a	11,8	13,4	1,2	10,8	10,7	3,2
Dinâmicas - b	12,2	11,3	5,2	13,6	13,8	6,1

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE). OBS: Brasil (exclusive SP e RS)

Os setores da Indústria Tradicional tiveram um desempenho bem baixo, quando comparado com o grupo das Indústrias Dinâmicas. Pode-se constatar esta tendência tanto nos números da indústria gaúcha, quanto no comportamento da indústria nacional (retirando o RS e SP). De maneira geral, o desempenho da indústria gaúcha é semelhante o da indústria nacional, descontados os números da indústria paulista e gaúcha, contudo, o fraco desempenho dos gêneros gaúchos, fica mais concentrado na indústria de Alimentação

(alimentação, bebidas e fumo), têxtil, madeira e mobiliário. A análise dos números depurados do Censo Industrial reforça a idéia de uma crise centralizada nos setores mais ligados à agropecuária.

Dalmazo (1992) destaca, o estudo preparado pelo GAP especialmente para o Conselho Nacional de Economia em junho de 1960 (RS. GAP, 1962), que aborda os períodos onde a crise tornou-se mais aguda. Na visão global, o estudo acusa indicadores de uma grande crise econômica a partir de 1957. A evolução da economia gaúcha, após ter uma década de crescimento acelerado do Produto Industrial, foi de, aproximadamente, 7,6% anual, entre 1947 e 1956, seguida de um período com taxas anuais menores - 4,6%, entre 1956 e 1959, passou a dar sinais de estagnação e retração das atividades produtivas, principalmente no setor agrícola.

A análise concentra sua atenção sobre as causas e os efeitos da crise que atingiram a base produtiva e a sociedade sul-rio-grandense. A ponderação da economia gaúcha em relação à economia brasileira era projetada pelo GAP com um peso de, no mínimo, 10%. Os indicadores revelam que a população do Rio Grande do Sul correspondia a 8% da população do País, ocupava 10% da população ativa, produzia 8,1% do Produto Industrial abrangia 11,2% da população agrícola, criava 12,2% da população pecuária e arrecadava 8,3% da receita tributária nacional. Essa ponderação conduziu à discussão política e à justificativa dos reflexos da crise. Assim, ampliou-se a discussão dos problemas gaúchos, já que os números destacavam que o Rio Grande do Sul representava uma parcela importante da riqueza do país.

O GAP argumentava que o Governo Federal, ao acelerar o processo de industrialização entre 1955 e 1959, não teria cuidado da distribuição geográfica das unidades produtivas de vanguarda e da localização equitativa do parque manufatureiro, também não realizou uma política econômica de tratamento regional diferenciado, gerando, assim, a concentração industrial no Centro-Sul, que passou não só a sugar recursos das demais regiões, mas, também, a produzir efeitos inibitórios ao desenvolvimento estadual. O Governo Federal contra-argumentava que os sacrifícios nessa fase seriam devolvidos com as vantagens e com as “ondas de desenvolvimento” irradiadas do pólo industrial (Centro-Sul). Entretanto, a crise foi a prova do aposto, irradiando ondas da face oposta.

Ficava muito claro para o Governo do Rio Grande do Sul que o centro dinâmico caminhou para a uma grande industrialização, implantando indústria de bens de capital, e a economia gaúcha ficou à margem, como também outras regiões do Brasil, em razão da existência de uma base produtiva agro-pastoril junto ao uma indústria de bens de consumo. Em conseqüência, a exclusão instalou a desigualdade e as perdas nos termos de intercâmbio

com o Centro-Sul, que apareciam como argumentos fortes e repetitivos no discurso político e nos grupos técnicos. No Governo do Rio Grande do Sul prevalecia a consciência de que as condições para a reversão desse processo não se dariam espontaneamente. A reversão do quadro dependeria da compreensão do Governo Federal, ditando uma política de desenvolvimento global, ou seja, o planejamento nacional articulado com os planos de expansão regional e estadual. No discurso político do período da crise no Rio Grande do Sul dos anos 1960, os diferentes argumentos tinham por base a tendência dos indicadores da situação econômica da agricultura, da indústria e das finanças públicas.

Já, as finanças estaduais foram condicionadas de maneira fulminante pelo nível da atividade econômica, pela política econômica do Estado e pela concentração do poder financeiro no Governo Federal. A falta de recursos levou o Governo Dornelles (1951-54) a promover uma política de endividamento e a recorrer à tributação mediante taxas com destinação específica para financiar o I Plano de Obras, Serviços e Equipamentos<sup>34</sup> – 1953. A partir de 1959, a mesma alternativa do endividamento e do aumento da tributação foi colocada para financiar o II Plano de Obras, Serviços e Equipamentos (1959-62).

Dalmazó (1992) destaca que o diagnóstico da crise da economia gaúcha identificava quatro razões. A primeira, a perda nas relações de troca de produtos agropastoris e da indústria de bens de consumo em relação às manufaturas do Centro-Sul. A segunda, a desigualdade gerada pela política cambial, efeitos da Instrução nº 70 da SUMOC, que introduziu o regime de ágios para importação. Todos os insumos, máquinas e equipamentos importados da agropecuária estavam sujeitos a taxas de câmbio mais elevadas, bem como as importações de insumos e máquinas da indústria de bens de consumo. Para compensar a implantação do sistema de ágios, a Instrução nº 70 previa a realização de investimentos federais compensatórios no estado. O GAP estimou uma soma vultosa em torno de Cr\$ 9,4 bilhões da época, correspondentes às taxas diferenciais de câmbio cobradas sobre importações do Rio Grande do Sul entre, 1953 e 1959. Entretanto, além de sugar esses recursos, os investimentos federais não aconteceram e até decresceram em termos reais no mesmo período. A terceira causa relaciona-se com as perdas atribuídas pelo processo inflacionário na

---

<sup>34</sup> O I Plano de Obras, Serviços e Equipamentos constitui uma contribuição amadurecida do Estado Regional, sendo elaborado setorialmente por técnicos de diferentes áreas, coordenados pelo titular da Secretaria de Obras Públicas. O Plano deixava clara a deliberação de realizar obras complementares ou entrosadas com o planejamento federal. Desse modo, a grande prioridade foi criar as condições basilares da acumulação industrial, implementando obras consideradas parte das funções clássicas do Estado Regional: aparelhamento dos sistemas de transportes, educação profissional, saneamento urbano, etc. (DALMAZO, 1992 p.62).

produção e nas finanças públicas. Como quarta causa, é apontada a exclusão da economia gaúcha do bloco de investimentos do Plano de Metas.

Os investimentos federais diretos realizados no Rio Grande do Sul restringiram-se a Cr\$ 7,5 bilhões até 1959, que representavam menos de 4,4% dos investimentos totais, excluindo a construção de Brasília.

Os fatores responsáveis pela situação de crise e exclusão do Rio Grande do Sul foram: os investimentos federais insuficientes, a sobretaxa cambial sem os investimentos federais compensatórios, os ágios da taxa cambial sobre as importações de bens de capital e insumos para a agricultura e a indústria de bens de consumo, o processo inflacionário e as perdas na relação de troca com o Centro-Sul, ou seja, importações de manufaturados, contra as exportações de bens primários (DALMAZO 1992, p. 99).

Essas considerações repõem no seu lugar por excelência a questão da industrialização do Rio Grande do Sul no tempo, questionada a eficácia do planejamento estadual nessa fase do capitalismo monopolista de Estado. Mais do que isso, o diagnóstico da crise da economia gaúcha apontava para a superação dos pontos de estrangulamento, das distorções política econômica, dos possíveis pontos de germinação de riqueza, etc., todos centrados na política e econômica do Governo Federal, na estratégia dos investimentos da União e no planejamento nacional articulado ao planejamento estadual. Por fim, a superação da crise parecia apontar desdobramentos políticos e, de quebra, de paradigmas, ou seja, uma reformulação consistente das atividades econômicas no Rio Grande do Sul. Para isto era necessária, a mobilização do Governo regional e do empresariado gaúcho.

## **2.2 SUPERAÇÃO DA CRISE E OS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS**

A industrialização colocava-se como prioritária nos governos do Rio Grande do Sul desde meados dos anos 1940. Entretanto, no final dos anos 1950 e meados dos anos 1960, levantou-se um intenso debate junto ao governo do Rio Grande do Sul e aos partidos em torno do tipo de industrialização pretendido para o Rio Grande do Sul. Assim, de um lado, desejava-se a idéia era desenvolver uma indústria que aproveitasse as matérias-primas locais e aos poucos internalizasse unidades de capital e insumos; de outro, desenvolver um pólo industrial dinâmico de bens de capital e de insumos industriais. Outra razão política que também intensificou o debate era a teoria de que o Rio Grande do Sul foi marginalizado pelo

bloco de investimentos estrangeiros e estatais realizados no “Ciclo Juscelino” (1955-59). De fato, a implantação do Plano de Metas promoveu, uma notável concentração dos investimentos produtivos, públicos e privados, na região sudeste, acelerou ainda mais o crescimento da indústria paulista, estabelecendo um processo de industrialização pesada em escala nacional.

Diz Dalmazo (1992), independente do caminho a ser seguido, buscar os investimentos necessários para estimular setores importantes da economia, eram pré-requisitos para proporcionar um ambiente favorável ao crescimento e o desenvolvimento industrial. Para isto, a maioria dos projetos, não concluídos, do Governo Dornelles (1951-54), inscritos no I Plano de Obras, Serviços e Equipamentos (1953), passaram a ser prioridade no Governo Meneghetti (1955-58). Estes por sua vez, constituíram-se projetos de infra-estrutura moderna, como Plano de Saneamento Urbano, Plano de Eletrificação, Plano de Portos, Rios e Canais, o aparelhamento da viação férrea e a construção de silos e armazéns, financiados pelo BRDE. Também é importante ressaltar o plano de ensino rural, plano de modernização da pecuária e da indústria do frio, etc. O governo do Rio Grande do Sul manteve a proposta de industrialização em curso, ou modelo histórico, dando maior prioridade ao setor agrícola.

Dalmazo (1992) destaca que os sinais da crise da economia gaúcha, com baixas taxas de crescimento já em 1957, puseram à prova as dificuldades do governo do Rio Grande do Sul para sustentar a proposta de industrialização baseada na prioridade agrícola. As dificuldades explicitaram-se com as restrições de crédito e de financiamento público pela União e pelos bancos oficiais para esses projetos. As razões que definiram as possibilidades de expansão do setor produtivo gaúcho são várias.

Primeiro, a restrição de crédito nos bancos oficiais, que havia sido, no passado, importante fonte de financiamento até 1955, voltando-se, após, para grandes projetos do Plano de Metas no Centro-Sul. Segundo, a receita estadual mantinha-se exaurida pelos efeitos inflacionários e pelas novas funções do Estado Regional, sem excedentes. Terceiro, acentuou-se a perda de autonomia do Estado regional em relação à política de preços mínimos agrícolas, às exportações agrícolas, às políticas cambiais e creditárias, etc., que afetavam profundamente a base produtiva no Rio Grande do Sul. Quarto, a situação inflacionária e os juros altos oneravam a tomada de empréstimos de bancos privados. Quinto, o Rio Grande do Sul, recebeu uma ínfima parcela das indústrias básicas do Plano de Metas (0,3 % dos investimentos), por motivo da insuficiência de transportes, de energia elétrica e da posição geográfica, principalmente. Por último, a instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que instituída em 1955, no governo do Presidente Café Filho, permitia a

entrada de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial (sem depósito de dólares para a aquisição no Banco do Brasil). Entretanto, a medida estabelecia uma contrapartida, ou seja, sobretaxa cambial paga pelos importadores das regiões não favorecidas pelo Plano de Metas deveria ser compensada por investimentos do Governo Federal. Os investimentos federais foram mínimos no Rio Grande do Sul, além de a política cambial dificultar ou onerar as importações de máquinas e equipamentos agrícolas, insumos, sementes e raças puras<sup>35</sup>.

Assim, a diminuição da dependência externa era um legado necessário para suportar as flutuações do mercado externo ou as sanções impostas pelo Governo Federal. No caso da flutuação cambial, quando a moeda nacional estava valorizada, incentivava as importações e, conseqüentemente, acirrava a concorrência, provocando excesso de oferta e restrição da demanda por produtos nacionais. As políticas cambiais que desvalorizavam a moeda nacional incentivavam as empresas exportadoras ao baratear os preços de seus produtos lá fora e também aquelas que direcionavam importante fatia de sua produção para ser comercializada no mercado interno, uma vez que os produtos importados ingressariam com valores mais elevados do que os nacionais. A ocorrência de qualquer diferencial na trajetória da indústria do Rio Grande do Sul em relação à nacional, caracterizava-se numa especificidade da região. Nesse contexto, a consciência do salto da industrialização no centro-Sul e do papel secundário legado ao Rio Grande do Sul junto ao governo Meneghetti (1955-58) ficou clara no registro seguinte:

È inegável que, de algum tempo a esta parte, o fluxo de empréstimos e investimentos estrangeiros para o Brasil vem crescendo de modo exponencial (...). O exame, entretanto, da participação do Rio Grande do Sul na partilha desses investimentos está bem longe de ser animador para nosso estado. Seja relativamente aos empréstimos do exterior, seja quando as importações de equipamentos sem cobertura cambial, nos termos da Instrução nº 113, da SUMOC, ao Rio Grande do Sul vem cabendo parcela insignificante (RS. Gov. Ildo Meneghetti, apud DALMAZO, 1992, p.78).

Esses fatores frustraram a prioridade agrícola e a incorporação das bases do modelo histórico gaúcho à industrialização nacional parecia o caminho mais acessível a ser seguido, determinando suas posições e funções de acumulação. Ainda no debate político, a polêmica sobre a via de industrialização polarizou-se entre o PSD e o PTB. O PSD, elegendo Meneghetti (1955-58) pela aliança dos partidos PSD-PL-UDN, que formavam a Frente

---

<sup>35</sup> Ver Dalmazo, 1992,p.99.

Democrática, aderiu plenamente à estratégia industrializante a partir do aproveitamento das matérias-primas sul-rio-grandenses, inclusive associados ao capital estrangeiro, nacional e estatal. O capital estrangeiro de risco e de empréstimos era essencial para levar a cabo a industrialização. Entretanto, deveria seguir as diretrizes do modelo histórico, aos moldes da indústria frigorífica, da indústria do fumo (Cia. Souza Cruz S.A), da indústria moageira (Moinhos Rio-grandenses S.A), da indústria de cervejas (Brahma), de cantinas de vinho, etc. Essas empresas utilizavam matérias-primas da agropecuária.

O parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembléia Legislativa contemporizava uma crítica à proposta de industrialização que pretendia alocar, no Estado, refinaria, siderurgia, fábrica de tratores e outras, porque contrariava a idéia de “essencialmente aproveitar as matérias-primas sul-rio-grandenses”<sup>36</sup>.

Para Dalmazó (1992), o PSD propunha, para tanto, uma ampla participação do Governo do Rio Grande do Sul em promover a organização social a partir de uma pecuária e de uma agricultura forte. Já, o PTB aderiu à estratégia de um capitalismo autônomo – pólo industrial, com grandes projetos de ponta. Elegendo-se pela Coligação Populista, entre o PTB, o PRP e o PSP, o Governador Brizola (1959-62) propunha um pólo industrial no Rio Grande do Sul, sem descuidar do aproveitamento das matérias-primas agropecuárias, e para isto era fundamental a criação de uma infra-estrutura moderna junto com grandes empresas.

O encaminhando político dado à questão central pleiteava maior participação e integração na industrialização nacional e no planejamento estatal. Brizola (1959-62) aderiu ao discurso da exclusão e denunciou a marginalização da indústria, da agricultura e a falta de infra-estrutura no Rio Grande do Sul, discriminado pelo Governo Juscelino (1955-59). Apontava que o Governo Federal cresceu como força captadora de recursos, mas não como força distribuidora dos mesmos recursos.

Brizola<sup>37</sup> declarava que o Governo Juscelino acelerou o processo de industrialização, porém, não cuidou da distribuição geográfica das unidades de vanguarda, da localização equitativa do parque manufatureiro; nem mesmo havia realizado uma política de tratamento

---

<sup>36</sup> Dalmazó, 1992, p.79.

<sup>37</sup> Para Leonel Brizola, eleito governador do Rio Grande do Sul, o Rio Grande do Sul padecia de discriminação do Governo Central (na forma de investimentos), pois em suma quase todas as tentativas de atrair para o Rio Grande do Sul empreendimentos industriais, investimentos maiores, iniciativas novas, fracassavam, apesar de todas as vantagens oferecidas pelo governo gaúcho. O centro-sul do país, já enormemente beneficiado por suas condições geo-econômicas, e ainda agraciado abundantemente pelos fatores do governo central, atuava como enorme imã, atraindo as iniciativas desenvolvimentistas.

diferenciado da economia gaúcha, que ele considerava, por excelência, uma economia diferenciada.

Em suma, algumas correntes ideológicas acreditavam que as desigualdades regionais no Brasil eram, até então, uma necessidade própria dos momentos de transição da economia, e as ondas de desenvolvimento iriam se propagar sobre as regiões atrasadas. Mas, as ondas de desenvolvimento e progresso que se multiplicaram no Centro-Sul aqui não chegaram, segundo Brizola. Ao contrário, ocorreram efeitos regressivos, restrições ao financiamento público e de bancos oficiais, contingenciamento de exportações de produtos agrícolas, imposição de preços mínimos agrícolas irrealistas e importações com sobre taxa cambial.

No período da crise, Brizola fez discursos inflamados, marcados pela “radicalização verbal” e pela disposição de politizar determinadas questões tidas como prioritárias em sua proposta de governo. Defendia a idéia da criação de pólos dinâmicos no País, para criação de outros “São Paulos”, para atrair e captar investimentos federais ao Rio Grande do Sul e superar a crise.

No período do governo Jânio Quadros, a gestão política dada à questão central culminou na Conferência de Florianópolis, realizada em março de 1961, reunindo o Presidente de República e os Governadores do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina. Os pontos tratados visavam ao desenvolvimento harmônico dos estados sulinos, como um possível reconhecimento da marginalização do Extremo Sul. Na pauta, destacaram-se os projetos de ponta do II Plano de Obras, Serviços e Equipamentos (1959-62). Assim, o elenco de projetos de ponta desse plano constituiu a base para a industrialização do Rio Grande do Sul daí para o futuro. Em troca, o Governo do Rio Grande do Sul depositava o apoio político ao novo chefe do Executivo Federal.

Dalmaz (1992) destaca que o segundo Governo Meneghetti (1963-66), defensor do projeto de produções pecuária e agrícola forte e determinante no Rio Grande do Sul, mostrou carência de recursos para realizar um mínimo de investimentos. Em vista disso, determinou a elaboração do Plano de Investimentos e Serviços Públicos (1964-66), buscando aumentar a eficiência do setor público (estadual, municipal e federal) e dinamizar a industrialização. Vinculou os programas orçamentários anuais do Governo aos programas prioritários definidos no Plano. Assim, mais do que isso, o plano trienal buscava uma identificação com os objetivos e programas do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-65), do Governo Federal, para assegurar os recursos necessários. Na prática, propunha-se a realizar uma gestão estadual para determinar ou influenciar também a aplicação dos recursos federais previstos no Plano para o Rio Grande do Sul, mas a consciência de que a crise era nacional, os



cortes dos recursos federais, a crise política, e outros fatores cercaram de incertezas e imprecisões o soergimento do programa partidário do PSD, e a industrialização como uma expansão do modelo histórico gaúcho.

De maneira geral, o debate sobre a industrialização indicava a questão central que a industrialização não se restringia ao Estado regional, mas era posta na decisão centrada no Governo federal. Frente ao pleito dos interesses empresariais e da sociedade sul-riograndense, caberia ao Estado regional o papel de intérprete das lutas privadas e sociais, de influenciar decisões favoráveis à industrialização da economia estadual.

Por fim, saindo do foco da questão política, Accurso, Candal e Veras (1965) destacam no estudo “**Insuficiente Desenvolvimento Econômico do Rio Grande**”, uma visão diferente. Afirmam que o insuficiente crescimento da economia gaúcha se colocava do lado da oferta, não podendo ser a crise debitada a causas exógenas, portanto, a relação cambial era importante até certo ponto, mas pouco afetaria o epicentro da crise, pois existiam efetivamente outros problemas a serem discutidos. As causas da crise eram atribuídas ao esgotamento da base física, sem modificações na produtividade do Setor Primário; à inflexibilidade da estrutura de propriedade agrária; ao fato de que, em geral, nos investimentos realizados não prevalecia o critério reprodutivo; à dependência estrutural da economia ao Setor Primário; e à rigidez da indústria por estar excessivamente vinculada ao setor primário.

Para Accurso (1967), ainda assim o Rio Grande do Sul não soube aproveitar os fatores de diferencial competitivo da região e tornar-se exportador de produtos industriais leves, em que deveria possuir vantagens relativas, ou seja, matéria-prima para a indústria pesada e dinâmica do centro do país. Porém, esses produtos acabavam sendo importados de outros centros produtores do país e do estrangeiro com melhores preços. Assim, a indústria paulista construiu uma esfera favorável ao desenvolvimento, ultrapassando a indústria gaúcha e convergindo para a hegemonia nacional. Era preciso mais do que nunca atacar o problema na sua raiz, ou seja, o setor primário da economia gaúcha, o principal fornecedor da indústria de transformação necessitava de uma ampla modernização para ganhar competitividade nacional.

Assim, para um crescimento industrial arrojado, era preciso trilhar outros caminhos para atender a nova demanda nacional. Não bastaria apenas, modernizar a indústria de transformação, mas sim incentivar e desenvolver o grupo de indústrias dinâmicas. Nestas, os fatores mais importantes para o seu desenvolvimento foram a obtenção de créditos especializados, do tipo outorgados pelo BNDE, a capacidade de obtenção de “*Know-how*” estrangeiro e a existência de economias de escala externa e de complementaridade, pois, os

ramos dinâmicos da indústria abriram um leque de opções de indústrias periféricas de sustentação, vantagens que os grandes complexos industriais, como os de São Paulo, estavam em melhores condições de oferecer. Contudo, estes fatores associados ao maciço fluxo de investimentos estrangeiro tenderam a fortalecer a posição financeira das empresas, facilitando o investimento em pesquisa e inovação tecnológica.

Por fim, neste capítulo desenvolveram-se as principais dificuldades enfrentadas pela indústria gaúcha entre anos de 1955 e 1965, as transformações que marcaram o rompimento do padrão gaúcho de desenvolvimento baseado apenas na produção de bens de consumo leves e de base agropecuária, a necessidade de uma política voltada para o crescimento da indústria dinâmica e pesada, a qual abriu o caminho para mudanças na estrutura industrial a partir da década de 1960, e o desenvolvimento de um parque industrial mais completo e preparado para competir com um mercado nacional mais integrado. Eram, estes, portanto, os grandes desafios da sociedade gaúcha e do Governo Regional, pois era preciso investimentos, modernização e a quebra de paradigmas empresariais para superar a crise. No próximo capítulo abordam-se as principais medidas de superação das dificuldades regionais, o perfil e a característica da “nova indústria” gaúcha no decorrer do período estudado.

### **3 O NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL**

O terceiro capítulo resgata as principais ações do governo estadual e da sociedade gaúcha, frente às dificuldades enfrentadas pelo Estado no final da década de 1950, bem como procura levantar as mudanças ocorridas no perfil da indústria gaúcha e sua nova característica. Cronologicamente, a década 1960 foi marcada por uma grande reação da economia gaúcha, no contexto nacional, pois, a estagnação e a falta de crescimento registrados em meados da década de 1950, denotavam o esgotamento do modelo gaúcho de desenvolvimento que fomentou as condições para o crescimento da indústria regional do período anterior, que se estende da Primeira Republica até meados da década de 1950.

A crise registrada no setor primário da economia contaminou o aparato produtivo do estado, principalmente as indústrias ligadas ao setor primário. A crise resultou tanto de efeitos depressivos da própria economia regional quanto da concorrência com os produtos industriais que chegavam de São Paulo, em melhores condições de consumo, com menores preços, maior valor agregado e menor custo na produção. Como o setor agropecuário era o principal fornecedor da indústria de transformação gaúcha, a baixa produtividade no campo contribuiu para o aumento dos preços e, em consequência, para o encarecimento dos insumos básicos da agricultura.

Herrlein (2002) destacou a hipótese de que a queda na produtividade, o efeito inflacionário também corroe as relações de troca, implicando uma perda de renda para certos agentes econômicos regionais, pois existia uma defasagem entre os preços praticados e a taxa de inflação, o que provocava uma perda por parte dos produtores, cabendo aos agentes envolvidos na estrutura de comercialização os ganhos decorrentes do processo inflacionário, afetando o setor primário da economia.

Assim, a percepção da crise afetou os agentes econômicos regionais, os governos estaduais e também a opinião pública.<sup>38</sup> O Governo Leonel Brizola (1959-1963) e a sociedade gaúcha, apesar de deter poucos meios e instrumentos de intervenção de política econômica, empreenderam uma contundente reação política ao quadro da crise estadual e à exclusão do estado no bloco de investimento do Plano de Metas. A mobilização do governo do Estado produziu argumentos favoráveis, que favoreceram uma série de medidas e conquistas junto ao Governo Federal (Jânio Quadros). Assim, tais conquistas foram materializadas no sentido de difundir, no Rio Grande do Sul, a indústria dinâmica e pesada como a implantação de uma refinaria de petróleo, da siderurgia de aços finos, dentre outras. No setor de serviços, o governo do Estado conjugou a ação de desenvolvimento industrial com a construção de obras de infra-estrutura para melhorias dos serviços telefônicos e a geração e distribuição de energia elétrica.

### **3.1 A NOVA INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO**

Diversas ações foram tomadas na esfera regional e federal para a retomada do crescimento da economia gaúcha e, com isto, a recuperação da indústria, defasada, principalmente em relação à indústria paulista, que concentrava os investimentos públicos e externos. Como no Rio Grande do Sul o investimento estrangeiro nunca havia assumido proporções importantes, é natural que até a metade do século XX, a indústria dinâmica gaúcha tenha se desenvolvido a taxas mais baixas do que a indústria brasileira, e praticamente à margem da indústria do centro-sul mais desenvolvido (Accurso, Candal e Veras, 1965).

Para a retomada do crescimento industrial e, em conseqüência, a melhoria dos indicadores econômicos do estado, Dalmazo (1992) destaca que, no período 1956-1974, o planejamento de grandes obras de infra-estrutura moderna na economia gaúcha, realizadas em cooperação com o Governo Federal, como as Estradas da Produção, os Corredores de Exportação, a estrutura portuária, a obra educacional, etc., e exigidas pelo capital privado, consolidou os processos de integração e de centralização política para a livre movimentação do capital.

---

<sup>38</sup> Chegou-se a pensar que estava em curso a transformação do RS em um “novo nordeste”, no sentido de tornar-se área periférica, com crescimento restrito e ampliação da pobreza (Oliveira, apud Herrlein Jr., 2002).

O papel do Estado Regional foi decisivo para a implantação de grandes projetos e da modernização da infra-estrutura gaúcha. Os projetos públicos estabilizaram e garantiram a produção de insumos e serviços essenciais, criando a infra-estrutura básica e beneficiando o capital através de incentivos fiscais e de financiamentos. Essa parceria foi além e marcou uma participação associada com o grande capital na implantação de plantas industriais de material elétrico pesado, siderurgia, refinaria máquinas agrícolas, tratores, insumos agrícolas, petroquímica, vinho, pesca, carne, etc.

Contudo, as mudanças ocorridas no início da década de 1960 não ficaram apenas na esfera pública, mas sim se somaram às reações empresariais locais, que começaram a surtir efeito prático na metade dessa mesma década. A industrialização pesada em escala nacional estabeleceu um novo impulso de desenvolvimento, com uma demanda por produtos mais avançados em termos tecnológicos e com maior valor agregado. Assim, novos ramos industriais passavam a ganhar importância e a liderança do crescimento econômico passou a ser exercida pela indústria de bens de consumo duráveis, e a economia brasileira retomara seu crescimento a partir de 1968. A economia gaúcha voltou a crescer, desempenhando, mais intensamente, o papel de poupadora ou fornecedora de divisas para a economia nacional (HERRLEIN Jr., 2002). Houve, portanto, uma rearticulação da economia gaúcha no contexto nacional.

O setor agrícola gaúcho ganhava novo fôlego com a projeção da lavoura capitalista de soja, que, assim como o trigo, desenvolvia uma nova relação de produção e uso do solo através de arrendamentos de terras do latifúndio e do uso da mão-de-obra excedente no setor de lavoura colonial. A introdução da cultura capitalista de soja no Estado reforçou a base agrícola e o estímulo ao desenvolvimento da indústria metal-mecânica, pois havia demanda por equipamentos agrícolas necessários para o aumento da produtividade no campo. A seguir, abordam-se os efeitos da lavoura de soja no desenvolvimento industrial.

Com o novo aparato de infra-estrutura e os investimentos privados, a indústria gaúcha convergia para a retomada do crescimento, com novas bases produtivas, que indicavam uma mudança estrutural de perfil ou de modelo de desenvolvimento regional, pois, a economia gaúcha passava a usufruir os impulsos dinâmicos do crescimento econômico e da acumulação nacional.

Fica evidente que a reação proporcionada pelo Governo Brizola e pelos empresários locais à exclusão do Rio Grande do Sul dos investimentos públicos e privados do Plano de Metas, rendeu frutos e uma profunda transformação do Estado. Assim, a indústria dinâmica passou a ganhar espaço no Rio Grande do Sul, os novos ramos da economia ganhavam em

estímulo com os grandes empreendimentos no estado, por exemplo, a implantação da Refinaria Alberto Pasqualini, a Aços Finos Piratini, fabricas de papel e celulose, indústria de maquinas agrícolas e tratores. No setor de serviços, houve a criação do BRDE (Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul), com importante papel para a expansão dos investimentos produtivos no Estado. Na área de energia e telefonia houve uma reorganização para suprir a necessidade de investimentos em infra-estrutura e garantir o abastecimento necessário para o desenvolvimento da nova indústria gaúcha, pois como foi abordado no segundo capítulo, o Rio Grande do Sul estava totalmente defasado e a questão energética era um problema crônico.

O financiamento direto das acumulações privada e pública teve as condições objetivas com a criação do BRDE, que praticou uma política seletiva e centralizada de repasse dos recursos do Governo Federal, do BNDE, externos e outros, conforme as diretrizes da política do Estado, executadas pelos conselhos de desenvolvimento. O BRDE capitalizou forças para definir e impor uma direção econômica no financiamento da industrialização. Nesse sentido, a criação do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul e do BRDE capitalizava forças para definir políticas, drenar recursos e repassá-los para financiamento do capital privado de forma centralizada e seletiva.

A profunda articulação com o Governo Federal, principalmente através do planejamento nacional, foi outro fator que possibilitou a realização de grandes obras de infra-estrutura, que consolidaram as condições do processo de integração econômica. São exemplos os projetos das Estradas da Produção, dos Corredores de Exportações, das estradas vicinais alimentadores das demais vias de transportes, do Porto de Rio Grande, a educação orientada para o trabalho, etc.

Dalmaz (1992) define que “a experiência de planejamento global em 1959 e 1974 foi reveladora do abismo existente entre a definição de um plano com objetivos e metas e as ações planejadas, quando não se controlam os instrumentos e variáveis básicas (política econômica e recursos)”. A dimensão de tais fatores conduziu à simplificação na forma do planejamento estadual, centrando-se na capacidade latente de negociação e de articulação com o Governo Federal, através da gestão política, da formulação de diagnósticos e da organização e do controle das finanças estaduais para drenar e atrair recursos e investimentos do Estado e de capitais privados.

A política nacional uniforme para o preço do ferro, do aço, da energia elétrica e dos combustíveis estabelecia a unificação dos preços desses insumos básicos em nível nacional, como ocorria com o preço do trigo. Esta meta objetivava, primeiro, sanear as condições

desfavoráveis da indústria no Rio Grande do Sul, como as das demais regiões do País, que pagavam mais caro pelos insumos básicos; segundo, proporcionar igual oportunidade de desenvolvimento harmônico a todas as unidades da Federação. A unificação de preços dos insumos básicos era fundamental para o desenvolvimento do parque industrial e para a localização de novas unidades. Essa proposta foi aceita pelo Presidente da República na Conferência de Florianópolis, recomendando estudos aos órgãos competentes.

Já, a implantação da indústria de material elétrico pesado previa formar uma empresa de capital estrangeiro e com participação associada do Estado Regional, voltada para o mercado nacional. O Governo do Rio Grande do Sul assinou protocolo com o grupo GIE, italiano, para estabelecimento dessa indústria no Rio Grande do Sul, que teve grande expansão nos anos 1950 e início dos nos 1960, puxada pelo Plano de Eletrificação Estadual e pelo planejamento nacional<sup>39</sup>.

No setor de energia, a realização do projeto da Refinaria Alberto Pasqualini teve decisão favorável do Presidente da República na reunião de Florianópolis, consoante com a decisão do Conselho Nacional de Petróleo. Em convênio com a PETROBRÁS, o Governo do Rio Grande do Sul comprometeu-se a doar a área de terra necessária para a instalação da refinaria. As obras de infra-estrutura da Refinaria Alberto Pasqualini iniciaram no final de 1961; a instalação do projeto técnico da refinaria e do óleo-duto Tramandaí – Canoas teve início em 1962.

Ainda abordando a questão energética, outro fator que atendeu à nova demanda industrial foi a política de energia elétrica Definida no plano do setor, estabeleceu uma meta de 500.000 Kw até dezembro de 1962 e a previsão de um “plano de um milhão de Kw” para execução, por etapas, até 1970. A meta projetava uma capacidade de geração do insumo básico adiante da demanda interna. Para execução do plano, previa recursos originados da Taxa de Eletrificação, do Fundo Federal de Eletrificação, os dois últimos geridos pelo BNDE.

Cabe ponderar que as atividades de geração e distribuição de energia pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) se caracterizavam por serem atividades produtivas estatais, com certo grau de autonomia financeira e administrativa, mas subordinado ao poder político do Estado Regional e essencialmente dependente da União, para prover os recursos necessários à execução do Plano. A própria transformação da CEEE em empresa de capital misto visava a agilizar o acesso aos recursos disponíveis do Fundo Federal de Eletrificação.

---

<sup>39</sup> Ver Dalmazo, 1992 p.115.

Com a criação de empresa estatal ELETROBRÁS, a ampliação dos recursos do Fundo Federal de Eletrificação passou a ser feita sob a forma de participação de capital<sup>40</sup>.

Contudo, Dalmazo (1992) destaca a forma como se amarraram as articulações entre Estado Regional, CEEE e Estado para resolver a questão principal posta no financiamento do Plano de Eletrificação. As evidências são constatadas com os seguintes projetos: Projeto Jacuí (primeira etapa 70.000 Kw), Projeto Jacuí (segunda etapa 70.000 Kw), Projetos Charqueadas I e II (72.000 Kw), Projeto da Usina de Passo Fundo (220.000 Kw), Projeto da Fronteira Oeste (66.000 Kw).

Por último, a CEEE executou vários projetos de pequenas unidades a diesel e turbo, ambos geradores de energia de grande interesse local, instalou as linhas e redes municipais e promoveu a progressiva encampação e nacionalização dos serviços de eletricidade em Porto Alegre e Canoas. As ações dos Governos Estadual e Federal surtiram um efeito no estado, constatados nos dados do Censo Industrial do Brasil, que os estabelecimentos gaúchos, com fonte externa, de energia, aumentaram significativamente, a partir da década de 1960, corrigindo uma posição de distorção e defasagem em relação os estabelecimentos paulistas e da média nacional. Ainda sim, mesmo com os investimentos na geração de energia elétrica, o Rio Grande do Sul, permaneceu bem abaixo da indústria paulista.

**Tabela 18**

Composição da energia elétrica consumida, segundo a origem.  
Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasil – 1950/70

Origem da Força Motriz	Rio Grande do Sul			São Paulo			Brasil		
	50	60	70	50	60	70	50	60	70
Fonte Externa	35,5	65,5	82,7	84,7	92,0	93,9	65,2	85,2	89,7
Geração Própria	64,5	34,5	17,3	15,3	8,0	6,1	34,8	14,8	10,3

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

Ainda na área de infra-estrutura, o setor de telecomunicações também sofreu modificações na década de 1960, pois, a precariedade dos serviços do setor de telecomunicações induziu à intervenção do Estado regional desde 1953, com a criação da Comissão Estadual das Comunicações, avocando para si a poder concedente dos serviços telefônicos básicos e de longa distância. Com esse argumento, ponderado pelos serviços deficientes de tipo manual, com elevado custo de operação, e com o desinteresse do capital

<sup>40</sup> Ver Dalmazo, 1992 p.116.



privado em ampliar os serviços, o Estado Regional avançou para a estatização total desse setor produtivo, com a criação da CRT, em dezembro de 1960.

Para Dalmazó (1992), a estatização das comunicações possibilitou avaliar a situação e planejar a recuperação e a ampliação dos serviços em todas as sedes municipais. A execução do plano iniciou-se nas principais cidades, através da implantação de centros de operação automáticos, serviços interurbanos e à longa distância.

A ligações com os demais estados da Federação eram de competência do Governo Federal, a dependeriam muito mais das negociações políticas do Estado Regional, que pleiteava novos canais radiofônicos e serviços de telex com São Paulo, Rio de Janeiro e com a nova capital federal, Brasília. Em suma, a política de estatização e planejamento dessa atividade produtiva, desinteressante para o capital privado, significou o início da superação dos serviços deficientes e a modernização das telecomunicações. Especialmente a extensão desses serviços para São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília constava da pauta dos interesses do empresariado e da sociedade sul-rio-grandense.

Já, no setor de financeiro, a criação do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) e do BRDE visava à união de forças para influenciar o projeto de industrialização nacional, em especial a política de crédito e investimento a favor do desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina. Assim, as diretrizes formuladas pelo CODESUL seriam operacionalizadas através do BRDE, no sentido de praticar uma política seletiva de crédito de investimento, de captar recursos do BNDE e de outras fontes para financiar projetos de industrialização essenciais à economia da região sul. Em suma, a realização dessa idéia não só foi ao encontro dos interesses empresarias, como teve pleno apoio do Governo Federal na reunião de Florianópolis, em 1961<sup>41</sup>.

A criação da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, como um órgão captador de poupança, inseria-se no contexto da estratégia de industrialização da economia gaúcha. Ou seja, a CEE objetivava a retenção de recursos que estavam sendo sugados para aplicações em outras regiões, face à orientação financeira da União. Cumpria, também, a função de instrumento de apoio financeiro ao Estado Regional como previa o II Plano de Obras, Serviços e Equipamentos – 1959 até 1962.

O setor agropecuário também contou com aporte de capital para sanear algumas de dificuldades. Assim, programas de apoio foram financiados por convênio entre o Estado Regional e o Ministério da Agricultura: Plano de Experimentação e Fomento da Cultura do

---

<sup>41</sup> Ver Dalmazó, 1992 p.106.

Trigo; Estudo Genérico do Trigo (programa ítalo-brasileiro); Assistência Sulina de Crédito Agrícola e Rural (ASCAR-RS); e financiamento ao pequeno agricultor através do Banrisul, que repassava parte dos recursos do Banco do Brasil S.A.

A questão educacional também foi alvo de investimentos públicos. Contudo, foi constituída a prioridade do Estado Regional, destinando-lhe 28,75% do programa de investimento do II Plano de Obras, Serviços e Equipamentos (1959-1962). Em relação ao ensino primário, a política estava orientada no sentido de superar o déficit escolar de aproximadamente 300.000 crianças sem escola e de eliminar o analfabetismo, através da construção de 300 escolas e a contratação de professores. De fato, a política educacional teve o amplo apoio financeiro do Governo Federal para expansão do ensino técnico, de grande interesse da economia e da sociedade sul-rio-grandenses. Entretanto, o Estado Regional bancou financeiramente a expansão do ensino primário, em colaboração com municípios e comunidades locais<sup>42</sup>.

Portanto, o planejamento estadual caracterizou-se pela capacidade latente de negociação do Estado Regional, no papel de lutar pela obtenção de recursos de fundos e programas, por recursos orçamentários e outros controlados pelo Governo Federal. Internamente, essa estratégia se vinculou à organização das contas internas, principalmente prevendo e controlando os gastos orçamentários com capital. Dessa forma, gerou recursos necessários para atender às prioridades e à realização de objetivos e metas, tanto para cumprir os programas de interesse social em educação, saneamento, saúde, etc., como para criar incentivos que atraíssem novos investimentos, como a “cidade industrial”, os subsídios fiscais, a infra-estrutura básica, etc.

A intervenção do Estado Regional, que definiu a implantação de uma indústria siderúrgica, de uma refinaria, a estatização da produção de energia elétrica, de telecomunicações, de serviço de transportes, de serviços de armazenagem, e etc., a transformação destes em questão nacional, a unificação nacional dos preços dos insumos básicos (ferro, aço, combustíveis, energia, etc), visava sanear as condições desfavoráveis dos capitais industrial, comercial e agrícola na economia gaúcha. O Estado Regional absorveu as funções de criar as condições favoráveis par expansão industrial e de atrair a implantação de projetos de ponta. (DALMAZO 1992 p.108).

De certo modo, o financiamento de unidades industriais de insumos básicos e de bens de capital, a criação de infra-estrutura moderna e prestação de serviços essenciais em áreas problemáticas de valorização do capital foram políticas favoráveis à acumulação de capital e,

---

<sup>42</sup> Ver Dalmazo, 1992 p.109.

principalmente, à do capital monopolista. São exemplos a implantação da indústria de material elétrico pesado, siderúrgica, refinaria, indústria de tratores, de máquinas e equipamentos agrícolas, de insumos agrícolas e das Estradas da Produção. Efetivamente, a política do Estado Regional serviu de argumento para uma estratégia que beneficiava amplamente a acumulação capitalista. Todavia interessa destacar que os financiamentos desses projetos se originavam do Governo Federal, do BNDE e do Banco do Brasil S.A, basicamente, e se inseriam nas diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento, pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, etc. As diretrizes desses órgãos priorizavam o financiamento da acumulação industrial e principalmente do capital privado monopolista nacional e estrangeiro.

Por fim, a intervenção estatal ocorreu na eliminação de gargalos da produção e na prestação de serviços essenciais extremamente onerosos e não-lucrativos, mas fundamentais para industrialização do Estado e o revigoramento da agropecuária, sul-rio-grandense. Logo, os investimentos e incentivos públicos concentraram-se na modernização da infra-estrutura do estado, portanto, a importância estrutural dessas obras para a economia gaúcha fundamentou o investimento do Estado Regional, com profundos reflexos na modernização dos serviços de infra-estrutura exigidos pelo capital privado.

### **3.2 MUDANÇAS DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL GAÚCHO**

As ações do Estado e da sociedade garantiram um novo fôlego no crescimento da economia gaúcha ao longo da década de 70, por consequência à recuperação da indústria regional que voltava a crescer com estabelecimento de novos financiamentos, obras de infra-estrutura, novos ramos empresariais e a recuperação da economia nacional (“milagre econômico”), pois quando se realiza uma retrospectiva dos fatos, a economia gaúcha entre 1960 e 1985 indicava, não haver uma perda significativa no contexto nacional e que foi possível recuperar a defasagem ocorrida na década de 50, pois as taxas de crescimento regional, foram superiores à média nacional nos anos 70 (ACCURSO, 1993)<sup>43</sup>.

De fato, o novo crescimento da economia gaúcho na década de 1970 estava relacionado ao ganho de produtividade e eficiência da “nova indústria” regional, pois a economia do Rio Grande do Sul experimentou fortes ganhos de produtividade no período de 1960-1980, da

---

<sup>43</sup> No período 1970-1980, o PIB do RS cresceu à taxa de 10,3% a.a, enquanto o PIB do Brasil cresceu à taxa de 8,6% a.a (Almeida 1991).

ordem de 5,6% a.a, comparáveis a taxa de 4,5% a.a para o Brasil. Portanto, os ganhos de produtividade permitiram que a economia gaúcha aproveitasse a oportunidade de crescimento diante de um mercado nacional cada vez mais integrado e que crescia a taxas expressivas<sup>44</sup>.

Assim, a crescente abertura da economia regional combinou-se à mudança da pauta de exportação em direção aos produtos industrializados. Nas vendas para o exterior, os produtos primários, que representavam 75% em 1973, caíram em apenas 12 anos, para 39%. Nas transações interestaduais, também cresceu o peso dos produtos industriais, que alcançaram mais de 80% da pauta na primeira metade dos anos 1980 (HERRLEIN Jr., 2002).

O desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul tem, historicamente, se vinculado às exportações para outros estados da federação e para o exterior. A importância das exportações está relacionada à geração de divisas, e por outro lado, as atividades exportadoras têm cumprido o importante papel de viabilizar significativa parte das importações dos equipamentos necessários à acumulação industrial.

O perfil das exportações gaúchas, segundo Almeida (1991) no decorrer do período estudado (1920-1980), o padrão exportador gaúcho trocou de perfil para atender as necessidades do mercado nacional e internacional, mas sempre integrando as necessidades com os diferenciais competitivos do Estado. Entre 1920 e 1950, tais exportações eram realizadas, quase que exclusivamente, com produtos originados da agropecuária e extrativa vegetal ou com produtos oriundos desse setor com algum grau de manufatura ou beneficiamento industrial. Já, entre 1950 e 1969, houve profunda modificação na pauta de exportações do Rio Grande do Sul, no sentido de as mesmas conterem maior proporção de produtos industriais.

Ainda em relação à importância das “exportações” estaduais, cabe referir o estudo de Almeida (1991), denominado “Exportações e Indústria no Rio Grande do Sul – 1930-74”, no qual analisou a relação entre as vendas da economia gaúcha para outros estados da federação e para fora do país com o desenvolvimento do seu setor secundário. Naquele trabalho, o autor evidenciou uma relação estreita entre a evolução da produção industrial gaúcha e das exportações do Rio Grande do Sul. Com base em dados de 1947 até 1974, diz Almeida:

Vê-se que o produto industrial não só tem no longo prazo um crescimento similar ao das exportações, como também sobre oscilações de curto prazo. Assim, pode-se dizer que são factíveis de confirmação empírica as hipóteses que relacionam a expansão industrial do Rio Grande do Sul ao movimento mais amplo de industrialização do Brasil (ALMEIDA, 1991, p. 354).

---

<sup>44</sup> Período do “Milagre Econômico”

Almeida (1991) ainda realiza uma relação de causalidade entre a produção de outros estados da federação e a venda de produtos pela indústria gaúcha a esses estados. Neste mesmo sentido, observa-se que as economias de diferentes regiões, inclusive a do Rio Grande do Sul, expandiram o seu crescimento por meio de suas vendas para São Paulo.

As exportações gaúchas, de certo modo, contribuíram para o crescimento de alguns segmentos industriais que, por sua vez, refletem positivamente sobre o crescimento econômico. Assim, a indústria do Rio Grande do Sul estaria sujeita à expansão ou retração do mercado externo ao país.

A economia gaúcha, ao contrário do que se poderia presumir nos anos 1960, se expôs à concorrência no mercado nacional integrado e logrou bons resultados. Através das exportações (mercados fora do estado), a economia estadual encontrou a maior parte dos estímulos dinâmicos autônomos para o crescimento. Entretanto, a demanda criada a partir desses estímulos só pôde ser atendida porque se instalou capacidade produtiva para satisfazê-la (HERRLEIN e CORAZZA, 2006 p.9).

A mudança na pauta de exportação, associada à maior competição da integração com outros mercados foram fundamentais para o crescimento industrial. Portanto, a indústria de bens de maior densidade econômica e portadores de dinamismo intenso, foram responsáveis por impulsionar a economia gaúcha rumo ao crescimento. Assim, a economia gaúcha, ao contrário do que se poderia presumir, baseada em um modelo de crescimento sustentado no isolamento regional (1920 -1950), adotou um caráter competitivo relevante, contudo, encontrou, através da produção de novos bens industrializados e da exportação de bens primários para o exterior, o estímulo necessário ao crescimento a partir de meados da década de 1960.

No setor primário, no fundamental, a questão toda se resume em aumentar substancialmente a produtividade do solo e a incorporação de novas tecnologias de produção no setor agropecuário, pois, o esgotamento da fronteira agrícola, a péssima distribuição da propriedade e as incertezas da produção resumiam um quadro em que a saída devia ser a elevação da produtividade para que as diversas utilizações do solo e incorporação da mão-de-obra ociosa no campo se acomodassem sem qualquer exclusão em um nível de produção e renda superior. Como dois terços da terra eram utilizados pela pecuária, que já não podia crescer extensivamente, e o restante por todos os demais produtos, era evidente que o nível de produtividade tenderia à queda constante, pois, as atratividades dos agentes produtivos tendiam a diminuir, com renda cada vez menos remunerada em relação aos seus custos. A economia do Rio Grande do Sul, que tinha alta correlação com o desempenho do setor

primário da economia, seria um dos primeiros estados do país a sentir a necessidade de convergir para o ganho de eficiência na agricultura. Assim, era perfeitamente possível inteirar as diversas atividades agropecuárias e garantir remuneração crescentes a todos os fatores desde que se satisfizesse a improrrogável necessidade de submeter o uso da terra a práticas mais adiantadas que as correntes. Para Accurso (1967), a mudança de estrutura dos insumos agrícolas - corretivos, fertilizantes, formicidas, inseticidas, vacinas e etc., - poderiam revolucionar o setor primário, particularmente se associada a novas técnicas de rotação de culturas, engorde de animal e integração da produção vegetal com a pecuária.

A mudança da tecnológica na agricultura não deveria orientar-se para substituir o homem pela máquina, pois esta postura seria inconveniente do ponto de vista do emprego e da distribuição de renda e do desenvolvimento econômico. O fato é que os ganhos tecnológicos e a rotatividade das culturas agrícolas trouxeram um maior aproveitamento do solo, ganho de eficiência e a geração de empregos que antes eram mais escassos e muitas vezes sazonais de acordo com a cultura. Esse novo perfil da agricultura gaúcha proporcionou um novo fôlego para a indústria tradicional e a evolução do ramo industrial dinâmico ligado à produção no campo, como a indústria química e a de maquinários agrícolas. Portanto, o aumento da eficiência no setor agropecuário trouxe uma nova dinâmica à indústria gaúcha, que havia perdido espaço no cenário nacional no período de 1955-1959.

Portanto, é possível presumir a hipótese de mudança estrutural da economia gaúcha, respaldada pelo ganho de produtividade do setor agropecuário, da indústria regional e pelo aumento natural da concorrência nacional em um mercado cada vez mais integrado. Outros fatores determinantes foram a qualificação da mão-de-obra e a diversificação dos gêneros industriais foram essências para a nova inserção da economia gaúcha, no contexto nacional e a retomada do crescimento do Rio Grande do Sul.

Concluindo essa seção, pode-se resumir apontando seis fatores, aspectos ou variáveis indicadas pela literatura como determinantes da recuperação e do crescimento da economia gaúcha: 1) o desempenho do setor agropecuário gaúcho (e/ou nacional); 2) as relações de comércio exterior da economia gaúcha, consideradas através do fluxo de exportações do Estado, mas também através da taxa de câmbio; 3) as vendas da indústria gaúcha para os demais estados brasileiros, principalmente São Paulo; e 4) combate aos pontos de estrangulamento e investimento em infra-estrutura; 5) novas linhas de crédito e investimento no setor privado, e 6) ganho de eficiência e progresso tecnológico do setor agropecuário.

### 3.3 AS CARACTERÍSTICAS E O PERFIL DA NOVA INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL

As características da “nova indústria” gaúcha tornaram-se, mais evidentes no final da década 1960 e começo 1970. Apoiadas pelos investimentos públicos em setores essenciais de infra-estrutura, como energia elétrica, portos, estradas, telecomunicações, etc, e as novas linhas de crédito capitalizadas e disponibilizadas pelo BRDE, foram fundamentais para a modernização da indústria de transformação gaúcha, além da evolução tecnológica e o aumento da produtividade do setor agropecuário, o principal fornecedor de insumos para a indústria de transformação gaúcha.

Os incentivos públicos fornecidos ao setor privado também contribuíram para a formação do novo perfil da indústria gaúcha. Os incentivos objetivavam atrair novos investimentos ao estado regional que planejava a realização de uma “cidade industrial”, oferecendo todas as condições necessárias de infra-estrutura, próxima aos bairros operários. A “cidade industrial”, projetada em 1961, localizava-se entre o Aeroporto Salgado Filho e o dique do rio Gravataí, em seu prolongamento para o sul, com capacidade para duzentas indústrias médias e pequenas, numa área de 420ha. Com incentivo, o Governo do Rio Grande do Sul também regulamentou a redução e as isenções de impostos para a indústria, em especial sobre produtos industriais exportados, e subvencionou a participação nas feiras, certames e exposições industriais.

Assim, além das ações internas, o desenvolvimento industrial gaúcho embarcava na corrente de crescimento da economia brasileira no período que ficou conhecido como o “milagre econômico” brasileiro, período de intenso crescimento do PIB e da produção industrial entre 1968 e 1973. A economia brasileira beneficiou-se do grande crescimento mundial e dos fluxos financeiros internacionais para aumentar sua abertura comercial e financeira em relação ao exterior.

Nesse ciclo expansivo, observou-se a predominância dos setores produtores de bens duráveis e de bens de capital, a partir da estrutura industrial implantada no passado recente (1940 e 1950). Uma das características mercantes desse processo foi a presença do capital estrangeiro, na forma de investimentos diretos e especialmente, por meio de empréstimos. A consequência do endividamento seria a crise dos anos 1980.

No Rio Grande do Sul, a mudança de perfil da indústria passava pela reestruturação do setor agropecuário. O uso mais eficiente da terra era o primeiro desafio para a retomada do

crescimento no setor primário e, em conseqüência, facilitar a vida do ramo tradicional do estado, principalmente as mais ligadas ao setor agropecuário. Assim, era primordial a mudança na estrutura dos insumos agrícolas, como a utilização de corretivos, fertilizantes, formicidas, vacinas e demais tecnologias de produção. Foram as iniciativas para revolucionar o setor primário, particularmente quando associadas as novas técnicas, como a rotação de culturas, engorde animal e integração da produção vegetal com a pecuária.

O setor agropecuário também contou com o investimento para vencer o período anterior de estagnação. Os programas de apoio à produção agropecuária estabeleciam a continuação de certos programas e a implementação de novos para atender a amplos e específicos interesses do setor. Os principais projetos geridos com recursos orçamentários e com a Taxa de Desenvolvimento Agropecuário foram: censo agropecuário, fomento e assistência técnica por agrônomo e veterinário em cada município, produção de sementes e mudas selecionadas, importação de matrizes e de reprodutores puros, criação de sessenta postos de inseminação artificial, combate às endemias animais, reaparelhamento do Instituto de Pesquisa Veterinária Desidério Finamor, programa especial e permanente de difusão e democratização da propriedade<sup>45</sup>.

Todas estas ações foram fundamentais para a reorganização da indústria e a difusão do novo perfil industrial gaúcho. Assim, começa-se a observação das novas características da indústria gaúcha pelo item Porte dos Estabelecimentos Gaúchos. Na Tabela 19 demonstra-se a evolução do tamanho dos estabelecimentos gaúchos ao longo do período estudado (1920/80).

**Tabela 19**  
Tamanho médio dos estabelecimentos, segundo seu caráter e porte  
Rio Grande do Sul - 1920/80

Caráter dos Empreendimentos	Porte dos Estabelecimentos	Faixas de Ocupação de Operários	Estabelecimentos (%)			
			1920	1950	1970	1980
Não-capitalistas	Artesanal	Até 9 (10)	81,4	88,4	79,7	67,8
	Pequeno Porte	De 10 a 99 (100)	16,2	10,7	18,1	27,2
Capitalistas	Médio	De 100 a 499 (500)	1,9	0,9	1,9	4,4
	Grande Porte	500 e mais	0,5	0,1	0,2	0,6
Todos	Todos	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

<sup>45</sup> Visava organizar cooperativas e núcleos de reforma agrária.



A concentração da propriedade industrial gaúcha evoluiu na direção da diminuição dos estabelecimentos de porte não-capitalista ou produção artesanal, para o universo das pequenas empresas, ou seja, compostas com 10 a 99 empregados. Essa composição da indústria gaúcha determinava um tamanho médio do estabelecimento industrial significativamente inferior ao de São Paulo e do resto do Brasil. Contudo, de maneira geral, a evolução capitalista, ao longo dos 60 anos pesquisados, acentuou o crescimento dos estabelecimentos de pequeno e médio porte. No Rio Grande do Sul, o movimento foi mais lento, pois, no Censo Industrial de 1980, apesar da significativa redução, os estabelecimentos com até nove operários representavam cerca de 67,8 % da composição industrial, enquanto no estado de São Paulo este número caíram para 49,4 %.

Quanto aos operários ou pessoal ligado à produção, na década de 1920, o Rio Grande do Sul tinha a maior concentração, nos estabelecimentos de produção artesanal ou de pequeno porte. Já, no estado de São Paulo, a composição era oposta, a maior concentração de operários ou pessoal ligado à produção, estava justamente nos estabelecimentos de médio e grande porte. A diferença da estrutura de propriedade da indústria gaúcha também se refletia na maior importância dos estabelecimentos constituídos, como firmas individuais ou sociedade de pessoas, ou seja, predominavam as relações de sociedade mais singelas, diferente do centro do país, onde já existiam, em maior proporção, as empresas estabelecidas como sociedade de capital ou mista.

No Rio Grande do Sul, os estabelecimentos menores destacavam-se na década de 1920, pois ocupavam proporcionalmente mais operários e respondiam por maior parcela da produção do que no resto do país. Os dados sugerem que na indústria gaúcha a produção industrial estava organizada, no início do século, na forma de negócios familiares em grau superior ao das demais indústrias do país, o que diferencia o Estado no sentido da organização industrial do início do século até meados da década de 1950. Porém, com o passar dos anos, os estabelecimentos de maior porte passaram a representar maior peso relativo no Rio Grande do Sul. Nos estabelecimentos de médio porte, a distribuição dos operários ou pessoal ligado à produção passava a representar 40,4% no final da década de 1970.

**Tabela 20**  
Operários ou pessoal ligado à produção  
Rio Grande do Sul e São Paulo – 1920/80

Caráter dos empreendimentos	Porte dos estabelecimentos	Faixa de Ocupação de Operários	Operários ou pessoal ligado à produção – RS (%)			
			1920	1950	1970	1980
Não-Capitalistas	Artesanal	Até 9 (10)	19,1	27,1	10,5	6,0
	Pequeno Porte	De 10 a 99 (100)	29,0	39,0	41,9	31,2
Capitalistas	Médio	De 100 a 499 (500)	27,2	19,5	32,5	40,4
	Grande Porte	500 e mais	24,7	14,4	15,1	22,4
<b>Todos</b>	<b>Todos</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Caráter dos empreendimentos	Porte dos estabelecimento	Faixa de Ocupação de Operários	Operários ou pessoal ligado à produção – SP (%)			
			1920	1950	1970	1980
Não-Capitalistas	Artesanal	Até 9 (10)	13,1	11,4	6,3	3,8
	Pequeno Porte	De 10 a 99 (100)	22,4	28,6	31,1	33,6
Capitalistas	Médio	De 100 a 499 (500)	28,0	30,3	33,7	38,9
	Grande Porte	500 e mais	36,4	29,8	28,9	23,7
<b>Todos</b>	<b>Todos</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

Outro indicador interessante é a distribuição do pessoal ocupado pela indústria, pois através desta análise pode-se determinar o peso de cada grupo industrial, na geração de emprego nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, bem como o perfil nacional da distribuição do pessoal ocupado. Conforme se ressaltou, nos capítulos anteriores, a indústria de tradicional teria um peso significativo em todas as regiões do país, mas no Rio Grande do Sul exibia números avassaladores no início da década de 1920, pois cerca de 80,7% do pessoal ocupado pela indústria estava neste ramo industrial, contra 19,3% estavam ligados nos grupos da indústria dinâmica. No período da crise, a representatividade das indústrias de transformação, no Rio Grande do Sul era de 69,4%, isso explica em parte a idéia de que uma crise que atingiu o setor primário da economia e em consequência, as indústrias ligadas ao setor agropecuário, teria enorme repercussão na sociedade.

**Tabela 21**  
Distribuição do pessoal ocupado por grupo de indústria  
no Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasil

Grupos de Indústrias (%)	Rio Grande do Sul					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Tradicionais	80,7	77,5	74,1	69,4	62,7	59,6
Dinâmicas - Total	19,3	22,5	25,9	30,6	37,3	40,4
Dinâmicas - A	10,9	12,8	15,1	14,9	14,0	13,5
Dinâmicas - B	8,4	9,7	10,8	15,7	23,2	26,9
São Paulo						
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Tradicionais	73,9	70,4	61,8	49,7	42,9	37,1
Dinâmicas - Total	26,1	29,6	38,2	50,3	57,1	62,9
Dinâmicas - A	17,7	17,2	21,1	21,6	21,2	19,3
Dinâmicas - B	8,4	12,4	17,0	28,8	35,9	43,6
Brasil						
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Tradicionais	78,8	74,8	68,9	58,4	52,4	47,2
Dinâmicas - Total	21,2	25,2	31,1	41,6	47,6	52,8
Dinâmicas - A	14,1	14,5	18,4	20,2	20,2	19,6
Dinâmicas - B	7,1	10,7	12,7	21,5	27,4	33,2

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

Mesmo no final do período analisado (1980), a indústria gaúcha ainda permanece intimamente ligada ao grupo tradicional. Apesar da migração ou do crescimento acelerado promovidos após o Censo de 1949, cerca de 59,6% do pessoal ocupado permaneceu ligado à indústria tradicional no final da década de 1970. No estado de São Paulo, a migração ou absorção da mão-de-obra pelo o grupo dinâmico ocorreu em períodos anteriores e de forma mais contínua. Contudo, o padrão nacional se aproximou mais do padrão paulista. Na Tabela 22 pode-se destacar a distribuição do pessoal ocupado, agora por gênero de indústria, e é possível verificar que a indústria do ramo alimentar era a mais importante em termos de pessoal ocupado (1920). Quando se analisa o final do período (1980), a indústria metal-mecânica passa a ocupar uma posição de destaque, devido à evolução no decorrer dos 1960 anos abordados pelo Censo Industrial.

**Tabela 22**  
Distribuição do Pessoal ocupado por gênero no Rio Grande do Sul 1920/80

Gêneros industriais (%)	Rio Grande do Sul					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Minerais Não-Metálicos	7,0	7,6	9,8	8,2	6,4	5,9
<b>Metal-Mecânica</b>	<b>8,4</b>	<b>9,7</b>	<b>10,8</b>	<b>15,7</b>	<b>23,2</b>	<b>26,9</b>
Madeira E Mobiliário	14,2	13,7	15,5	12,4	11,2	10,0
Química	3,9	5,2	5,4	6,6	7,6	7,6
Couros e Peles	3,0	4,5	3,9	3,9	3,6	3,4
Textil	13,2	6,7	7,2	5,4	4,5	3,4
Vest.Calçad.Artef.Tecido	7,6	11,3	10,5	13,2	15,6	20,3
<b>Alim. Beb.Fumo (C/ F.F. E U.A.)</b>	<b>42,5</b>	<b>35,9</b>	<b>31,2</b>	<b>28,9</b>	<b>22,7</b>	<b>18,7</b>
Diversas	0,2	5,4	5,8	5,6	5,1	3,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

Obs: Gênero alimentos, fumo, bebidas e forças físicas (C/F.F. EUA).

O movimento de crescimento do gênero metal-mecânico também ganha destaque quando se analisam outras variáveis, por exemplo, o Valor Bruto da Produção. Assim, o ramo metal-mecânico e químico passaram a aumentar o seu peso relativo da indústria regional. Entretanto, a explicação mais lógica para o bom desempenho dos ramos citados anteriormente é a própria recuperação da agricultura e a modernização das técnicas de trabalho no campo. O advento da soja no Estado trouxe um fator de propulsão para alguns ramos industriais não só na relação de consumo direto da lavoura, mas, também, na geração de renda provocada pelos excedentes das exportações da soja.

Em 1970, o Brasil já era um dos principais produtores e exportadores mundiais de soja, e o Rio Grande do Sul respondia por quase dois terços da produção nacional, com uma produtividade superior à brasileira. No período que vai de 1970-75, a safra gaúcha cresceu à inusitada taxa de 37% a.a. Contudo, o acelerado crescimento da lavoura de soja gerou renda monetária para os produtores, inclusive para os pequenos. Assim, o movimento ganhou o nome de “febre da soja”, pois não foram poucos os agricultores que abdicaram de outras culturas para plantar soja no Estado.

**Tabela 23**  
 Produção de soja no Brasil, Rio Grande do Sul e Brasil. Excl. RS  
 Período de 1970-80

<b>ANO</b>	<b>Produção Brasil (em mil toneladas)</b>	<b>Produção RS (em mil toneladas)</b>	<b>Produção BR – RS (em mil toneladas)</b>
1970	1.509	977	532
1971	2.077	1.393	684
1972	3.223	2.174	1.049
1973	5.011	2.872	2.139
1974	7.877	3.870	4.007
1975	9.893	4.689	5.204
1976	11.228	5.107	6.121
1977	12.513	5.689	6.824
1978	9.726,0	4.676,0	5.050
1979	10.200,0	3.600,0	6.600
1980	14.887,4	5.581,8	9.306

Fonte: CONAB e IBGE.

A lavoura de soja permitiu a rotação de diversas culturas no campo, o que maximizou o uso da terra e a ocupação da mão-de-obra, evitando a ociosidade que ocorria nas entressafras. Na questão industrial, a soja contribuiu para o aumento da demanda de determinados ramos industriais, principalmente no gênero metal-mecânico e implementos agrícolas. Com isto, o Rio Grande do Sul passou a ser o maior mercado nacional para certas linhas de máquinas e insumos agrícolas. O projeto de implantação da indústria de tratores agrícolas, que buscava atrair uma fábrica de tratores para Rio Grande do Sul, na condição de segundo maior centro consumidor do Brasil, o que exigiu um grande esforço do governo do Rio Grande do Sul junto ao Governo Federal.

O projeto tinha por base a importância do setor agrícola na geração da renda da economia gaúcha (em torno de 41%) e as possibilidades de exportação para outros estados. A assistência prestada pelo Governo do Estado foi no sentido de incentivar a formação de uma associação dos produtores de equipamentos agrícolas, somando esforços para atrair novas indústrias e para criar áreas industriais.

A inovação no campo também foi responsável por boa parte do crescimento do gênero da indústria química, novas técnicas no plantio e uso intensivo da terra, necessitavam insumos agrícolas (pesticidas, adubos, vacinas, etc.) cada vez mais modernos e eficientes. Logo, com a força da demanda do campo e a instalação de refinaria de petróleo e derivados, impulsionou o crescimento do gênero químico e elevou sua participação na distribuição do Valor Bruto da Produção de 4,3%, em 1970, para 19,9% em 1980. Cabe salientar que o ramo químico passou

a ter um expressivo crescimento após o período da crise, isto é explicado pela força da nova demanda nacional e regional e pelas inovações citadas anteriormente.

De maneira ampla, mesmo com a recuperação da agropecuária no Estado, os ramos de alimentação, bebidas, fumo, têxtil, madeira e de mobiliário perderam força na distribuição do VTI, à medida que o tempo avançou o gênero de alimentação, por exemplo, representava, na década de 1920, cerca de 55,8% do VTI, ou seja, quase metade da distribuição. Já no final do período estudado (1980), o VTI do gênero da alimentação, representava um quinto do total da distribuição. Esta foi outra característica importante da “nova indústria gaúcha”, menos dependente dos ramos tradicionais, mesmo com a recuperação da agropecuária que, em alguns casos era a principal fornecedora de insumos para a produção.

**Tabela 24**  
Distribuição do Valor da Transformação Industrial por gênero e grupo  
no Rio Grande do Sul 1919/80

<b>Gêneros e grupos De indústrias (%)</b>	<b>1919</b>	<b>1939</b>	<b>1949</b>	<b>1959</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
Minerais não-metálicos	4,4	3,4	5,0	5,3	3,5	3,4
Metal-mecânica	5,4	9,6	10,6	14,3	24,6	27,2
Madeira e mobiliário	9,7	7,8	12,6	8,9	7,0	6,7
Química	4,3	8,6	6,3	13,0	15,5	19,9
Couros e peles	2,9	4,3	3,5	3,5	3,4	2,6
Têxtil	12,1	5,2	5,9	3,4	3,8	2,9
Vest.calçad.artef.tecido	5,1	8,8	7,5	8,3	8,9	12,7
Alim.beb.fumo (c/ f.f. e u.a.)	55,8	49,1	44,4	39,3	28,9	21,6
Diversas	0,2	3,2	4,1	3,9	4,4	2,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Grupos de indústrias</b>	<b>1919</b>	<b>1939</b>	<b>1949</b>	<b>1959</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
Tradicionais C/ Ua	85,9	78,3	78,1	67,4	56,4	49,5
Dinâmicas - Total	14,1	21,7	21,9	32,6	43,6	50,5
Dinâmicas - A	8,7	12,0	11,3	18,3	19,0	23,3
Dinâmicas - B	5,4	9,6	10,6	14,3	24,6	27,2

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

Assim, a partir da década de 1960, a distribuição industrial gaúcha parecia se aproximar, da formatação paulista, ou seja, guardadas as devidas proporções de grandeza, a indústria gaúcha parecia estar convergindo para o mesmo padrão de distribuição paulista. Isso reforça uma das hipóteses abordadas no segundo capítulo, que destaca as necessidades da nova demanda nacional de produtos industriais, ou seja, bens de capital e bens intermediários.

**Tabela 25**  
Distribuição Valor da Transformação Industrial (VTI)  
por grupo 1919-80

RAMOS INDÚSTRIAS	Rio Grande do Sul (%)					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Tradicionais	85,9	78,3	78,1	67,4	56,4	49,5
Dinâmicas - Total	14,1	21,7	21,9	32,6	43,6	50,5
Dinâmicas - A	8,7	12,0	11,3	18,3	19,0	23,3
Dinâmicas - B	5,4	9,6	10,6	14,3	24,6	27,2
	São Paulo (%)					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Tradicionais	75,5	63,5	57,3	40,3	34,8	27,2
Dinâmicas - Total	24,5	36,5	42,7	59,7	65,2	72,8
Dinâmicas - A	15,8	19,5	24,3	28,1	27,9	30,4
Dinâmicas - B	8,6	17,0	18,4	31,6	37,2	42,4
	BR. excl. RS, SP (%)					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Tradicionais	81,2	71,1	68,9	54,3	47,9	39,2
Dinâmicas - Total	18,8	28,9	31,1	45,7	52,1	60,8
Dinâmicas - A	14,3	18,2	18,3	23,8	27,4	31,3
Dinâmicas - B	4,5	10,6	12,8	21,9	24,7	29,5

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

As indústrias dinâmicas do estado de São Paulo representavam a maior parte do VTI, já na década de 1950. Na indústria nacional (Brasil excl. SP e RS), o VTI da indústria dinâmica passou a representar a maioria da distribuição no Censo Industrial de 1970. Entretanto, no Rio Grande do Sul, apenas no Censo de 1980 o grupo das indústrias dinâmicas foi ligeiramente maior. Tudo indica que, de forma mais lenta, o Rio Grande do Sul seguiu a tendência ou a necessidade nacional. É lógico que, à medida que o parque industrial vai ficando mais complexo e a demanda por bens de capital e bens intermediários vai crescendo, os ramos industriais dinâmicos passam a ganhar fôlego extra. Assim, o desenvolvimento industrial, principalmente em meados da década de 1950 e 1960, foi deliberado pelo crescimento do departamento produtor de bens de capital e do departamento produtor de bens de consumo duráveis; suas taxas anuais de crescimento médio no período de 1955-62 atingiram 26,4% e 23,9% respectivamente. Na Tabela 26 pode-se verificar o desempenho dos gêneros que tiveram o melhor (metal-mecânico e químico) e o pior (alimentação e têxtil) desempenho durante o período estudado (1920-80).

**Tabela 26**

Distribuição do VTI por gênero (Metal-mecânica, Química, Alimentação e Têxtil), no Rio Grande do Sul, São Paulo, Brasil exc. RS, SP e Brasil – 1919/80

Gêneros Industriais (%)	Rio Grande do Sul					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Metal-mecânica	5,4	9,6	10,6	14,3	24,6	27,2
Química	4,3	8,6	6,3	13,0	15,5	19,9
Alim.beb.fumo (c/ f.f. e u.a.)	55,8	49,1	44,4	39,3	28,9	21,6
Têxtil	12,1	5,2	5,9	3,4	3,8	2,9
	São Paulo					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Metal-mecânica	8,6	17,0	18,4	31,6	37,2	42,4
Química	7,7	13,6	16,8	22,1	22,9	26,0
Alim.beb.fumo (c/ f.f. e u.a.)	27,2	20,6	19,7	15,3	12,7	8,6
Têxtil	32,2	27,8	22,2	12,3	9,9	6,6
	Brasil Exc. RS, SP					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Metal-mecânica	4,5	10,6	12,8	21,9	24,7	29,5
Química	10,7	13,0	11,0	16,1	19,8	22,9
Alim.beb.fumo (c/ f.f. e u.a.)	34,0	34,4	30,7	25,0	22,2	15,2
Têxtil	29,0	20,4	19,3	13,1	9,4	7,1
	Brasil					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Metal-mecânica	6,0	13,1	15,4	26,8	32,0	36,2
Química	9,0	12,9	13,5	19,2	21,3	24,3
Alim.beb.fumo (c/ f.f. e u.a.)	34,2	30,2	26,4	20,6	17,1	12,2
Têxtil	28,2	22,0	19,7	12,0	9,3	4,9

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

A apreciação dos dados reafirma a idéia da evolução do gênero metal mecânico e químico (no Brasil), com destaque especial para o estado de São Paulo, pois, em 1980, o metal-mecânico representava nada mais nada menos do que 42,4% da distribuição do VTI. No Rio grande do Sul, o número aproximava-se do Brasil (excl. SP e RS), de 27,2% e 29,5% respectivamente. No contexto nacional, a evolução do gênero metal-mecânico sofre influência direta do apelo provocado pelas montadoras de veículos, empresas de transporte, produção de bens de capital, etc.

Na esfera regional, a implantação da indústria siderúrgica de aços finos, por exemplo, tinha por meta promover a instalação de uma usina siderúrgica para a produção de 50.000 toneladas/ano de ferro-esponja e 45.000 toneladas/ano de aços especiais (não comuns), aproveitando o carvão e a energia elétrica, existentes no município de Charqueadas. A produção do insumo básico visava a atender as necessidades do desenvolvimento da indústria mecânica-metalúrgica do sul do País, em especial a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas. O projeto de Lei Nº 4.072, de constituição da Aços Finos Piratini S/A foi aprovado



pela Assembléia e sancionado pelo Governador em dezembro de 1960. A obra contou com a participação da União que contemplou o projeto com Cr\$ 1 bilhão do Plano Nacional do Carvão (MULLER, 1998).

Com a diversificação de alguns ramos industriais, o Rio Grande do Sul reconquistava, na década de 1970, a posição de um dos principais fornecedores de bens industriais para o país. O comportamento favorável do setor manufatureiro estadual refletiu a sua integração com o parque fabril do Centro do País, especialmente São Paulo, uma vez que parte expressiva da produção industrial se compõe de insumos a estreita ligação da indústria sul-riograndense com o mercado interno nacional, destacando-se a participação de outros estados tanto nas compras quanto nas vendas transacionadas pela indústria gaúcha.

Assim, para investigar a questão da representatividade da indústria gaúcha no contexto nacional é necessário analisar alguns indicadores: número de Estabelecimentos, Pessoal Ocupado pela indústria, Valor Bruto da Produção e Valor da Transformação Industrial, o Rio Grande do Sul, em termos relativos representa aproximadamente um décimo da indústria do Brasil. A representatividade tem uma trajetória distinta. No início do século, a indústria gaúcha representava pouco mais de um décimo da indústria nacional, quando se analisam as variáveis citadas anteriormente. Este peso relativo diminuiu com o passar das décadas, e chega no seu ponto de inflexão entre as décadas de 1950 e 1960, logo após este período há uma retomada da representatividade da indústria do Estado em nível nacional.

Esse movimento é totalmente contrário quando se aborda o tamanho agregado relativo da indústria paulista no contexto nacional. Em suma, a indústria paulista tem um crescimento constante e avassalador, pois, na maioria das variáveis, a indústria paulista tem uma representatividade em nível nacional, de um terço, no início do século XX. Porém, no final do período estudado (1980), a indústria paulista passou a representar metade da indústria nacional, reflexo direto do alto nível de desigualdade do país.

**Tabela 27**  
Tamanho Agregado Relativo da Indústria  
RS/BR, SP/BR e RS/SP – 1919/80

Tamanho Relativo Total (%)	RS/BR					
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Nº Estab.	13,3	13,3	15,3	11,5	11,0	9,2
Pessoal Ocup.	9,3	8,4	8,6	7,5	8,3	9,4
VBP	11,1	9,8	8,8	7,2	6,8	7,3
VTI	11,5	6,4	7,9	7,0	6,3	7,4
SP/BR						
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Nº Estab.	31,1	31,4	28,1	32,8	30,9	29,1
Pessoal Ocup.	30,4	37,2	40,6	47,2	48,9	46,0
VBP	31,5	45,4	47,9	55,7	56,1	52,6
VTI	33,8	28,2	48,9	55,5	58,1	53,4
RS/SP						
	1919	1939	1949	1959	1970	1980
Nº Estab.	42,8	42,3	54,6	35,2	35,6	31,4
Pessoal Ocup.	30,8	22,5	21,1	15,8	16,9	20,4
VBP	35,1	21,6	18,3	12,9	12,1	13,8
VTI	33,9	22,6	16,2	12,5	10,9	13,8

Fonte: Censo Industrial do Brasil (IBGE).

Quando se compara a indústria paulista com a gaúcha pode-se concluir que a indústria sul-rio-grandense perdeu o seu peso na relação entre São Paulo e Rio Grande do Sul. Nos itens VTI e VBP, por exemplo, a indústria gaúcha representava, no início do século, cerca de um terço da paulista. Já, no final da década de 1970, esta relação cai para um décimo. Este hiato colossal é consequência do processo de evolução e acumulação da indústria paulista. A disparidade entre as regiões do país é herança da formação econômica do Estado, mas com passar do tempo, as desigualdades entre as regiões, passaram a prosperar. É consenso, de que este comportamento não é “privilégio” das relações industriais, mas sim da sociedade como um todo.

Conforme se abordou, no segundo capítulo, a maioria dos autores defende a idéia de que muito da desigualdade na formação industrial brasileira é reflexo de políticas equivocadas de investimentos do Governo Central, pois é fato consumado na literatura acerca do tema, que em determinados períodos da história gaúcha, principalmente na década de 1950, o Rio Grande do Sul passou a reivindicar, perante o Governo Federal, a maior inserção nos blocos de investimentos públicos. De qualquer forma, os números registrados no Censo Industrial do Brasil convergem para a concretização desta teoria, pois é na década de 1950, que a indústria

paulista deu um salto de crescimento em relação às outras regiões do país. Contudo, não se pode ignorar os outros fatores que possam ter acelerado o processo de desigualdade regional.

Assim, salientam-se outros indicativos como a questão da produtividade da indústria gaúcha em relação à paulista. Na Tabela 28 pode-se comparar a evolução da taxa média de produtividade dos gêneros e grupos de indústrias de 1919 até 1949, e de 1949 até 1970, nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo.

**Tabela 28**  
Evolução da produtividade variação real média anual  
Rio Grande do Sul e São Paulo-1919/1970

Gêneros e grupos e indústrias	Rio Grande do Sul		São Paulo	
	30 anos	21 anos	30 anos	21 anos
	1919-49	1949-70	1919-49	1949-70
Mínerais Não-Metálicos	-0,1	4,4	2,3	4,2
Metal-Mecânica	2,1	4,3	2,1	4,6
Madeira E Mobiliário	1,2	2,6	2,0	3,5
Química	0,9	6,7	2,2	5,4
Couros E Peles	0,5	4,1	0,7	2,6
Textil	0,2	4,1	1,6	4,3
Vest.Calçad.Artef.Tecido	0,9	2,9	2,0	2,8
Alim.Beb.Fumo (C/ F.F. E U.A.)	0,9	3,4	0,9	4,2
Diversas	0,0	4,9	1,3	4,7
<b>Total</b>	<b>0,6</b>	<b>4,0</b>	<b>1,9</b>	<b>4,8</b>
Tradicionais C/ Ua	0,6	3,2	1,5	4,2
Dinâmicas - Total	1,1	5,6	2,5	4,9
Dinâmicas - A	0,4	7,0	2,7	5,5
Dinâmicas - B	2,1	4,3	2,1	4,6

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

No geral, o estado de São Paulo mantém uma produtividade mais acentuada do que o Rio Grande do Sul, em todo o período abordado na Tabela 28 (1919/1970). A análise do Censo de 1949 até 1970 revela que no estado gaúcho houve, um aumento da produtividade nos grupos industriais tradicionais e dinâmicos. O primeiro passou de 0,6% (1919/49) para 3,2% (1949/70), e o segundo grupo, referente às indústrias dinâmicas, passou de 1,1% de variação (1919/49) para 5,6% (1949/70). Se comparar a indústria gaúcha com a de São Paulo, pode-se verificar que, no primeiro momento da análise, constata-se, na média, uma produtividade mais acentuada da indústria nacional, que é de 1,3% na indústria de tradicional e de 2,3% na indústria dinâmica, no período de 1919 até 1949. Ademais, no segundo período abordado pela Tabela 28, é possível constatar um ganho acentuado de produtividade dos grupos industriais

no Brasil e no Rio Grande do Sul. Porém, os números gaúchos (5,6%) superam a média nacional (5,2 %) no grupo das indústrias dinâmicas.

De maneira geral, a indústria nacional teve um crescimento acentuado no período que ficou conhecido como “milagre econômico” brasileiro, conforme citado anteriormente, o que destacaria a relação produto por trabalhador. Mas, cabe destacar, que a melhora significativa da produtividade da indústria gaúcha estaria intimamente ligada com a evolução ocorrida no setor primário, ou seja, na fonte de matérias-primas e nas técnicas de trabalho.

Contudo, é importante salientar que o aumento da produtividade está relacionado à evolução tecnológica, combinado com o aumento significativo do produto industrial e da diminuição dos custos da produção (eficiência da produção). No caso da indústria gaúcha, a evolução no setor agropecuário, os investimentos em infra-estrutura básica, o aumento de linhas de crédito e o incentivo destinado à fomentação de um parque industrial completo, foram fundamentais para o crescimento da produtividade. Porém, a produtividade da indústria gaúcha quase sempre permaneceu à margem da indústria paulista no período que vai de 1919 até 1949. No segundo espaço de tempo, pode-se verificar o incremento da produtividade gaúcha, que chegava ultrapassar diversos gêneros industriais.

Ao se efetuar um comparativo entre o desempenho e as características da indústria gaúcha e a paulista, em um período que atinge a amplitude de 51 anos (1919/70), pode-se notar que a taxa média de crescimento do valor bruto da produção, valor da transformação industrial e número de pessoas ocupadas da indústria gaúcha, em quase todos os gêneros sempre permaneceram abaixo da indústria paulista. Na Tabela 29, tem-se o valor comparativo.

**Tabela 29**  
Taxas média de crescimento anual (%) do VBP, VTI e Pessoal Ocupado  
no Rio Grande do Sul e São Paulo – 1919/70 (51 anos)

Gêneros e Grupos de Indústrias	Rio Grande do Sul			São Paulo		
	VBP	VTI	Pessoal Ocupado	VBP	VTI	Pessoal Ocupado
Minerais não-metálicos	5,9	5,6	3,9	7,7	7,5	4,4
Metal-mecânica	9,4	9,3	6,2	11,9	11,6	8,4
Madeira e mobiliário	5,7	5,4	3,6	7,7	7,8	5,2
Química	9,2	8,8	5,5	10,7	10,8	7,2
Couros e peles	6,5	6,4	4,5	4,6	4,9	3,4
Têxtil	3,9	3,7	1,9	6,0	6,0	3,3
Vest.calçad.artef.tecido	6,8	7,3	5,6	6,3	6,1	3,8
Alim.beb.fumo (c/ f.f.)	4,9	4,7	2,8	6,7	6,9	4,6
Diversas	12,3	12,9	10,9	13,3	13,6	10,8
<b>Total</b>	<b>6,1</b>	<b>6,1</b>	<b>4,1</b>	<b>8,3</b>	<b>8,5</b>	<b>5,4</b>
Tradicionais	5,2	5,2	3,6	6,7	6,8	4,2
Dinâmica - total	8,8	8,5	5,5	10,9	10,6	7,0
Dinâmicas - A	8,4	7,7	4,6	9,9	9,7	5,7
Dinâmicas - B	9,4	9,3	6,2	11,9	11,6	8,4

Fonte: Censo Industrial Brasil (IBGE).

Novamente, pode-se destacar que, no geral, o crescimento dos grupos dinâmicos foi superior quando se realiza uma análise mais ampla. É importante destacar que este crescimento tornou-se mais acentuado a partir da década de 1940 no estado de São Paulo e, no Rio Grande do Sul, a partir da década de 1960, ou seja, um crescimento de forma mais tardia.

Por fim, o comportamento dos setores industriais do Rio Grande do Sul, na virada da década de 1960 para a de 1970, revela a especificidade da economia gaúcha e a que ponto o desempenho industrial estava relacionado à acelerada expansão da agricultura moderna voltada para a exportação. No geral, as transformações demonstradas pelos indicadores apurados no Censo Industrial do Brasil representam a nova característica da indústria do Rio Grande do Sul.

As reivindicações e os planos públicos de combate aos pontos de estrangulamento fomentaram um ambiente favorável que, conjugadas com as novas linhas de crédito, permitiram a modernização da agropecuária no Estado, e a inserção de outros ramos industriais. Estes ramos apresentaram maior crescimento, com destaque para os de bens de capital e, dentro deste, o ramo de máquinas e implementos agrícolas, gênero mecânica; a produção de carrocerias de caminhões puxava o crescimento no gênero de meios de

transporte. É importante salientar, também, o desenvolvimento do setor energético do Estado, que permitiu atender à nova demanda por energia.

Em suma, os investimentos públicos em obras de infra-estrutura, novas linhas de crédito, modernização das técnicas agropecuárias e os incentivos fornecidos pelo governo regional permitiram um ambiente favorável para a nova inserção da indústria gaúcha no cenário nacional e a reversão dos números negativos da economia do Rio Grande do Sul.

## CONCLUSÃO

A formação econômica do Rio Grande do Sul teve em certos aspectos, um caráter único e diferenciado daquela ocorrida no centro do país. Por ser um Estado que faz fronteira com outras nações, desde seus primórdios resistiu a inúmeros conflitos e “sangrentas” disputas de terra. As dificuldades impostas pelas guerras e por guardar a posição de fronteira marcaram o povo sul-rio-grandense que, ao longo de sua história, deparou-se com inúmeras dificuldades na construção de uma das regiões mais prósperas do País.

No início do século XX não eram pequenas as dificuldades da formação econômica do Estado, pois, o Rio Grande do Sul se inseriu como zona periférica, fornecedora de bens de consumo não-duráveis. O principal destino das mercadorias gaúchas era o próprio mercado interno e o complexo cafeeiro do centro do país que aglutinava as riquezas nacionais. Por estar longe geograficamente dos principais mercados consumidores do país, o mercado gaúcho padecia de muitos produtos. Esta necessidade obrigou a demanda gaúcha a criar seu próprio mercado consumidor e captar os excedentes disponibilizados pelo comércio dos produtos de origem agropecuária, principalmente o charque gaúcho.

De fato, a economia gaúcha permaneceu com um relativo isolamento, que se perpetuou até a metade do século XX, o qual favoreceu, em alguns aspectos, o desenvolvimento da agricultura e da indústria, baseado nos impulsos endógenos provocados pela demanda local. Assim, a economia gaúcha estabeleceu um perfil basicamente voltado para a exportação de produtos primários ou industriais com pouco valor agregado, direcionado para diversos mercados regionais e para o próprio mercado interno. A indústria gaúcha surgiu substituindo importações e também produção artesanal preexistente, voltando-se para os mercados rural e urbano. Contudo, a carência de investimentos era um agravante negativo, pois, as relações financeiras eram extremamente singelas e apenas alguns setores recebiam financiamento

estrangeiro, por exemplo, os setores têxteis, os de frigoríficos e os de fumo, nos quais os produtos de muitas fábricas tinham alcance de mercado nacional.

Assim, a indústria nasceu em larga medida intimamente ligada ao setor primário, seja como determinante do mercado, pois, a agropecuária respondia por mais de um terço da formação do produto (renda) e mais de dois terços da ocupação, seja pela oferta de matérias-primas para as agroindústrias. Portanto, destacavam-se os produtos como charque, couro, banha, vinho, erva mate, arroz, fumo, lã e outros.

A disputa política do início do século, entre Republicanos, com o seu expoente principal na figura de Júlio de Castilhos, e os Federalistas, na de Gaspar Martins, marcaram sangrentos conflitos até meados da década de 1920. Assim, à luz do debate político, o Rio Grande do Sul se deparava com duas propostas distintas. A primeira, a Republicana, propunha uma industrialização diversificada e a diminuição da dependência externa do Estado. Para isto, seria necessário, estimular diversos setores da economia, combater o contrabando na fronteira e otimizar os gastos públicos. Esta, por sua vez, ganhou a adesão das camadas urbanas, de pequenos industriais e da região da colônia que estava em franca expansão com a chegada do imigrante europeu. A segunda, a Federalista, pregava a política de “proteção ao boi”, inspirada na idéia existente no centro do país, a qual praticava a política de “proteção ao café”. A idéia básica era incentivar a produção de produtos de origem agropecuária e liberar as fronteiras gaúchas.

Logo, no choque dessas duas ideologias prevaleceram as idéias Republicanas. Portanto, o desenvolvimento industrial e comercial do Rio Grande do Sul até a década de 1930 não teria alcançado o nível que alcançou sem as políticas públicas de povoamento, combate ao contrabando, extensão e melhoria dos transportes (portos e ferrovias), os incentivos fiscais à indústria, e sem o aporte financeiro e tecnológico do capital externo aplicado nos portos e ferrovias. As políticas públicas republicanas não favoreceram os interesses socioeconômicos tradicionalmente dominantes, da pecuária, charqueadas e das praças de comércio vinculadas a elas.

Assim, o Rio Grande do Sul, mesmo que de maneira simples, em alguns setores, e com todas as dificuldades de infra-estrutura e investimentos, conseguiu desenvolver uma indústria com um peso relativo considerável no contexto nacional. Os dados do Censo Industrial indicam que a indústria gaúcha representava, em média, entre as décadas de 1920 e 1930, cerca de pouco mais de um décimo, da indústria nacional em termos de produto, número de estabelecimento e pessoal ocupado. Estava, assim, denominado o padrão de desenvolvimento gaúcho que incorporou o diferencial competitivo agropecuário, o relativo isolamento (falta de



concorrentes), as carências do mercado consumidor e a competência técnica dos imigrantes europeus que passaram a ingressar em grande número na sociedade gaúcha.

Contudo, a partir de meados da década de 1940, o Brasil passou a integrar suas fronteiras com o desenvolvimento dos transportes e das rodovias federais. Este processo se acelerou na década de 1950 e 1960. Em consequência desse avanço na integração nacional, a distância entre o Rio Grande do Sul e os estados do centro do país foi gradativamente, sendo “reduzida” e, em consequência, o acesso a outros estados diversificava as transações comerciais e a concorrência, principalmente a dos produtos produzidos no estado de São Paulo, que contava com o parque industrial mais pujante e bem aparelhado do país. Foram inúmeros os fatores que tornaram a indústria paulista a mais evoluída do país. Primeiro, a acumulação dos excedentes do café, tanto na renda gerada quanto em benfeitorias no setor de infra-estrutura, necessárias para a exportação do café, em larga escala (construção portos, estradas, ferrovias, etc). Segundo, os investimentos diretos estrangeiros e públicos estimularam a economia de forma geral. Terceiro, os ganhos de escala e maior mercado consumidor contribuíram para fomentar um parque industrial mais competitivo. Por último, a própria posição geográfica, mais perto do Distrito Federal e dos principais mercados consumidores do país.

Portanto, com a integração regional provocada pela evolução dos transportes e consolidação de uma malha rodoviária de abrangência nacional, a indústria gaúcha, a partir da década de 1950, começou a sofrer assédio da concorrência dos produtos paulistas. Estes fatores, combinados com o esgotamento da fronteira agrícola e a crise no setor primário, provocaram o rompimento do modelo agrário e industrial gaúcho e, em consequência, a estagnação do crescimento econômico (1955-1959), com taxas de crescimento inferiores às da média nacional. As indústrias tradicionais de bens de consumo não-duráveis gaúchas (alimentação, bebidas, têxtil e vestuário, etc) ingressaram na década de 1960 mergulhadas na crise iniciada nos anos 1950. Não tinham escala de produção, tecnologia ou acesso a grandes mercados, como ocorria com os estabelecimentos situados em São Paulo, principalmente. Já, as indústrias mais modernas e sofisticadas (metalúrgica, material de transporte, mecânica, material elétrico e de comunicação, fertilizantes, química, etc) cresceram a taxas compatíveis ou semelhantes às do centro país.

A partir da década de 1960, o Rio Grande do Sul passou a delinear novos caminhos para o desenvolvimento industrial, com base no combate aos pontos de “estrangulamento”, através dos investimentos em obras de infra-estrutura e liberação de novas opções de crédito para as indústrias. Esses fatores, combinados com o aumento da produtividade no ramo agrícola e a

expansão do ramo das indústrias dinâmicas, no Rio Grande do Sul, convergiram para o crescimento da economia gaúcha e a consolidação de uma indústria competitiva. Assim, principalmente com a expansão da agricultura moderna, que estimulou o desenvolvimento da indústria gaúcha a partir da metade dos anos 1960, se em um primeiro momento a integração nacional permitiu o avanço da concorrência dos produtos produzidos fora do estado, em um segundo momento permitiu que diversos ramos da indústria gaúcha ganhassem espaço no mercado nacional e internacional. A agricultura, por sua vez, também passou a acentuar suas funções nacionais, como exportadora (soja) ou poupadora de divisas (arroz e trigo), substituindo importação destes que são produtos agrícolas essenciais à nação.

Corazza e Herrlein (2006) destacam que implantação de uma indústria que veio atender a demanda em expansão de bens de consumo duráveis favoreceu, então, a difusão, nos centros urbanos, de modernos estabelecimentos comerciais e industriais. Para isso, contribuíram também as melhores condições de distribuição e fornecimento oferecidas pela nova estrutura industrial e do estímulo das substituições de importações. Houve a necessidade de se adaptar ao novo perfil de oferta de produtos nacionais, uma vez que passava a haver uma gama extensa e diversificada de produtos de um mesmo setor.

Segundo os números apresentados pelo Censo Industrial, o destaque maior aparece no crescimento da indústria metal-mecânica e química no Estado, e o desenvolvimento do grupo das indústrias dinâmicas. É importante salientar que mesmo com a recuperação de alguns ramos industriais do grupo tradicional, estes, por sua vez, perderam em representatividade, muito em consequência do aumento citado anteriormente, da demanda nacional por bens de consumo duráveis e bens de capital que estimularam os demais ramos industriais da região sul e do país.

Contudo, as transformações estruturais que a indústria gaúcha experimentou a partir dos anos 1960, alcançaram os ramos dinâmicos e modernizaram os tradicionais, e a agricultura cresceu intensamente e ganhou a competitividade perdida nas décadas anteriores, retomando posições no cenário nacional e internacional.

Assim, os dados registrados nos Censos Industriais confirmam a hipótese de que a indústria gaúcha, no período que vai do final dos anos 1950 até os anos 1980, experimentou um processo de reestruturação, pois, à medida que passou a sofrer perdas na concorrência com a indústria de São Paulo, sobreviveram os produtores que alcançaram padrão de competitividade nacional. A proximidade de matérias-primas, em alguns casos também favorecia o produtor regional. O surgimento de novos ramos industriais também contribuiu para o novo perfil da indústria gaúcha. Contudo, parte importante da indústria manteve-se

ligada à base primária, seja como produtora de insumos e equipamentos (química, mecânica) ou processadora de matérias-primas (química, alimentos, bebidas, fumo, madeira, couros e peles).

Desse modo, conclui-se que o novo padrão industrial gaúcho abrangia os novos caminhos da industrialização, e atendia, em boa parte, a nova demanda nacional da época. Uma avaliação de desempenho, proporcionada pelos dados do Censo Industrial, indica que não houve perda de posição nacional, da economia gaúcha entre 1960 e 1980 e que foi possível recuperar parcialmente a defasagem ocorrida no período até os anos 1950, através de taxas de crescimento regional superiores à média nacional nos anos 1970. A integração nacional que, em um primeiro momento, expõe a fragilidade das relações industriais sul-riograndenses, em um segundo momento impulsiona a economia com a exportação para outros estados do país e para o exterior, traço marcante da nova posição da indústria gaúcha.

Por fim, o ganho de produtividade e a modernização da agropecuária estimularam diversos ramos das indústrias dinâmicas (metal-mecânica, química, etc), mas principalmente as indústrias do grupo tradicional que, por sua vez, eram consumidoras diretas de insumos básicos, oriundos do setor primário. As exportações de produtos agrícolas e o melhor aproveitamento da terra aumentaram a renda e estimularam os mercados dependentes do setor agrícola. Assim, a indústria gaúcha ingressou na década de 1970 em franca expansão e recuperação, desfrutando do crescimento econômico do País no período.

Apesar de todas as adversidades relatadas no estudo, a indústria gaúcha cresceu de forma peculiar, pois, superou os obstáculos gerados por inúmeras dificuldades no período (1920-1980). Entre elas, a falta de investimento, tanto na forma de linhas de crédito, quanto nos investimentos públicos em infra-estrutura, necessários para o desenvolvimento do Estado. Com as transformações estruturais que experimenta a partir da década 1960, a indústria gaúcha consolida os ramos dinâmicos e moderniza os ramos tradicionais, cresce intensamente e retoma posição de destaque no cenário nacional, recuperando-se efetivamente da crise da década de 1950.

Contudo, o Rio Grande do Sul consolidou sua vocação exportadora (hoje, é o terceiro Estado no ranking nacional) o que ressalta a qualidade de seus produtos. No passar dos anos, a economia do Estado cresceu baseada na agricultura (soja, trigo, arroz e milho), na pecuária e na indústria (de couro e calçados, alimentícia, têxtil, madeireira, metalúrgica e química). Há que ressaltar o surgimento de pólos tecnológicos importantes no Estado no decorrer do século XX, na área petroquímica e de outras tecnologias. O avanço da industrialização, no Rio

Grande do Sul, elevou sua participação no PIB brasileiro, trazendo investimento, mão-de-obra e infra-estrutura para o Estado.

Atualmente, os gaúchos possuem um dos parques industriais mais completos do País. O Estado também ganha destaque, por desfrutar da melhor qualidade de vida e dos maiores índices de escolarização do Brasil. Seguramente, essas prerrogativas tiveram como base as mudanças, os conflitos e as transformações na indústria e na sociedade gaúcha, abordadas neste estudo, ressaltando a importância do Rio Grande do Sul no contexto nacional.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ACCURSO, Cláudio F. Industrialização gaúcha e financiamento. IN: **Instituto Social Cristão de Reforma de Estruturas**. Industrialização do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1968.

\_\_\_\_\_. O financiamento da indústria gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1967.

ACCURSO, Cláudio; CANDAL, Arthur; VERAS, Cláudio. Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. **Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico**, Porto Alegre, Assembléia Legislativa, 1965. (caps. 2, 3 [parte], 4 e 5).

ALMEIDA, Pedro F.C de. A geração das condições matéricas da implantação da indústria gaúcha: 1870-1930. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 1992, v.13, n.2 p. 546-77.

\_\_\_\_\_. Exportações e indústria no Rio Grande do Sul: 1930-74. **Ensaio FEE - Porto Alegre**, 1991, v.12, n.2. p.349-383.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. Rio de Janeiro: Global/ IPEA, 1985.

CASTRO, Antonio Barros. **Sete Ensaio sobre a economia brasileira**. Editora Forense, Rio de Janeiro, 1977.

**IBGE. Censo Industrial**, 1919, Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasil, 1920.

\_\_\_\_\_. **Censo Industrial**, 1939, Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasil, 1940.

\_\_\_\_\_. **Censo Industrial**, 1949, Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasil 1950.

\_\_\_\_\_. **Censo Industrial**, 1959, Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasil 1960.

\_\_\_\_\_. **Censo Industrial**, 1969, Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasil 1970.

\_\_\_\_\_. **Censo Industrial**, 1979, Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasil 1980.

DALMAZO, Renato A . **Evolução histórica e estrutural das relações de comércio do Rio Grande do Sul: Século XIX a 1930**. Porto Alegre, FEE,1986.

\_\_\_\_\_. Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do sul – 1940 – 74. **Teses FEE**, Porto Alegre, 1992. N.16

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880 – 1945)**. São Paulo: Difel, 1980.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Análise de indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. 2. ed., Porto Alegre, 1978. (série 25 anos de economia gaúcha, v.4). (Introdução, caps. 1, 2, 6).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. T. 1, Porto Alegre, 1983. (caps. 3, 4 e 5).

HERRLEIN, Ronaldo Jr. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: 1920-1950. **Revista Social e Política**, Curitiba, v. 14, 2000.

\_\_\_\_\_. **Rios Grandes do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional**. Campinas: UNICAMP, 2000a).

\_\_\_\_\_. A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul.: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, 2002.

HERRLEIN, Ronaldo Jr; CORAZZA, Gentil. **Indústria e comércio no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, 1930-1985**. História Geral do Rio Grande do Sul", Livro 5 – República II (1930-1985). Editado UPF e UERGS, Porto Alegre, 2006.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

\_\_\_\_\_. **A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOVE, Joseph; DEAN, Warren (1989). **A Industrialização durante a República Velha**. História Geral da Civilização Brasileira III. O Brasil Republicano – 1. Estrutura de poder econômico (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985.

MAESTRI, Mario. A Segunda Morte de Julio de Castilhos. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 30, Universidade Estadual de Maringá, 2003.

MULLER, Carlos Alves. **A história econômica do rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Grande Sul, 1998.

OLIVEIRA, Franklin de. **Rio Grande do Sul: um novo nordeste, o desenvolvimento econômico e as novas disparidades regionais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: Agropecuária colonial & Industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

\_\_\_\_\_. **Borges de Medeiros**. Porto Alegre, Editora IEL, 1990.

\_\_\_\_. **República Velha Gaúcha: Charqueadas – Frigoríficos – Criadores.** Porto Alegre: Movimento, 1980.

\_\_\_\_. **História da indústria sul-rio-grandense.** Guaíba: RIOCELL, 1985.

TARGA, Luiz R.P. **Ensaio sobre totalidade econômica.** Porto Alegre, FEE, 1982.

TARGA, Luiz; Ribeiro, Paulo Sérgio; HERRLEIN, Ronaldo Jr.. **Breve inventário de temas do sul.** Porto Alegre: FEE/Univates / UFRGS, 1998.

TEJO, Limeira. **A indústria rio-grandense em função da economia nacional.** Porto Alegre: Globo, 1939.

\_\_\_\_. Contribuição à crítica da economia rio-grandense. In **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1982, v.3, n.2.

## OBRAS CONSULTADAS

BANDEIRA, Pedro S. A produção gaúcha na economia nacional: resposta a uma crítica. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 1984, v.4, n.2, p. 137-149.

\_\_\_\_\_. As raízes históricas do declínio da região Sul. In: ALONSO, J. A. F, BENETTI, M.D, BANDEIRA, P.S. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre, FEE, 1994.

FERREIRA, Arthur. **História geral do Rio Grande do Sul**: 1503 – 1960. 2 ed. Porto Alegre, Globo, 1960.

FONSECA, Pedro C.D **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KUHN, Fabio. **Breve história do rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura, 2002. PINTO, Celi R.J. **Positivismo**: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.

SCHERER, André Luis F. Indústria/ 91: do discurso da modernização ao agravamento da recessão. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.19, n.4, 1992. p.66-74.

SINGER, Paul. Porto Alegre. In \_\_\_\_\_ (1977). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1977.

SOUZA, Nali de Jesus. Exportações e crescimento econômico do RS – 1951-01. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, número especial, 2002. p. 565-601



## ANEXO A – DADOS ESTATÍSTICOS

Tabela A-1  
Composição dos Gêneros Industriais

Composição dos Gêneros Industriais	
<b>Tradicionalis</b>	<b>Dinâmica - A</b>
Madeira	Minerais não metálicos
Couros, peles e produtos similares	Metalúrgica
Têxtil	Papel e papelão
Alimentação	Borracha
Bebidas	Química
Fumo	Matéria plástica
Mobiliário	<b>Dinâmica - B</b>
Produtos Farmacêuticos	Mecânica
Perfumes, sabões e velas	Material elétrico e de comunicação
Vestuário e calçados	Material de transporte
Diversos	

Fonte: Dados baseados no padrão utilizado FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1978).

Tabela A - 2  
Número de pessoas ocupadas na Indústria de Transformação  
Rio Grande do Sul, Brasil e São Paulo - 1920-1980

Ano	Rio Grande do Sul	Brasil	São Paulo
1920	29.271	313.156	95.175
1940	68.121	814.629	303.289
1950	114.778	1.337.719	543.459
1960	131.023	1.753.662	828.209
1970	217.553	2.634.630	1.289.077
1975	356.116	3.747.172	1.770.402
1980	451.397	4.804.409	2.209.344

Fonte: Herrlein Jr. e Corazza (2006).

Tabela A - 3  
Distribuição dos ocupados no Rio Grande do Sul,  
por setores de atividade, anos selecionados (1920-80)

Anos	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
1920	68,3	15,3	16,4
1940	67,9	10,3	21,8
1950	59,5	13,2	27,3
1960	56,7	11,1	32,2
1970	47,9	17,3	34,8
1980	29,6	26,6	43,8

Fonte: Herrlein e Corazza (2006).

Obs: somente ocupados com declaração de ocupação definida.

Tabela A -4  
Composição do Produto (VTI) da Indústria de Transformação  
do Rio Grande do Sul, segundo grupos e ramos industriais - 1919-85

Grupos e Ramos Industriais	1919	1939	1949	1959	1970	1975	1980
<b>I - Tradicionais</b>	<b>85,9</b>	<b>78,3</b>	<b>78,1</b>	<b>67,4</b>	<b>56,4</b>	<b>45,6</b>	<b>49,5</b>
<i>Alimentação, Bebidas e Fumo</i>	55,8	49,1	44,4	39,3	28,9	21,9	21,6
<i>Madeira e Mobiliário</i>	9,7	7,8	12,6	8,9	7,0	7,1	6,7
<i>Vestuário, Calçados e Artef. Tec.</i>	5,1	8,8	7,5	8,3	8,9	7,7	12,7
<i>Têxtil</i>	12,1	5,2	5,9	3,4	3,8	2,7	2,9
<i>Couros e Peles</i>	2,9	4,3	3,5	3,5	3,4	2,8	2,6
<i>Diversas (1)</i>	0,2	3,2	4,1	3,9	4,4	3,5	2,9
<b>II – Dinâmicas</b>	<b>14,1</b>	<b>21,7</b>	<b>21,9</b>	<b>32,6</b>	<b>43,6</b>	<b>54,4</b>	<b>50,5</b>
II – A	8,7	12,0	11,3	18,3	19,0	24,1	23,3
<i>Minerais Não-Metálicos</i>	4,4	3,4	5,0	5,3	3,5	3,7	3,4
<i>Química (2)</i>	4,3	8,6	6,3	13,0	15,5	20,4	19,9
II – B	5,4	9,6	10,6	14,3	24,6	30,3	27,2
<i>Metal-Mecânica (3)</i>	5,4	9,6	10,6	14,3	24,6	30,3	27,2

Fonte: Censo Industrial do Brasil (IBGE).

Notas: (1) inclui Editorial e Gráfica; (2) inclui Papel e Papelão, Borracha, Produtos Farmacêuticos e Perfumaria, Matérias Plásticas; (3) inclui Metalúrgica, Mecânica, Material Elétrico e de Comunicação, Material de Transporte.

Tabela A-5  
Composição do Produto Interno Bruto do  
Rio Grande do Sul, por setores de atividade, a preços correntes,  
anos selecionados (1947-80) (%)

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços
1947	36	17	47
1949	36	17	47
1955	33	19	48
1959	26	23	51
1965	32	19	49
1970	21	22	57
1975	16	31	53
1980	15	35	50

Fontes: FEE e IBGE (Censo Industrial do Brasil)

Tabela A-6  
Grau de Agregação de Valor (GAV), Parcela Salarial (PS)  
e Margem Bruta de Lucro (MBL) na Indústria de Transformação  
em regiões selecionadas do Brasil - anos selecionados - 1919-1980 (%)

Regiões	Indicadores	1919	1939	1949	1959	1970
Rio Grande do Sul	GAV	73,1	62,2	66,9	80,8	74,7
	PS	25,1	28,1	28,3	26,1	23,8
	MBL	31,6	27,6	28,7	33,0	32,6
São Paulo	GAV	80,7	57,8	83,0	84,5	90,0
	PS	25,9	29,4	30,4	27,0	24,4
	MBL	32,3	25,8	31,6	33,4	35,8
Brasil	GAV	77,2	69,6	79,9	84,8	84,2
	PS	26,8	28,8	29,7	27,3	24,1
	MBL	29,8	29,2	31,2	33,3	34,7
Outros estados em conjunto	GAV	76,1	85,7	79,4	86,1	77,9
	PS	27,8	28,4	29,3	28,1	23,5
	MBL	28,0	33,0	31,3	33,3	33,5

Fonte: Censo Industrial do Brasil (IBGE).

Obs: o GAV corresponde à relação entre o Valor da Transformação Industrial (VTI) e as Despesas com Operações Industriais (DOI); a PS corresponde à participação da massa de salários e ordenados (SO) no VTI; a MBL corresponde à relação entre o Excedente Bruto (VTI menos SO) e a soma das DOI com SO.

Tabela A - 7  
Índices relativos da produtividade dos ocupados  
RS, SP e Demais estados - anos selecionados - 1919-1980  
(BR = 100 em cada ano)

Estados	1919	1939	1949	1959	1970	1985
Toda Indústria (%)						
Rio Grande do Sul	123	109	92	93	77	79
São Paulo	111	107	120	118	119	113
Demais estados	91	94	85	83	83	91
I – Tradicionais (%)						
Rio Grande do Sul	129	120	105	111	88	87
São Paulo	112	104	120	117	124	118
Demais estados	90	94	86	84	83	91
II – Dinâmicas (%)						
Rio Grande do Sul	94	83	67	79	72	89
São Paulo	110	108	116	110	109	103
Demais estados	94	95	87	87	90	98

Fonte: Herrlein Jr., e Corazza (2006).

Obs: a produtividade corresponde à razão entre o Valor da Transformação Industrial e o número total de ocupados; o valor do índice em cada ano representa a medida relativa da produtividade considerando-se a produtividade no Brasil igual a 100 em cada agrupamento de indústrias; os demais estados foram agregados excluindo-se RS e SP.

Tabela A-8  
 Estimativas das taxas médias anuais de variação real da produtividade  
 e do custo salarial médio na Indústria de Transformação  
 em regiões selecionadas do Brasil, por sub-períodos – 1919-80

Regiões	Variável	Sub-períodos (%)				
		1919-39	1939-49	1949-59	1959-70	1970-85
Rio Grande do Sul	Produtividade	-0,34	2,62	6,60	1,62	0,70
	Custo Salarial	1,75	-0,35	5,72	0,78	-0,89
São Paulo	Produtividade	0,06	5,60	6,22	3,54	0,20
	Custo Salarial	2,35	2,54	4,96	2,60	-0,52
Brasil	Produtividade	0,26	4,35	6,47	3,45	0,52
	Custo Salarial	2,08	1,71	5,57	2,25	-0,83
Outros estados em conjunto	Produtividade	0,40	3,36	6,18	3,48	1,13
	Custo Salarial	1,86	0,96	5,75	1,82	-1,08

Fonte: Herrlein Jr., e Corazza (2006).

Obs: a produtividade corresponde ao Valor da Transformação Industrial (VTI) dividido pelo número total de ocupados; o Custo Salarial médio anual corresponde à massa total de salários e ordenados dividida pelo número total de ocupados. Deflator: Cano, 1985: 322 (período 1919-70), encadeado com o deflator implícito do produto da indústria de transformação do Brasil (SCN-IBGE, período 1970-85).